Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

PAULA ROCHLITZ QUINTÃO

MORAR NA RUA: HÁ PROJETO POSSÍVEL?

Orientador

Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

Dissertação de Mestrado

São Paulo | 2012

PAULA ROCHLITZ QUINTÃO

Morar na rua: há projeto possível?

Dissertação apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração

Projeto, Espaço e Cultura

Orientador

Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

São Paulo | 2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL AUTORA: paularq@terra.com.br e paularq@usp.br

E-MAIL ORIENTADOR: czibel@globo.com

Quintão, Paula Rochlitz

Q3m Morar na rua: há projeto possível? / Paula Rochlitz Quintão. --São Paulo, 2012.
150 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura) – FAUUSP.
Orientador: Carlos Roberto Zibel Costa

1. Morador de rua (Aspectos urbanísticos) - São Paulo (SP)
2. Espaço Urbano – São Paulo (SP)
3. Marginalidade social 4.Arquitetura
5. Planejamento territorial urbano I.Título

CDU 304(1-21)(816.11)

Projeto Gráfico e Diagramação: **Mila Santoro**

Encadernação: **Paula Gabbai**

Nome: QUINTÃO, Paula Rochlitz

Título: Morar na rua: há projeto possível?

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Luísa, Davi e Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Zibel Costa, por ter norteado de modo criterioso, e aceitado o desafio de conduzir este trabalho, de tema tão delicado e controverso.

À Profa. Dra. Heliana C. Vargas, pela leitura precisa, me acompanhando desde a qualificação, com atenção e generosidade; suas observações foram imprescindíveis.

À Prof. Dra. Silvia Schor, cujo trabalho tanto admiro, que sempre se mostrou solidária e disponível, e muito contribuiu para a minha qualificação.

À Prof. Dra. Regina Meyer que, ainda em 1999, minha orientadora do Trabalho de Final de Graduação, acolheu e implementou meu interesse a respeito deste tema, num tempo em que era apenas uma idéia.

Aos muitos amigos que estiveram ao meu lado neste caminho, discutindo, criticando, abrindo possibilidades, entre eles Orlando Coelho, Roberta Fontan, Beatriz Rufino, Bel Gazel, meu muito obrigada.

Àqueles que moram nas ruas, muitos dos quais sequer sei o nome, e que tão bem me receberam. A eles, que tanto contribuíram para este trabalho, minha gratidão.

A Jassanan Pastore pela amizade, confiança, e pela oportunidade de divulgar meu trabalho em sua fase inicial.

A Ana Maria, por ter ajudado a olhar de outro modo, e caminhar até aqui.

À minha família e à família Maciel; cada qual do seu jeito, fazem a vida mais ficar leve.

Ao Davi, por ter surgido na minha vida com sua presença afetiva e ensolarada, o meu carinho; e à D. Gilda, de quem gosto tanto.

Aos meus pais, Lili e Eder, a quem também dedico este trabalho, pelo suporte incondicional, pelo seu exemplo acadêmico, e pelo grande amor que sinto por vocês.

Ao Gustavo, com amor e admiração; por tudo o que você é.

E à minha filha Luísa, que nasceu no final deste trabalho, tão encantada, colorindo nossas vidas.

*Tendo pisado neste caminho de sonho, do mundo ilusório,
Sem olhar para os rastros que talvez tenha deixado;*

(...)

*Mas não me pergunte para onde vou,
Já que viajo neste mundo sem limites
Onde cada passo que dou, é minha casa.*

Treading along in this dreamlike, illusory realm,
Without looking for the traces I may have left;
A cuckoo's song beckons me to return home;
Hearing this, I tilt my head to see
Who has told me to turn back;
But do not ask me where I am going,
As I travel in this limitless world,
Where every step I take is my home.

Eihei Dogen (1200-1253)

RESUMO

QUINTAO, P. R. *Morar na rua: há projeto possível?*. 2012, 150 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

A existência de pessoas que moram nas ruas é um fenômeno global complexo que envolve, entre outros, aspectos econômicos, sociais, políticos, psicológicos e urbanísticos. Este trabalho busca contribuir para o entendimento desse fenômeno ao analisá-lo sob a perspectiva da cidade de São Paulo. *O morar na rua*, suas origens, diversidade, transformações e sua consolidação como integrante do ambiente construído são elementos ainda pouco estudados, e que o presente trabalho busca contemplar. O que distingue esta pesquisa das outras feitas sobre o tema, é que o objeto de estudo é a cidade, ou seja, o *morar na rua* na cidade, e não o *morador de rua*, o indivíduo. Na medida em que o foco do trabalho é o espaço urbano, a metrópole, e que o *morar na rua* é uma realidade que não se pode ignorar, é papel de arquitetos e urbanistas incorporar estes cidadãos em seus projetos urbanos. O fato aparente é que as respostas que têm sido dadas ao problema – no caso de São Paulo, os albergues e casas de convivência – parecem insuficientes tanto para a compreensão quanto para resolução desse problema.

Desse modo, o presente estudo tem o intuito de analisar o *morar na rua* em São Paulo a partir da compreensão do perfil dessa população, de suas demandas e formas de organização, discutindo as respostas dadas e as propostas urbanísticas existentes que a contemplem.

A caracterização iniciou-se por uma pesquisa bibliográfica sobre o significado e a condição do morar na rua, e os diversos grupos que compõe esta população. Analisou-se então os diferentes tipos de equipamentos ofertados, as soluções existentes e a sua pertinência ao perfil de população encontrado.

A análise da população dita “em situação de rua” mostra, primeiramente, que há pessoas que desejam sair dessa condição ou seja, para quem a situação de estar na rua é circunstancial, e outras que continuam a habitar as ruas como morada, por escolha própria. O segundo aspecto mostra que as respostas que têm sido dada para o primeiro grupo – albergues e casas de convivência – tem sido consideradas insatisfatórias. Já para o segundo grupo elas são inexistentes, pois esta hipótese não tem sido considerada. De qualquer forma mesmo que a questão

do morar na rua seja transitória para um dado indivíduo, outros aparecerão, ou seja, há um contingente permanente de pessoas que habita os espaço público e para o qual se espera uma resposta, que o projeto urbano não tem dado conta.

Para parte dessa população, a resposta é a oferta de meios que proporcionem sua saída das ruas. No entanto, o grande desafio diz respeito ao grupo que opta por viver nas ruas. Para o este, a cidade teria que assumir sua existência no território urbano e, mais que isso, aceitar o seu direito à cidade como inerente à cidadania plena. Para a formulação de propostas inovadoras faz-se necessário conhecer a fundo a população para a qual se está projetando valendo-nos de conceitos contemporâneos que vão além do campo da arquitetura e do urbanismo.

Palavras-chave: Morar na rua; Morador de rua (aspectos urbanísticos); Arquitetura, planejamento urbano e habitação; Exclusão social; Espaço urbano - São Paulo; Planejamento territorial urbano

ABSTRACT

The occurrence of city homelessness is a widespread phenomenon throughout the whole world and involves economical, social, political, psychological and urbanistic aspects. Present work intends at contributing to the understanding of this process which is analyzed here from the view point of the city of São Paulo. Street dwelling in São Paulo has several components that need reappraisal such as its origins, diversity, changes along time and consolidation as part of the urban morphology. However, present work differs from previous ones dealing with the subject for its emphasis on the role of *living the city* itself rather than on the *people* that live in the city streets, the homeless. It is the architects and city planners' task the need to consider these citizens as inherent to the urban space, to the metropolis, that cannot at all be ignored. The solutions that have been proposed for this problem in regard with the city of São Paulo, namely, shelters and conviviality houses seemingly are not efficacious to solve the problem. Thus, present study intends to analyze the street living attitude accounting for the basic needs of this population through discussions of the urbanistic proposal to deal with it.

Accordingly, the first task was to analyze the profile of the people that belong to this population, how appropriate is it to label them as street dwellers or homeless and simultaneously to understand how the city itself interacts with them.

We have learned that there are street dwellers willing to get rid of their condition, in other words, people for whom street dwelling is a transient process. Solutions offered them either as shelters and conviviality houses have so far been deemed unsatisfactory. And there are those that go on living in the streets by their own choice, namely, permanently. Besides, even if transient street living conditions was temporary for someone there will always be new adherents joining the street environment. Urbanistic solutions for this group are scarce, not effective and based on the Idea that with very few exceptions street dwellers are willing to give up their living conditions. For some of them proper solution is offering all means to help them get off the streets, but the real challenge concerns those that definitely chose to remain on the streets. In this case, the city must accept their existence, their own right to the city, namely, to full citizenship. Innovative proposals require a careful appraisal of the population we aim at favoring and need contemporary concepts that go beyond the common current practices in the fields of architecture and urbanism.

Keywords: Homeless; City dwelling; Architecture, Urban Planning and Housing; Social Exclusion; Urban Space - São Paulo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ETHOS	European Typology of Homelessness and housing exclusion
FEANTSA	Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri AISBL
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
PITU 2020	Plano Integrado de Transportes Urbanos para 2020
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
SAS	Secretaria de Assistência Social
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo

SUMÁRIO

	Introdução	12
Capítulo 1	"Morar na Rua"	20
1.1	Terminologia	22
1.2	Perfil	35
1.3	Conceitos: Segregação / Exclusão / Pobreza	38
Capítulo 2	Caracterização	48
2.1	Motivos que levaram à rua: "Na rua, por hora..." / "Na rua pela rua" / "Na rua pelo crack"	52
2.2	Formas de organização; estratégias de sobrevivência	64
2.2.1	Albergados e população atendida nos "Serviços de acolhimento para adultos em situação de rua"	64
2.2.2	Grupos organizados: movimentos de moradia, catadores em cooperativas, outros	70
2.2.3	A importância dos catadores na dinâmica da cidade	72
2.3	Espaços preferenciais	74
2.3.1	Áreas de Concentração / Distribuição da população de rua	76
2.3.2	Trajetos / Mobilidade	86
Capítulo 3	Formas de intervenção	89
3.1	Qual o papel do acolhimento / abrigamento na dinâmica da rua	91
3.2	Análise dos tipos de intervenção em São Paulo	98
	Considerações finais: Reflexões para projeto	112
Bibliografia		131
Crédito de imagens		148

INTRODUÇÃO

Introdução

O *morar na rua*¹ é um fenômeno global. Assim como os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, os de maior estabilidade econômica, como Japão, Estados Unidos, Inglaterra, Dinamarca, entre outros, também têm um contingente de pessoas que moram nas ruas. Nos países mais pobres, este número não só cresce em progressão geométrica, como uma previsão futura é de que a maior parte destas últimas populações passe a ser, efetivamente, de habitante das ruas - o que é uma previsão catastrófica e grave, porém pertinente e possível. Por exemplo, o arquiteto Rem Koolhaas vislumbra a cidade de Lagos, na Nigéria, como exemplo da cidade do futuro, a *cidade genérica*: “Lagos não representa uma ‘situação de atraso’, declarou ele, e sim ‘um prenúncio do futuro’ (Koolhaas apud PACKER, 2007).

Fotos 01 a 05 - Precariedade da população , em diversos países

¹ *Homeless*: nome usado internacionalmente, cuja tradução literal “sem-lar” (tradução da autora) designa o que chamamos, genericamente, de “morador de rua”. (Estas expressões serão discutidas no Cap. 1). Usarei o termo “homeless” quando estiver falando do conceito do modo como é usado internacionalmente. Para falar do caso brasileiro, especificarei o termo a ser usado - ver cap. 1.

O problema do *homeless*² persiste e cresce em todo o mundo. Não há dados concretos sobre o número global, mas dados parciais de várias cidades que têm incluído esta população no seu cenário presente apontam para essa tendência. Aldaíza Sposati (Sposati apud JUSTINIANO, 2003) chama a atenção para o fato de que, nas metrópoles mundiais, estima-se que 1% da população viva em situação de rua.

O número de *homeless* no mundo faz com que este seja, portanto, assunto de grande relevância. Para fins de esclarecimento, embora haja diversas definições de *homeless*, neste estudo optamos por analisar a primeira definição aqui citada, ou seja, aquela que define o morador de rua.

Embora este não seja um problema local, em cada país, em cada cultura, ele se apresenta de um modo, com perfis, causas e características as mais variadas.

Japão

06

Canadá

07

Argentina

08

Brasil

09

² Partindo da definição das Nações Unidas que considera *homeless*, não só os que vivem na rua, mas também os que estão em habitações que não atendem a necessidades e padrões mínimos de habitabilidade, ou seja, a população que habita cortiços e favelas. (in: VIEIRA, M. A. C. (org.) et al., 1994, p.47).

Índia

10

Dinamarca

11

Inglaterra

12

China

13

No Brasil, o contingente de pessoas que mora nas ruas está presente em todas as cidades. De acordo com a pesquisa feita pelo Censo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), em abril de 2008, a cidade do Rio de Janeiro teria 2.000 mil pessoas morando nas ruas; em Recife o total de moradores em situação de rua era de 1.390 pessoas. Segundo o Censo da População de Belo Horizonte, em 2005, a cidade teria um total de 916 adultos e 248 jovens nesta condição. O Instituto Meta de Pesquisas de Opinião identificou no Brasil (exceto São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que fizeram pesquisas individuais), um total de 31. 922 pessoas em situação de rua até o ano de 2008.³ “Se forem somados ao contingente encontrado nessa pesquisa os resultados dos estudos conduzidos em São Paulo, Belo Horizontee Recife atingiremos um número consideravelmente mais elevado”⁴.

3 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. *Pesquisa nacional sobre a População em Situação de Rua*. Abril. 2008.

4 No entanto, cabe considerar que essas pesquisas foram realizadas em momentos distintos e seguindo metodologias diversas. Assim, não é possível estimar o tamanho total da população em situação de rua no país, apenas somando-se os resultados das diferentes pesquisas”. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008)

Analisar São Paulo, situando as especificidades locais, é um modo de compreender este fenômeno. No presente trabalho, portanto, irei tratar mais especificamente da cidade de São Paulo. Existem aproximadamente 14 mil⁵ pessoas que atualmente moram nas ruas de São Paulo. Este número por si só já seria um dado suficiente para que houvesse estudos e planejamentos urbanísticos específicos que contemplassem estas pessoas dentro do território urbano. Mas não é isto que acontece. No entanto, é importante reconhecer o trabalho e a participação de profissionais das mais diversas áreas como assistentes sociais, de saúde, psicólogos, sociólogos e outros e também a visibilidade que esta questão tem ganhado. Políticas públicas dirigidas especificamente a esta população como os programas federais de habitação de baixa renda (como o “Minha Casa Minha Vida”, entre outros) têm evoluído nos últimos anos.

Mas a participação dos arquitetos e urbanistas neste panorama é incipiente. Há que se perguntar qual o papel do arquiteto e do urbanista frente a esta realidade: o fato de que existe uma parcela da população que habita a cidade e que não é contemplada pelos projetos urbanísticos inclusivos da mesma. O tema “morar na rua” pela abordagem do arquiteto não é uma prática comum. Desse modo, para o trabalho com a população de rua, faz-se necessário definir o papel do arquiteto / urbanista. Para se ter uma idéia, no Congresso Internacional ISA-RC21, “Research Committee 21 (RC21) on Sociology of Urban and Regional Development of the International Sociological Association”, que tinha como tema “Inequality, Inclusion, and the Sense of Belonging”⁶ (“Desigualdade, Inclusão e Sentido de Pertencimento”, tradução nossa), o tema do “homeless” seria tratado em uma só mesa e, mesmo assim, não foi. Na pesquisa *Comparative Study of Homelessness in Four Global Cities: Los Angeles, Paris, São Paulo and Tokyo*, coordenado pelo sociólogo e professor da University of California, Irvine: UCI, David Snow e patrocinado pela *National Science Foundation* (Estados Unidos), da qual participei em São Paulo, entre os pesquisadores dos quatro países (Estados Unidos, Brasil, França e Japão), o único que contava com arquitetos na equipe era o Brasil, contando com alunos e professores da FAU/USP.

5 13.666 é o “número de pessoas em situação de rua, 2009”, de acordo com FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e SAS/PMSP - Secretaria de Assistência Social. Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010, arquivo 2, Tabela 1, p.2.

6 São Paulo, 3 a 25 de agosto / 2009.

Até pouco mais de dez anos, dentre os raros trabalhos brasileiros publicados sobre população de rua, era o livro de VIEIRA; ROSA; BEZERRA “População de Rua – quem é, como vive, como é vista” (1994). Isso fez dessa obra uma referencia na área. A primeira contagem de moradores de rua em São Paulo ocorreu apenas em 2000. Encomendada pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo (SAS/PMSP) e realizadas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), esta e as seguintes foram um marco no direcionamento e no significado das pesquisas com esta população: até então, estas pessoas eram “inexistentes”, pois os dados do levantamento censitário só contava as pessoas que “têm domicílio”. Ou seja, estes indivíduos estavam fora de todas as estatísticas oficiais.

“Os moradores de rua não fazem parte dos censos demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), justamente por causa da ausência de domicílio. Dessa forma, foi criada pela FIPE uma metodologia específica para quantificar essa população e sua distribuição pela cidade, possibilitando a obtenção de dados com margem de erro controlada.”

(FIPE, 2007).

Morar na rua: qual abordagem?

O foco desta pesquisa não é o *indivíduo* morador de rua - embora, indiretamente, seja ele objeto das propostas aqui colocadas. O objeto de estudo é a cidade e na medida em que o foco é o espaço urbano, a metrópole, e que o *morar na rua* é uma realidade que não se pode ignorar, é papel de arquitetos e urbanistas contemplar estes cidadãos dentro do tecido urbano.

Como arquitetos, *projetamos*. Este é um dado importante, pois é o que distingue esta pesquisa - em arquitetura e urbanismo - das outras feitas sobre o tema, que contemplam o *sujeito* (como as de sociologia, antropologia, psicologia, de saúde, aspectos econômicos, políticos, entre outros). É claro que propostas urbanas direcionadas para a população de rua têm como objetivo “afetar” esta população, mas o trabalho é indireto. Isto o diferencia da ação de outros profissionais que atuam de modo *direto* com o indivíduo (*person-to-person*), como aquela dos que atuam cotidianamente com os moradores de rua e, sem os quais, nenhuma abordagem poderia ser feita: nem de saída das ruas, nem em direção a um maior conhecimento sobre esta população. O trabalho destes profissionais é imprescindível. E sendo este tema interdisciplinar, é necessário conhecer e nos valer destas outras disciplinas e pesquisas nas mais diversas áreas para se ter instrumental suficiente para lidar de modo mais criterioso com esta

população. Mas o trabalho que busco fazer aqui é de outra natureza, com o olhar do arquiteto / urbanista. Assim, se o *morar na rua* é uma realidade que não se pode mais ignorar, nós arquitetos temos que pensar como as cidades podem *acomodar* esta população no território urbano.

A questão do espaço público é central quando se trata do morador de rua. No caso dele ambos os âmbitos público e privado da vida confundem-se na medida em que o espaço público é também o privado (e/ou vice-versa). A base de um conflito começa aí: o espaço público é o meio de sobrevivência para o morador de rua que dele, portanto, depende. No entanto, paradoxalmente, mais do que a qualquer outro cidadão, a ele é negado esse direito.

Devemos entender o morador de rua como cidadão que ele deveria ter, portanto, os direitos de cidadania. Mas não têm. O que Robert Castel chamou de “os mais vulneráveis desses vulneráveis” (CASTEL, 1997, p.33) seria, a meu ver, exatamente as pessoas que acabam por morar nas ruas: “o ponto extremo de uma vulnerabilidade de massa que afeta grandes camadas populares.” (idem, p.33). Diante da fragilidade destes indivíduos, que estão no fim do que seria considerada a linha de pobreza (ver as definições no cap. 1.3.) a imagem desta “massa homogênea” de indivíduos desprovidos de tudo, dá idéia de que, para quem não tem nada, qualquer coisa passa a ser relevante. Assim, as proposições são inespecíficas, tomando-os exatamente como uma “massa homogênea” de desprovidos. Do mesmo modo as propostas e leis apresentadas são gerais, inespecíficas: não levam em conta as particularidades de diferentes grupos. Isto se deve muito à falta de conhecimento e estudos aprofundados específicos sobre o tema “morar na rua”, principalmente dentro da área do urbanismo, o que produz uma idéia generalizadora, porém, equivocada.

Para qualquer proposição, faz-se necessário, antes, caracterizar e entender, de modo criterioso, cada grupo que compõe o que chamamos de uma maneira geral de “População de Rua”. Para tanto é preciso definir os termos utilizados para descrever os diferentes grupos. Assim, o 1º. Capítulo desta dissertação busca caracterizar os diferentes subgrupos, para demonstrar exatamente que não se trata de uma população homogênea. E por isto mesmo as respostas a ela não podem ser uniformes. Portanto, caracterizar socialmente (antropologicamente) o morador de rua, enquanto cliente é base para qualquer proposta.

Este trabalho desenvolve o argumento em três etapas. Começa por conceituar e traçar o perfil da população de rua e verificar a idéia geral de se tratar de um grupo homogêneo, onde todos querem/devem sair das ruas. Foram utilizados,

para tanto, dados do último Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010 (FIPE, 2009/2010) feito na região metropolitana (do qual participei), bem como dados de trabalhos de campo realizados pela autora. Segue-se a isto a conceituação de segregação, exclusão e pobreza situando os conceitos segundo autores da área, para justificar os termos a serem usados nesta dissertação, como “segregação voluntária” e “involuntária”, e “exclusão”. “Caracterização” é o conteúdo do segundo capítulo, com recorte feito para enfocar a diferença entre os grupos, dentro do que chamamos de maneira geral de “População de Rua”. Dividi-o em três sub-grupos que serão os balizadores da reflexão presente nesta dissertação: os que estão na rua por falta de alternativa/opção (analisando aí alguns fatores mais comuns, dentre tantos tão diversos, como: desemprego; perda de moradia; rompimento de laços familiares; atividade ilícita, exceto as advindas do *crack* e outras drogas (analisadas separadamente); alcoolismo; doenças incapacitantes para o trabalho; imigrantes; problemas de saúde mental; outros); os que estão na rua a rua por opção (que preferem o anonimato das ruas ou por outro motivo qualquer). Os dependentes de drogas ilícitas têm perfil completamente diverso dos moradores de rua em questão, mas como habitam o mesmo espaço, são muitas vezes confundidos com esta população. Faz-se necessário assim, fazer esta distinção, pois mais adiante, ela irá nortear as diferentes análises das proposições e projetos (cap.3).

A avaliação dos diferentes grupos e dos serviços utilizados assim como suas formas de organização também mostra-se fundamental para a compreensão do problema. Juntamente com a interpretação dos mapas de uso do solo, intensidade e direção dos deslocamentos desta população busca compreender a relação entre os diferentes grupos e sua localização fechando o conteúdo do capítulo 2.

Após a análise da população de rua, e das formas de apropriação do espaço urbano, analiso, no capítulo 3, “Formas de intervenção” alguns projetos, principalmente na cidade de São Paulo, para verificar a viabilidade dos projetos vigentes. Analisaremos aqui, principalmente, a recusa a estes locais e ao sistema tradicional de acolhimento/albergamento.

A reflexão principal desta dissertação é que, para o primeiro grupo, é necessário ofertar meios para que aquele indivíduo possa efetivar sua saída da rua. Para o segundo grupo, a cidade teria que assumir a existência dessa população. É a incorporação desta complexidade que nos conduz, finalmente à pergunta “morar na rua há projeto possível?” Este trabalho busca compreender o fenômeno do *morar na rua* na cidade de São Paulo, suas origens, transformações, diversidade, para então verificar a possibilidade de projetar para esta população.

CAPÍTULO 1 “MORAR NA RUA”

Capítulo 1 “Morar na Rua”

A intenção inicial deste trabalho busca a compreensão da “população de rua¹” *como um todo*. Ou seja, independente de usarem ou não as estruturas oferecidas, como albergues, moradias provisórias, casas de convivência ou da sua condição de uso eventual ou permanente, todas estas pessoas têm a rua como sua morada cotidiana.

Faz-se necessário distinguir entre uma vontade de *sair de rua*, ou ficar na rua como *escolha*. Para um, a situação do *morar na rua* tem que ser, então, transitória. Para o outro, ela é quase que permanente, no sentido em que não havendo iniciativas ou não sendo ofertadas possibilidades para aquele indivíduo sair das ruas, provavelmente ele ficará nela para sempre (como comprova o Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010, que mostra que 1/4 da população de rua permanece nas ruas há mais de 10 anos (FIPE, 2009/2010, arquivo 3, p.6.).

Para isto, a análise do perfil desta população, e da terminologia e conceitos adotados ao se falar sobre ela, é de extrema importância. Sem esta análise, e a caracterização dessa população (cap. 2), as proposições podem ser equivocadas, partindo de imagens quase que caricaturadas tratando-a, por exemplo, como se fosse uma população homogênea.

Outra variável importante refere-se a tempo de rua. Neste sentido os dados do Censo mostram que 25% da população moram nas ruas a menos de 1 ano. Por outra parte, 25% permanecem nas ruas há mais de 10 anos e o restante da população se distribui em um intervalo entre 1 a 9 anos. A média, para a população como um todo, é de 5,8 anos, com mediana menor, 4 anos.” (idem, arquivo 3, p.6).

1 Para esta pesquisa foram usados os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que define como público-alvo “pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.)

“Estimar o tempo de rua foi (...), um dos objetivos centrais das pesquisas realizadas pela FIPE com essa população. A razão dessa ênfase se baseia no entendimento de que a duração da permanência na rua altera o comportamento das pessoas, suas percepções, projetos e possibilidades de saída.” (idem, arquivo 3, p.6, grifo nosso).

Este tempo de rua e as causas para aquele indivíduo ainda estar na rua, tem que ser analisados tendo em vista a diferenciação destes indivíduos. Do contrário, corremos o risco de homogeneizar não só esta população como se fosse um grupo só, *coeso*, quanto tornarmos equivocadas e ineficazes qualquer alternativa ou projeto proposto para esta população - seja para tentar tirá-la da rua, seja para permitir sua permanência. Estes encaminhamentos têm que ser feitos observando, antes de tudo, a caracterização dos diferentes indivíduos que compõem o que chamamos de maneira generalizada de “População de Rua”.

“O (...) conhecimento da dimensão, das características, das formas de sobrevivência e da trajetória da população de rua, entendida como a que sobrevive da rua, **utilizando-a circunstancialmente ou de forma permanente como moradia**; avaliação crítica de algumas formas de atendimento no âmbito das ações públicas e privadas, entendendo-as como ação intencional de instituições e grupos voltada especificamente para esta população.”² (VIEIRA et al, 1994, p.14 – grifo nosso).

1.1. Terminologia

Começamos com uma reflexão sobre os termos e conceitos atribuídos tanto à população de modo geral, como a cada indivíduo. A escolha do nome a ser utilizado neste trabalho deverá, portanto, ser feita com critério.

“O objetivo foi chegar a denominações que não estivessem comprometidas com quaisquer grupos sociais, políticos ou religiosos, que fossem social e politicamente corretas e que pudessem ser utilizadas no trabalho ao fazer referência a estas pessoas sem levar a outras interpretações.” (ENDRIGUE, 2002, p.3).

2 Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=111&pag=3>

É preciso situar o vocabulário com relação à população de rua. Reiterando esta linha, Ulf Hannerz³ aponta a necessidade de investigação do nosso vocabulário e da adaptação deste dentro de diferentes culturas, (algo que as pessoas “herdam, usam, transformam, adicionam e transmitem”) (HANNERZ, 1997, p. 9-10). Deste modo, os termos foram sendo inventados, transformados e adaptados, em diferentes sociedades e culturas, sendo necessário analisá-los.

Há primeiro que se definir como se referir à população como um todo, ou seja, qual termo adotar quando nos referimos ao grupo. Depois, dentro deste grupo, às especificidades de cada sub-grupo, pois a população de rua, como dissemos anteriormente, não é homogênea.

Há também diferenças nos *motivos que levam à rua* ou *motivos de estar na rua*, que podem ser: por falta de alternativa; por “opção” (os que, por razões diversas, não buscam a saída das ruas), e, ainda, um grupo que tem aumentado nos últimos anos (e que, embora tenha uma caracterização completamente diversa, também se encontra nas ruas) - a dos usuários de crack⁴, serão analisados na segunda parte deste capítulo.

Para se chegar a estas caracterizações, é necessária a prévia análise dos termos para ambos: *grupo (População que está nas ruas) / indivíduo*.

Grupo

Há vários termos para definir o grupo de pessoas que mora nas ruas em geral: moradores de rua, os sem-casa, os sem-teto, ou, ainda, *homeless* - termo usado internacionalmente - entre tantos outros. Como *grupo*, os termos usados são: “Povo da Rua”, “População de Rua”, “Moradores de Rua”, ou “População em Situação de Rua”. Há uma distinção entre estes. Como coloca Endrigue (2002, p.3):

“A posição de grupos religiosos e fóruns ao utilizarem o termo “**Povo da Rua**” é totalmente coerente com suas propostas de organização e reintegração social da população de rua. A palavra “povo” traz os ideais de luta e de união. Porém, busca-se aqui uma denominação própria a este estudo e que abranja o total da população de rua”.

3 Ulf Hannerz é presidente da Associação Européia de Antropólogos Sociais (EASA) e diretor do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Estocolmo, Suécia.

4 Com perfil diferente da população de rua, não será tratada no presente trabalho (como será explicado no Cap. 2.1. desta Dissertação).

“Assim, será adotada a expressão “**População de Rua**”, definindo-a como aquela que “sobrevive da rua e tem a rua, de forma circunstancial ou permanente, como moradia.”⁵ Deseja-se que, quando o texto se referir à população de rua, venha à mente do leitor esta interpretação”. (ENDRIGUE, 2002, p.3, grifo do autor).

Concordo com Endrigue com relação à expressão “População em Situação de Rua”:

“pode sugerir a interpretação de que estar na rua é, sempre, algo passageiro, temporário, provisório. Sabe-se que o processo de saída da rua é lento e gradual, principalmente porque depende de diversos fatores. O termo pode parecer interessante quando utilizado com o intuito de promover a auto-estima da população de rua, como vem sendo utilizado por essa mesma população. O que não é desejável é utilizá-lo com o objetivo de amenizar, para a sociedade, a situação em que o morador de rua se encontra”. (ENDRIGUE, 2002, p.3).

Esta expressão será analisada adiante, ao falar do indivíduo, designado pelo Censo⁶ como “Pessoa em Situação de Rua”. Deste modo o mais preciso, a meu ver, sem aferir qualquer outro sentido, é o termo “população de rua”. A expressão “moradores de rua” tem a mesma conotação, embora ao que parece, nesta expressão esteja mais implícita a idéia de *indivíduos* do que de *grupo*, como um todo, como é o caso da expressão “População de Rua”. Para fins do presente trabalho serão usadas, portanto, estas duas expressões ao tratar destas *pessoas que habitam as ruas*, como idéia de grupo: “população de rua” e “moradores de rua”.

São nômades que perambulam pela cidade, pedintes, desempregados ou subempregados. Mais do que viver, sobrevivem aos desafios que a falta de previsibilidade e de constância impõe: problemas tais como sujeição às intempéries, desproteção pessoal, acumulação do alimento recolhido, perturbação do sono, etc. A sobrevivência compele, assim, à mobilidade, isto é, à habilidade de se deslocar de um lugar para outro com seus pertences e de maneira eficiente. Na maior parte das vezes é o único modo que encontram de habitar a cidade. “Suas chances de sobrevivência não dependiam nem do acúmulo de bagagem cultural nem da adesão às normas culturais, **mas da capacidade de mudar, adaptar, improvisar**”. (HANNERZ, 1997, p. 23, grifo nosso).

5 VIEIRA, M. A. C. (org.): 1995, p. 42.

6 FIPE, 2000.

U. Hannerz coloca de modo preciso a importância da escolha dos termos. Partindo de uma análise de R. Rosaldo⁷ (Rosaldo, 1988 apud HANNERZ, 1997, p.12), utiliza o termo “**sem-documento**”:

“Contudo, Rosaldo chama a atenção não tanto para a luta pela sobrevivência, mas para a fronteira como uma zona cultural “entre lugares estáveis” - para sua liberdade, para as pessoas se divertindo, para a dança da vida. A fronteira torna-se um espaço lúdico. Ou, trazendo à lembrança uma outra corrente do pensamento antropológico, e passando de Frederick Jackson Turner para Victor Turner (p. ex., 1974), uma área de **liminaridade**” (1988 apud HANNERZ, U., 1997, p. 22, grifo nosso).

Este conceito, parece, é importante como idéia, mas como termo, separadamente, carece de precisão.

De mesmo modo, é importante também situar a nomenclatura utilizada em diferentes países, pois ela reflete e traz consigo a imagem deste dentro de cada sociedade, cada cultura.

A palavra em inglês, *homeless*, ao que parece, é a que melhor traduz a realidade, nos termos desta pesquisa, mas na tradução para o português percebemos algumas especificidades do termo, como será colocado adiante.

O termo usado em francês, SDF - *Sans Domicile Fixe* - define “uma pessoa que dorme na rua, ou nos “foyers d’accueil”. É designado também aos *sem-abrigo*, ou itinerantes. Outra palavra que era muito utilizada – “clochard” -, caiu em desuso por causa de sua conotação pejorativa e redutora, mas sobretudo por causa do “politicamente correto”. O termo SDF tem sido usado na França desde os anos 1980, e sucede à noção de vagabundo ou “chemineau” (na tradução, “fazer o caminho”), tão presente na vida francesa do sec. XIX. O termo SDF tem origem na terminologia policial, mencionada nos formulários em lugar de local de endereço da pessoa controlada. Originalmente, podia-se referir a uma pessoa habitante “em casa de amigos” ou “em trânsito”, ou seja, referindo-se à noção de “domicílio”⁸.

Neste sentido, os termos “SDF” e “sem-abrigo” assemelham-se ao de “sem-teto”.

7 ROSALDO, Renato. Ideology, Place, and People without Culture. *Cultural Anthropology*, 3:77-87. 1988.

8 Tradução livre da autora, retirado de: (in: http://fr.wikipedia.org/wiki/Sans_domicile_fixe)

De acordo com o *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 1999), “**desabrigado** é o indivíduo que não tem abrigo, que está exposto às intempéries”; “**sem-teto** é considerado aquele que não tem moradia, geralmente por falta de condições econômicas” (grifo nosso). São definições amplas que não contemplam a questão que aqui nos interessa: falar dos sujeitos, atores do cenário urbano, como quaisquer outros cidadãos.

14

15

16

Diversidade de modos de morar na rua

O termo “sem-teto” nos parece equivocado. Não são todos os moradores de rua que não têm teto: há os que usam teto aproveitado, emprestado, no sentido físico de “casa”. Estamos nos referindo aos andarilhos; aos loucos de rua; aos catadores de papel, de lixo, de restos a reciclar, que carregam seus carrinhos movidos a tração humana, verdadeiras carroças; aos que moram nas ruas, debaixo dos

viadutos, que ocupam os espaços residuais da cidade, e que, por vezes, e apesar disso, tentam construir nesse mínimo espaço algo que vagamente se associe ao cenário de uma casa, com seus objetos pessoais, animais de estimação, sofás, pertences. Neste sentido, o termo em inglês - *homeless* (sem-lar) - é o que parece chegar mais próximo dessa idéia, visto que abrange não só o segmento dos sem-teto, como também traz consigo a idéia da fragilidade daqueles que vivem nas bordas, nas beiras, nos limites do espaço público.

17

18

19

20

Com casa mas sem lar

“I currently live at the Union Rescue Mission. Even though I have a roof for my head, is not a place I can call home – this right now isn’t home. These is temporary “roofs”, for me” “It’s slowing me down, but it’s not gonna stop me.”⁹ (grifo nosso).

Homeless: este era o termo que nos parecia mais próximo de mostrar a subjetividade do “morar na rua”, abrangendo não só o sentido de *casa*, mas o sentido mais amplo de “lar”.

Mas analisemos os outros temos:

Ao longo do trabalho com os moradores de rua, outra palavra foi lembrada: **omitidos**. De acordo com o *Dicionário Aurélio*: “Omitir”, do latim *omittere*: “1. Deixar de fazer, dizer ou escrever; **não mencionar**; 2. Descuidar-se de fazer, dar, etc.; 3. Deixar em esquecimento; preterir, **postergar**; 4. Deixar de lado; **não tomar conhecimento de**; 5. Não atuar, não manifestar-se, não se pronunciar, quando seria de esperar que o fizesse”. (FERREIRA, 1999, grifo nosso). E este termo, embora não específico para o tema, nos parece apropriada, pois abrange um leque de definições e sentimentos subjetivos que vão além do sentido físico para estes sujeitos preteridos, postergados, no sentido de esquecidos, *deixados para serem pensados depois*.

Similarmente, o artista plástico e diretor do “Interrogative Design Group” no Massachusetts Institute of Technology (MIT), Krzysztof Wodiczko¹⁰, que tem um interessante trabalho com moradores de rua, chama a atenção para um verdadeiro exército de excluídos: são “nômades urbanos **despejados** [*evicted*] da economia atual”: (grifo nosso).

21 Morador de rua e veículo de Krzysztof Wodiczko (“Homeless Vehicle Project”), 1988.

9 Transcrição da autora do depoimento de Keneth, morador do Skid Row, em Los Angeles, EUA. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=l33Lb4wT6es&feature=channel>>

10 Interrogative Design Group, Massachusetts Institute of Technology, Homeless Vehicle Project 1988. <http://web.mit.edu/idg/homeless.html>. (in: MILTON, 2003)

Continuando, de acordo com Endrigue (2002, p.3, grifo nosso):

“**Pedinte e mendigo** são termos que classificam apenas os indivíduos que adotam a mendicância como uma estratégia de sobrevivência. Além dessa restrição, os termos relacionam a opção por pedir com a opção de não querer trabalhar. Vigora a falsa idéia de existir emprego se existir vontade de trabalhar”

“**Migrante, trecheiro, peão, itinerante** são designações que deslocam a explicação dos processos sociais que geram a exclusão desses setores para o que costuma ser entendido como uma espécie de natureza das pessoas que os compõem”.

“**Catador e carroceiro** são termos que serão utilizados ao se referir àqueles que têm como atividade para gerar renda a coleta de materiais recicláveis (papelão, vidro, jornal, etc.) e reaproveitáveis, utilizando a carroça para o transporte do material. Estes indivíduos vêm sendo chamados atualmente de **carrinheiros**, no programa de atendimento à população de rua. A atividade de catador não é, ainda, reconhecida pela sociedade como uma profissão de grande importância para a cidade, exercida por aquele que tem a função de recolher o material rejeitado pela própria cidade. Certamente, as palavras carroceiro e catador deixam mais claros sua atividade e sua função e, ao mesmo tempo, valorizam o seu instrumento de trabalho: a **carroça**”.

No Brasil, o termo usado oficialmente, em se tratando de políticas públicas, é “Pessoas em Situação de Rua”.

De acordo com o Censo 2009/2010, é considerada “população em situação de rua”:

- “Moradores de rua”: pessoas que não têm moradia e que pernoitam nas ruas, praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos, mocós, terrenos baldios e áreas externas de imóveis;
- “Acolhidos”: pessoas que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos”. (FIPE, 2009/2010, arquivo 2, p.2).

A definição feita pelo Censo, ao distinguir entre os que vivem nas ruas e os que ficam em albergues, abrigos ou outros modos de acolhimento não traz consigo a análise e os motivos destas escolhas. E a expressão “em situação de” (rua) tem uma conotação de algo temporário, passageiro.

As próprias pessoas que vivem nas ruas vêm na expressão “Em situação de rua” uma conotação de “transição”, de uma situação que seria *provisória*, como pode ser visto a seguir:

“A denominação **dada pelas próprias pessoas que moram nas ruas**, de acordo com o Jornal Folha de São Paulo”:

- **“Definitivo”**: Aquele que não tem vontade de deixar as ruas e já está totalmente adaptado ao dia a dia de privações.
- **“Temporário”**: Também chamado de **“em situação de rua”**. Tem vontade de deixar as ruas e busca as alternativas para melhorar de vida.
- **“Trecheiro”**: Morador de rua que vive mudando de lugar e, em muitos casos, até de cidade e estado.
- **“Deficientes”**: Aqueles com problemas físicos ou mentais são os que mais encontram rejeição dos outros moradores de rua.
- **“Escondidinho”**: ladrões que cometem pequenos crimes na área central de São Paulo e, para tentar despistar a polícia, se juntam a grupos.”¹¹ (grifo nosso).

Assim, é das próprias pessoas que habitam as ruas a distinção entre uma situação **definitiva**, e uma situação **temporária**.

Imaginar que esta situação seja *permanente*, com certeza não agrada nem ao poder público, nem à sociedade para quem seria mais interessante que todos fossem “temporários”, que essa fosse apenas uma situação de passagem. Não é à toa, portanto, que a denominação oficial, utilizada inclusive pelo Censo (encomendado pela Prefeitura de São Paulo) seja “População **em Situação de Rua**”¹² (grifo nosso).

22

23

24

Morando rua como condição provisória ou permante?

¹¹ “Como os sem-teto definem os tipos que habitam as vias da cidade”. In: SPINELLI, Evandro; CARAMANTE, André; CASTRO, Leticia de.

¹² FIPE, 2009/2010, arquivo 2, p.2.

Há outras distinções:

“Rivlin¹³ (1990, apud RABINOVICH, 1994) descreveu quatro tipos de modos de morar na rua, ressaltando a importância da dimensão temporal nesta classificação: crônico, periódico, temporário, e total.

“Nesta mesma direção, RABINOVICH (1993) pesquisou a casa dos “sem casa” concluindo haver quatro tipos de “moradias” na rua – assentado, caverna, nômade e selvagem – que variaram segundo o nível de estabilidade tempo-espacial e segundo o tipo de organização do grupo: enquanto assentados e caverna eram mais estáveis, nômades e selvagens eram principalmente adultos masculinos, sem crianças.” (Tachner e Rabinovich, 1998, apud VASSÃO, 2002, p.214),

Suzana P. Tachner e Elaine Rabinovich, apontam para os diferentes modos de morar na rua, e para as diversas tipologias:

- **assentados**
- **nômades**
- **homens das cavernas**
- **selvagens:**

“[...] os sem-teto foram classificados em quatro tipos básicos: ‘os assentados’, semelhantes aos favelados, moradores debaixo de pontes e viadutos, com espaço delimitado por paredes e portas com fechaduras, num simulacro de privacidade; ‘os nômades’, sem espaço fixo, dormindo sob marquises e pontilhões; ‘os homens das cavernas’, com domicílio no interior das estruturas e ‘os selvagens’, que não têm lugar, carregavam seu suporte vital consigo. Como características principais do grupo de nômades apontam-se: ‘casas’ em permanente transformação, poucos ‘bens’, instabilidade, grupos mutáveis, não demarcação clara de território. Habitam estruturas temporárias. A diferença principal entre nômade e assentado é a existência de porta, especialmente porta com tranca. As suas casas em geral não têm teto, apenas paredes feitas de papelão e/ou tábuas.” (RABINOVICH; TACHNER, 1998, p.11).

O Observatório Europeu de *Homeless* (*European Observatory on Homelessness*), parte do FEANTSA¹⁴, propõe as seguintes distinções, conforme quadro na próxima página:

- **Roofless:** mais se assemelha ao “sem-teto”.
- **Houseless:** mais se assemelha ao “homeless”, estão acolhidos, mas o abrigo não é seu “lar”.

13 RIVLIN, L. G. Home and homelessness in the lives of children. *Child and youth services*, 14 (1): 5 – 17, 1990.

14 FEANTSA - Fédération Européenne d’Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri AISBL. In: FEANTSA. *ETHOS - European Typology of Homelessness and housing exclusion*.

ETHOS - European Typology of Homelessness and housing exclusion

Homelessness is one of the main societal problems dealt with under the EU Social Protection and Inclusion Strategy. The prevention of homelessness or the re-housing of homeless people requires an understanding of the pathways and processes that lead there and hence a broad perception of the meaning of homelessness.

FEANTSA (European Federation of organisations working with the people who are homeless) has developed a typology of homelessness and housing exclusion called ETHOS.

The ETHOS typology begins with the conceptual understanding that there are three domains which constitute a "home", the absence of which can be taken

to delineate homelessness. Having a home can be understood as: having an adequate dwelling (or space) over which a person and his/her family can exercise exclusive possession (*physical domain*); being able to maintain privacy and enjoy relations (*social domain*) and having a legal title to occupation (*legal domain*). This leads to the 4 main concepts of Rooflessness, Houselessness, Insecure Housing and Inadequate Housing all of which can be taken to indicate the absence of a home. ETHOS therefore classifies people who are homeless according to their living or "home" situation. These conceptual categories are divided into 13 operational categories that can be used for different policy purposes such as mapping of the problem of homelessness, developing, monitoring and evaluating policies.

Operational Category		Living Situation		Generic Definition
Conceptual Category	ROOFLESS	1 People Living Rough	1.1 Public space or external space	Living in the streets or public spaces, without a shelter that can be defined as living quarters
		2 People in emergency accommodation	2.1 Night shelter	People with no usual place of residence who make use of overnight shelter, low threshold shelter
	HOUSELESS	3 People in accommodation for the homeless	3.1 Homeless hostel 3.2 Temporary Accommodation 3.3 Transitional supported accommodation	Where the period of stay is intended to be short term
		4 People in Women's Shelter	4.1 Women's shelter accommodation	Women accommodated due to experience of domestic violence and where the period of stay is intended to be short term
		5 People in accommodation for immigrants	5.1 Temporary accommodation / reception centres 5.2 Migrant workers accommodation	Immigrants in reception or short term accommodation due to their immigrant status
		6 People due to be released from institutions	6.1 Penal institutions 6.2 Medical institutions (*) 6.3 Children's institutions / homes	No housing available prior to release Stay longer than needed due to lack of housing No housing identified (e.g by 18th birthday)
	INSECURE	7 People receiving longer-term support (due to homelessness)	7.1 Residential care for older homeless people 7.2 Supported accommodation for formerly homeless people	Long stay accommodation with care for formerly homeless people (normally more than one year)
		8 People living in insecure accommodation	8.1 Temporarily with family/friends 8.2 No legal (sub)tenancy 8.3 Illegal occupation of land	Living in conventional housing but not the usual or place of residence due to lack of housing Occupation of dwelling with no legal tenancy illegal occupation of a dwelling Occupation of land with no legal rights
		9 People living under threat of eviction	9.1 Legal orders enforced (rented) 9.2 Re-possession orders (owned)	Where orders for eviction are operative Where mortgagee has legal order to re-possess
		10 People living under threat of violence	10.1 Police recorded incidents	Where police action is taken to ensure place of safety for victims of domestic violence
	INADEQUATE	11 People living in temporary / non-conventional structures	11.1 Mobile homes 11.2 Non-conventional building 11.3 Temporary structure	Not intended as place of usual residence Makeshift shelter, shack or shanty Semi-permanent structure hut or cabin
		12 People living in unfit housing	12.1 Occupied dwellings unfit for habitation	Defined as unfit for habitation by national legislation or building regulations
		13 People living in extreme overcrowding	13.1 Highest national norm of overcrowding	Defined as exceeding national density standard for floor-space or useable rooms

Note: Short stay is defined as normally less than one year; Long stay is defined as more than one year.
This definition is compatible with Census definitions as recommended by the UNECE/EUROSTAT report (2006)

(*) Includes drug rehabilitation institutions, psychiatric hospitals etc.

FEANTSA is supported financially by the European Commission. The views expressed herein are those of the author(s) and the Commission is not responsible for any use that may be made of the information contained herein.

European Federation of National Associations Working with the Homeless AISBL
Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri AISBL

EN

194, Chaussée de Louvain ■ 1210 Brussels ■ Belgium ■ Tel.: + 32 2 538 66 69 ■ Fax: +32 2 539 41 74 ■ ethos@feantsa.org ■ www.feantsa.org

- **Insecure:** os que estão em situação mais vulnerável, sujeitos a despejos ou outros tipos de ocupação ilegal.
- **Inadequate:** casas móveis ou que não são “apropriadas”.

Portanto, “morador de rua” é o que nos parece mais abrangente, e que será utilizado no presente trabalho ao se falar do indivíduo, pois compreende o *morar* na rua, ou seja, a utilização da rua como casa, efetivamente: o habitar a rua - desde dormir, comer, banhar-ser, vestir-se, e todas as demais ações cotidianas - fazendo da rua sua *morada*.

Neste sentido também, a denominação em inglês – *homeless* (“sem-lar”) - parece-me a adequada, pois ao conter a idéia da casa como abrigo, coloca-a em seu sentido mais abrangente, **de lar**.

Utilizar o termo *homeless* como aquele que habita as ruas, mas não tem nela o seu “lar”, nos parece correto. No entanto, como vimos, há uma parcela desta população que escolhe efetivamente *morar* na rua - por razões diversas, seja por preferir o anonimato das ruas, seja por escolhas subjetivas, ou por muitos outros motivos. O fato é que, ao *escolher* usar a rua como morada, a rua é, neste caso, seu lar. Para estes, não nos parece correto denominá-los “homeless”. O mais correto para denominar este indivíduo seria, então, “morador de rua”. A distinção seria que *homeless* - *aquele que não tem o “lar”*, no sentido mais abrangente da palavra, não corresponde à realidade daqueles indivíduos que querem ficar nas ruas como opção. Embora a nós pareça estranho, esta é uma realidade a ser contemplada: há pessoas que *escolhem* a rua como local para morada ¹⁵. Para estes, a rua é, sim, algo que se aproxima de um “lar”. E portanto, para estes o termo “homeless” não nos parece preciso, pois seria como nomear a “parte” pelo “todo”. Será adotado então o termo “morador de rua” para todos os indivíduos, algo que se assimilaria o termo inglês “*City Dwellers*”¹⁶.

Como metodologia, ao tratar da população que “mora nas ruas”, foram estabelecidos 2 sub-grupos:

- dos “*homeless*”, para aqueles que *estão* na rua,
- e
- dos “moradores de rua” (ou “*city dwellers*”, em inglês), para aqueles que usam a rua opção e que tem nela o seu lar.

15 FIPE, 2009/2010, arquivo 2, Tabela 1, p.4.

16 *City dweller*: “Morador da cidade”, tradução livre da autora.

Ambos, portanto, são “moradores de rua”. É este o termo genérico. Quando falarmos especificamente, usaremos o termo do sub-grupo.

O termo morador de rua por caracterizar todos os que compartilham da mesma condição espacial - sobrevivem nas ruas - independente do porquê de terem ido para a rua é o que será usado neste trabalho.

Ao analisar estes significados e refletir sobre qual termo a ser adotado nesta pesquisa, o termo “**Pessoas em Situação de Rua**” é inadequado. Concordamos apenas em parte com ele, pois remete a uma situação passageira, transitória, onde, no entanto, para muitas pessoas, ela é fixa (seja por escolha, ou por falta de escolha). Este termo é mais uma ilusão ou incentivo no sentido de imaginar que todos, um dia, irão sair das ruas, ou que a população um dia deixará de existir: *todos estarão fora das ruas*.

As próprias pessoas que vivem nas ruas vêm na expressão “em situação de rua” uma conotação de “transição”, de uma situação que seria provisória, como pode ser visto abaixo. (Estas categorias serão abordadas no capítulo 2).

A denominação dada pelas próprias pessoas que moram nas ruas, de acordo com o Jornal Folha de São Paulo: (SPINELLI; CARAMANTE; CASTRO, 2010).

- **“Definitivo”**: Aquele que não tem vontade de deixar as ruas e já está totalmente adaptado ao diuturno de privações.
- **“Temporário”**: Também chamado de “em situação de rua”. Tem vontade de deixar as ruas e busca as alternativas para melhorar de vida”. (grifo nosso).

Na segunda parte deste capítulo, ao analisar os conceitos de segregação, estas denominações serão relacionadas ao termo utilizado por Peter Marcuse¹⁷ (Marcuse, in: Espaço & Debates, 2004, p.24), referindo-nos à ida para as ruas como voluntária ou involuntária.

Ao problematizarmos sobre a questão desta população, é necessário situar estas duas posições. Sem diferenciá-las, corremos o risco de homogeneizar as causas da sua ida (para as ruas), que são heterogêneas. Temos que separar **quem fica na rua por opção (permanentemente)**, e os que ficam **por falta de alternativa (circunstancialmente)**. Para estes últimos, o Estado teria como obrigação

17 MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; Guetos, não: A segregação e o Estado. In: Espaço & Debates, “Segregações Urbanas”, v.24, n.45, jan/jul 2004. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU, 2004. p.24-33.

ofertar outra solução, ou literalmente, outra *saída*, que não apenas os albergues e casas de convivência, que são as opções existentes hoje no Brasil (a análise destes equipamentos serão feitas no capítulo 3).

A resistência aos albergues e às casas de convivência é grande. Por isso, a população que dorme nas ruas, e a que frequenta os albergues, tem características diferentes.

“Para eles [os que vivem hoje nas ruas], há pouco mais de 7.000 vagas em albergues da prefeitura - eram 8.000, mas no ano passado uma unidade fechou. Conclusão: quase 6.000 não têm onde dormir. E, mesmo assim, sobram vagas. Em 2000, quando foi feito o censo anterior pela FIPE, da USP, eram 8.706 pessoas nessa situação – 3.693 em albergues. Ou seja, em nove anos, as ruas ganharam mais de 4.000 pessoas, **um aumento de quase 50%.**” (SARAIVA, 2010, grifo nosso).

1.2. Perfil

Existem aproximadamente 14 mil¹⁸ “pessoas em situação de rua” em São Paulo.

Em São Paulo particularmente, este número era desconhecido até 2000, quando foi realizada a *Primeira Contagem do Número de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo*: até então o Censo não contemplava estas pessoas que habitam as ruas, ou seja, elas eram *inexistentes*¹⁹ :

No primeiro Censo de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo, realizado em 2000²⁰, foram identificados 8.706 moradores de rua em São Paulo. No segundo, em 2003, foram contadas 10.399 pessoas²¹. No terceiro e último Censo, que acabou de ser realizado (2009 / 2010)²², o número foi de 13.666 moradores.

18 13.666 é o “número de pessoas em situação de rua, 2009” (FIPE, 2009/2010 arquivo 2, Tabela 1, p.2).

19 “Antes de apresentar dados sobre a população de rua na cidade de São Paulo, vale ressaltar que as contagens dos moradores de rua são difíceis de serem feitas em razão da possibilidade de não cobrir todo o universo e do risco de contar mais de uma vez a mesma pessoa. Portanto, a contagem não se propõe apresentar números definitivos” (In: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=111&pag=3>)

20 FIPE, 2000.

21 FIPE e SAS / PMSP. *Contagem do Número de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo*, 2003.

22 Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe e Secretaria de Assistência Social- SAS / PMSP. *Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010*.

Quadro 1 – Variação do número de moradores de rua por ano – São Paulo – 1991-2003

1991*	1994*	1996*	2000**	2003**
3.392	4.549	5.334	8.706	10.394

Fontes: * Secr. Mun. de Bem-Estar Social; **Levantamento da Fund. Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, para Secr. Mun. de Bem-Estar Social.

Ou seja, entre 2000 e 2003, houve um aumento de quase 20% na população de rua. Entre 2003 e 2009/2010, o aumento foi de 31,4%.

Os números são alarmantes: no período de 10 anos, portanto, a população de rua aumentou 57%.

E desde 1996, o perfil da população de rua pouco se alterou, apenas os números totais²³.

De caracterização muito diversa, esta população abrange mendigos, desempregados, trabalhadores que vivem do lixo ou da catação de papéis ou latas, ex-presidiários, pessoas sem moradia fixa, meninos de rua, e outros. É composto também por um número significativo de imigrantes, que “participam de forma irregular e periférica dos pólos dinâmicos do mercado de trabalho capitalista.” (in: VIEIRA, M. A. C.(org.); et al., 1994, pp.20). Caracteriza-se também pela mobilidade, uma população flutuante - processo incrementado pelo acirramento da miséria social. A mendicância está fortemente associada à sua sobrevivência, embora esta população seja hoje composta mais de desempregados ou subempregados do que de pedintes.

A grande maioria²⁴ é adulta (77,9%), com média de idade de 40 anos, homens (79,7%),”não-branca”²⁵. Com relação ao Censo de 2000, houve um aumento no número de jovens e de idosos nas ruas. 72,6% são migrantes. Outros dados do perfil socioeconômico da População de Moradores de Rua, de acordo como Censo:

23 http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=111&pag=3

24 Dados: FIPE, 2009/2010, arquivo 2: “Principais Resultados do Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo”.

25 Este dado não será usado neste trabalho, e precisa ser mais longamente discutido, pois no Censo 2009/2010 a “cor” foi uma atribuição do entrevistador, dado este, sujeito a erro por vários motivos. Ademais, não nos interessa para a finalidade do presente trabalho, estes tipos de dados.

“A análise aponta que 90% das pessoas em situação de rua possuem uma profissão, dos quais 20% ainda a exerce e 35,9% largou a carreira em período considerado recente, entre 1 ou 2 anos. A maioria trabalhava com construção civil (28,3%) e serviços de limpeza (13,8%). Mais de 67% dos moradores entrevistados chegaram a ter carteira de trabalho assinada.

Segundo a sondagem, a coleta de materiais recicláveis é a maior fonte de renda para pessoas em situação de rua (62,1%). A maioria se sustenta com o trabalho informal (66,9%), enquanto apenas 14% dos pesquisados vivem somente de esmolas. A maior parte do dinheiro vai para alimentação (69%), bebida (41,4%), cigarro (33,6) e droga (19,6%).

Entorpecentes. Apenas 25,6% dos moradores em situação de rua disseram não usar drogas ou álcool — 37% consomem bebidas alcoólicas e 27,7% fazem uso de drogas e álcool. O crack é a droga mais usada (27,3%), seguida de maconha (21%) e cocaína (11,8%).”

(In: PINHEIRO, G. **Jornal O Estado de São Paulo**. 31 maio.2010.)

Outro dado preocupante é que quase a metade dessa população não possui qualquer documento, CPF, título de eleitor ou carteira de trabalho.

Há uma predominância de indivíduos sozinhos (66,9%)²⁶. A maioria (61,3%) tem parentes na cidade de São Paulo, mas que não vivem com eles nas ruas. Embora muitos tenham filhos (59,1%), a maioria está na rua sozinha ou vive com pessoas sem qualquer grau de parentesco. De acordo com o Censo “houve um aumento no número de moradores que vivem com companheira (o) nas ruas da cidade. Por outro lado, também se observa que, quanto maior a idade do morador, menor a presença de companheira (o) vivendo com ele na rua”. (FIPE, 2009 / 2010, Arquivo 3, p.3).

“Ainda assim, de um modo geral, o número de moradores que atualmente possui companheira (o), é significativamente baixo. Constatou-se que a maioria das pessoas entrevistadas já teve, em algum momento de sua vida, uma companheira (o) ou esposa (o), embora, atualmente, estejam sozinhas. A maioria desta população tem filhos, porém somente um percentual ínfimo de moradores declarou viver com eles nas ruas”.

(FIPE, 2009/2010, arquivo 3, p.3).

Estes dados são muito importante pois para se propor qualquer projeto urbano ou de equipamentos (albergues ou outros centros de acolhidas, tendas, ou outro

26 Dados: FIPE, 2009/2010, arquivo 3: “Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da População de Moradores de Rua da Área Central da Cidade de São Paulo”.

tipo de “equipamentos”) que contemple esta população, temos que levar em conta os diferentes arranjos, sejam eles familiares ou de laços, ou mesmo indivíduos, solitários.

1.3. Conceitos: Segregação, exclusão, pobreza

Após apresentar a heterogeneidade da população que mora nas ruas e apontar para o fato de que tanto o indivíduo quanto o espaço por eles habitados são de algum modo excluídos da sociedade, faz-se necessário diferenciar os termos e tipos de exclusão, ou de segregação.

Não há consenso sobre o uso do termo “segregação”, dado seus múltiplos significados possíveis. Em um número dedicado especificamente ao tema “segregações urbanas” (Espaço & Debates, 2004), há diferentes definições sobre o conceito. Na visão de Aldaíza Sposati ²⁷ (Espaço & Debates, 2004, p.87), do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, e então secretaria da Ação Social da Prefeitura de São Paulo, o termo deve ser usado com o mesmo significado usado por Teresa Caldeira em “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo”: refere-se aos enclaves de riqueza, verdadeiras cidades muradas, como os condomínios de luxo - e não aos de pobreza. Para ela, os enclaves fortificados “são propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente.” (CALDEIRA, 2003, p.258)

Mais do que segregação, Sposati prefere o conceito de “desigualdades sócio-espaciais”, traduzindo-o pelos termos “exclusão/inclusão social”.

A questão é: incluídos ou excluídos de quê? De acordo com Lucio Kowarick²⁸ “A rigor, não há pessoas excluídas, mas incluídas marginalmente” (Espaço & Debates, 2004, p.96).

27 SPOSATI, A.; TORRES, H.; PASTERNAK, S.; VILLAÇA, F.; KOWARICK, L.; SCHOR, S. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. In: Espaço & Debates, “Segregações Urbanas”, v.24, n.45, jan/jul 2004. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU, 2004. (p.87-109).

28 Ibid., p.87-109.

Desigualdade sócio-espacial, exclusão social ou inclusão marginal?

É importante fazer a distinção entre os conceitos de exclusão/inclusão, e o de pobreza, uma vez que linha de pobreza tem em sua definição um conceito monetário, e exclusão/inclusão é mais abrangente, não apenas econômico, mas sobretudo político, social, portanto, mais complexo que dados numéricos apenas. Essa visão se aproxima, de acordo com Schor²⁹ (Espaço & Debates, 2004, p.97) do conceito europeu subjetivo de pobreza. O indicador de exclusão/inclusão se constitui por quatro categorias: autonomia, direitos humanos, garantia de vida e equidade. Mas como são medidos estes indicadores? São conceitos difíceis de serem mensurados por indicadores, porque não há indicador que capture toda a complexidade do tema, e que abarque outras variáveis, como mudanças. “Há um hiato muito grande entre o conceito e a mensuração do conceito”. (Pasternak, in: Espaço & Debates, 2004, p.109). “Acho que este conjunto de índices e esse esforço de descrever e denominar várias dessas dimensões tratadas é um esforço para eliminar estas mediações. É por isso que a gente tem dificuldade em ficar só com o conceito de exclusão, ou, se limitar ao conceito de pobreza” (Schor, in: Espaço & Debates, 2004, p.98). Ambos os conceitos não são absolutos, mas relativos, daí a dificuldade de se trabalhar com eles. Assim, não é apenas um indicador, mas um conjunto: é a “descrição de uma condição”. (Schor, in: Espaço & Debates, 2004, p.99).

Para Sposati³⁰, embora relativo, o conceito de pobreza é também um conceito de excludência (Espaço & Debates, 2004, p.100). É mais um conceito de desigualdade, da relação entre dois movimentos – inclusão e exclusão,

“(...) que vão além da análise de pobreza. Essa nossa perspectiva em reunir duas categorias, exclusão/inclusão, nos permite afirmar que as mesmas forças sociais históricas são

29 Ibid., p.87-109.

30 Ibid., p.87-109.

capazes de construir ao mesmo tempo ambas situações. O caráter de engajamento reside em **mostrar a desigualdade existente numa mesma sociedade.**” (Sposati, in: Espaço & Debates, 2004, p.101, grifo nosso).

Para Haroldo Torres, se “segregação fala de um fenômeno, exclusão se refere muito mais ao registro da desigualdade.” (Torres, in: Espaço & Debates, 2004, p.101). Segregação seria “a espacialização das diferenças e das desigualdades” (Kowarick, in: Espaço & Debates, 2004, p.106).

Portanto, mais do que dados mensuráveis, o conceito de exclusão/inclusão procura dar uma dimensão de vulnerabilidade e precariedade daquele indivíduo. Vulnerabilidade e, por conseqüência, resiliência, seria a “capacidade do cidadão em confrontar os vários conflitos da vida, os eventos da vida, com maior resistência.” (Sposati, in: Espaço & Debates, 2004, p. 107).

O termo exclusão é criticado pelo sociólogo francês Robert Castel por vários motivos. Primeiro por se tratar de um termo impreciso, generalizante, abarcaria um número imenso de situações não específicas. Segundo situar a noção de exclusão não teria sentido a não ser se colocada num *processo*. O estado de “ser excluído” não tem sentido em si mesmo, mas sim é resultado de uma trajetória como, por exemplo, a vulnerabilidade à qual o indivíduo é exposto ao perder o emprego, ou ao ocupar uma moradia de onde pode ser expulso se não pagar o aluguel. “Freqüentemente mesmo aquele que está em situação de risco, poderia parecer perfeitamente integrado graças a um trabalho estável e a uma boa qualificação profissional, mas uma dispensa do trabalho fez com que perdesse essas proteções.” (CASTEL, p.23). Em terceiro lugar ele coloca, assim como Sposati, a relação entre os dois pólos, ou seja, não se pode analisar os excluídos sem levar em conta os incluídos: “para que os *in* não produzam os *out*”, e controlar a relação entre ambos para que não chegue “às situações de ruptura que representa a “exclusão””. (CASTEL, p.26). Outra armadilha é deter-se no resultado, e não no processo que o produziu. Ou seja, principalmente em relação às políticas públicas, prover ações de reparação, ao invés de ações que prevenissem estas rupturas. É a crítica que faz aos programas assistencialistas como, por exemplo, o que seria hoje um paralelo no caso do Brasil, o “Renda mínima”: Castel coloca que “estes empreendimentos não são inúteis, mas deter-se neles implica na renúncia de intervir sobre o processo que produz estas situações.” (CASTEL, p. 28). A tradição da ajuda social acaba também por criar categorias especiais para as quais estas ajudas iriam, caracterizando um público-alvo de “especiais”: os inválidos, os deficientes, os idosos, os desempregados de longa duração, etc.

Corre-se o risco então de, novamente, generalizar este público, esquecendo que estas pessoas “se tornaram *inválidas pela conjuntura*: é a transformação recente das regras do jogo social e econômico que as marginalizou. Não é o caso de tratá-las com uma intervenção especializada para “reparar” ou “cuidar” de uma “incapacidade pessoal””. (CASTEL, p.31). Sua crítica é que, do modo como é feito, o destino dos excluídos se define antes que ele se torne vulnerável, ou seja, não como parte de um processo e sim como condição pré-estabelecida, o que é o oposto do que se coloca aqui.

Esta vulnerabilidade criada, na maioria das vezes, “pela degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas” (CASTEL, p.42) não caracterizaria o conceito de “exclusão”: indicam precarização, vulnerabilização ou marginalização, mas não exclusão. Castel faz a distinção entre processos de exclusão e processos de marginalização: “Ou então, damos à palavra um sentido metafórico para significar que certas categorias da população estão privadas de fato de participar de um certo número de bens sociais e que estão ameaçadas de cair numa situação ainda mais degradante” e continua: “mas é um metáfora perigosa na medida em que conduz a confundir duas lógicas heterogêneas. Uma, a da exclusão, procede por discriminações oficiais. A outra consiste em processos de desestabilização, como a degradação das condições de trabalho ou a fragilização dos suportes de sociabilidade.” (CASTEL, p. 42). É necessário, portanto, distinguir cuidadosamente os processos de exclusão, para não generalizar como exclusão “qualquer tipo de disfunção social” (CASTEL, p.47).

30

31

Diferentes processos de exclusão

Depois de feitas as distinções entre conceitos dos diferentes autores, acreditamos que essa vulnerabilidade que acaba por expulsar estes indivíduos, arrancando-os da vida cotidiana como cidadãos, constitui sim um processo de exclusão, que é traduzida nos locais passíveis de se viver. Como para o morador de rua a questão do espaço - e da cidade - é a base para sua vida, usaremos aqui o termo “segregação”, pois situa esta “exclusão” no espaço. Segregação é, portanto, um termo espacial.

Não se trata aqui de inclusão/exclusão *social* apenas, mas também, e como resultado disto, *espacial*. Esta é a diferença básica entre os termos segregação e exclusão: segregação carrega o significado da exclusão *no espaço*. De acordo com Silvia Schor³¹ (Espaço & Debates, 2004, p.97) há ainda um terceiro conceito de “estrutura social, que se traduz de forma territorial, sócio-espacial”. Este termo assemelha-se ao de segregação, no sentido de Peter Marcuse³². O conceito dele será analisado adiante. Mas vejamos os outros conceitos para segregação.

Suzana Pasternak afirma que “segregação é uma tendência de agrupamento no espaço de grupos sociais homogêneos. A segregação seria também resultado de uma desigualdade sócio-espacial expressando-se na organização do território da cidade” (Pasternak, Espaço & Debates, 2004, p.91). Como coloca Villaça, “sem o conceito de homogeneidade não se pode falar em segregação.” (Espaço & Debates, 2004, p. 94) E há graus de homogeneidade. Então há segregações e segregações, dependendo do *grau* de homogeneidade.” (idem). Com relação aos moradores de rua, não se trata de um grupo homogêneo ocupando uma área delimitada, mas

31 Ibid., p.87-109.

32 Peter Marcuse é professor de Planejamento urbano na Columbia University.

sim de indivíduos, que formam uma parcela da população com características heterogêneas, habitando todo o território. F. Villaça (Espaço & Debates, 2004, p.94) pontua que estes diferentes graus de homogeneidade - áreas *misturadas* ou heterogêneas – têm alta concentração, ou seja, não há homogeneidade absoluta, mas sim um alto grau de homogeneidade, o que “já é suficiente para caracterizar a existência de segregação” (metropolitana).

32

33

34

Exemplos de segregação

Marcuse³³ define segregação em termos de *processo*, e de *espaço*: “Segregação (*segregation*) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto” (Espaço & Debates, 2004, p.24).

33 MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; Guetos, não: A segregação e o Estado. In: Espaço & Debates, “Segregações Urbanas”, v.24, n.45, jan/jul 2004. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU, 2004. p.24-33.

“Segregar” é complementado pelo termo “congregar”: “*Congregar (congregating)* é uma reunião voluntária de um grupo populacional para fins de auto-proteção e desenvolvimento de seus próprios interesses, sem o recurso à dominação ou à exclusão. É o processo de formação de um enclave.” (Marcuse, Espaço & Debates, 2004, p.24). Estas são descrições de *processos*, não de *espaços*. As definições de espaços, conforme esse autor, não são discutidas aqui por descreverem áreas definidas, que poderiam ser fisicamente demarcadas, delineadas, o que vai em outra direção das utilizadas neste trabalho, visto que trata dos espaços e percursos utilizados pelos moradores de rua. Não nos refirimos a áreas com limites definidos, mas sim a todo o território da cidade - com especificidades de alguns locais - como será visto adiante.

Deste modo, descrever estas “áreas” não nos parece pertinente ao presente trabalho, e sim com sua descrição dos processos:

Para Marcuse, há os tipos de segregação socialmente aceitáveis e os indesejáveis. O autor as classifica em segregação “voluntária” e “involuntária”. As aglomerações voluntárias, não hierárquicas, nem sempre são indesejáveis. É importante lembrar que na base do urbanismo americano está a idéia de que a segregação é benéfica, ou seja, que “as pessoas só vivem bem entre seus iguais.” (Pasternak, Espaço & Debates, 2004, p.102). A segregação involuntária, hierárquica é indesejável. O processo de aglomeração espacial por ele descrita, que forma o gueto, nem sempre é social. Embora no Brasil não haja esta prática dos guetos *strictu sensu*, como os do *apartheid*, do confinamento, ou outro, ainda assim é uma sociedade extremamente desigual. Marcuse divide os padrões de aglomeração em cultural, de papel funcional e econômico, e de posição na hierarquia do poder. É esta última que utilizo neste trabalho. As duas primeiras seriam voluntárias (embora nem sempre desejáveis). Interessa-nos aqui as “aglomerações hierárquicas”, que são as que refletem relações de poder, dominação, exploração, e que geram na paisagem urbana, por exemplo, as residências de luxo, os enclaves de classe alta separadas das demais, ou as favelas, o enclave imperial numa cidade colonial, entre tantos outros. O processo de segregação sócio-espacial, tal como colocado por Marcuse, usa os termos “segregação” e “gueto” para “denominar os padrões de aglomeração indesejáveis”, referindo-se a estes enclaves excludentes. Essas de alocações involuntárias do espaço são indesejáveis em qualquer sociedade democrática, pois priva as pessoas do convívio, das trocas, da diversidade, ou seja, da reprodução social. É o que Villaça chama de “segregação **mais fundamental** (grifo do autor) que subjuga e explica todas as outras, que é a segregação por

classes sociais.” (Villaça, Espaço & Debates, 2004, p.106). “(...) Portanto, a segregação por classe é sempre *coercitiva*, sempre envolve dominação e conflito, pois ela se articula com o domínio do Estado, da economia e da ideologia, através do espaço urbano e por parte das camadas de alto renda”. (Villaça, Espaço & Debates, 2004, p.106). E para Marcuse, o Estado é responsável na produção de todas as formas possíveis de segregação.

As definições para segregação voluntária e involuntária, como podemos ver, referem-se os enclaves excludentes como os que utilizam o poder hierárquico, mais especificamente os de classe alta, que formam aglomerações delimitadas e excludentes, que seriam prejudiciais ao pleno exercício da democracia. É preciso cuidado ao explicitar seus termos - segregação voluntária e involuntária - pois iremos utilizá-los, no entanto, com outro sentido: a segregação seria a concretização da exclusão no espaço, mas a partir ou de uma vontade pessoal, de modo deliberado ou, ao contrário, por falta de opção. Para o primeiro caso chamaremos, para o presente trabalho (portanto, diferente da definição de Marcuse), de “segregação voluntária”, e, para o segundo caso, de “segregação involuntária”. Isto é importante ao analisar a população de rua como um todo, pois vai de encontro à idéia geral – e base para as atuais políticas públicas – de incentivar a saída da rua, como se todas as pessoas desejassem / pudessem sair das ruas. Como foi visto anteriormente, há uma parcela que *habita as ruas*. Nestes casos, é o que chamo de “segregação voluntária”. Segregação no sentido de que estas pessoas continuam, sim, excluídas. Excluídas da sociedade, privadas de cidadania e dos direitos básicos, como saúde, habitação, educação, assistências de todos os tipos, direito à cidade em geral. E esta exclusão sócio-econômica, reflete-se no espaço: é-lhes possibilitada apenas a vivência nos locais residuais da cidade, como coloca Kowarick: “O triângulo ocupação/renda/educação elementos que andam muito juntos” (...) “parecem constituir o elemento básico das formas diferentes de apropriação do espaço.” (Kowarick, Espaço & Debates, 2004, p.96).

Se um morador de rua dorme na calçada da Av. Paulista, por exemplo, poderíamos argumentar que este não é um espaço degradado, apartado da cidade, Portanto, no sentido espacial, não haveria segregação. No entanto, embora ele frequente e divida o mesmo espaço que um indivíduo qualquer, seu status não o possibilita ter acesso ao mesmo universo que o outro: é neste sentido, excluído, privado destes direitos. E o espaço que resta para ele habitar, embora no coração da cidade de São Paulo, como no exemplo, não é seu: não é uma área, mas um ponto: é um espaço residual que lhe sobra, e que usa temporariamente.

35

36

37

38

Exemplo de segregação e invisibilidade: morador de rua dividindo o mesmo espaço que os habitantes de bairro nobre de São Paulo, na R. Maranhão, Higienópolis. (em frente a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/USP)

Não se trata, portanto, de dividir um mesmo território da cidade: “(...) de proximidade maior de grupos sociais desiguais, proximidade física maior e proximidade psicológica menor, os grupos vivem próximos mas não se comunicam”. (Pasternak, Espaço & Debates, 2004, p.92)

Estas relações sociais também são excludentes. Há, portanto, uma segregação espacial que é reflexo da, e anda junto com, exclusão.

“E a direção de influência é recíproca: as relações sociais determinam relações espaciais: essas, por sua vez, geralmente influenciam, mas nem sempre reforçam as relações sociais.

Onde as relações sociais subjacentes estiverem em fluxo, ou onde a alocação e o uso do espaço não refletirem de perto essas relações, provavelmente haverá conflito, o que mais uma vez se reflete tanto nas disputas de espaço quanto nas relações sociais em sua base.” (Marcuse, Espaço & Debates, 2004, p.27)

Para o presente trabalho, adotarei os termos “segregação voluntária” e “involuntária” ao tratar dos dois sub-grupos para os quais definimos população que “mora nas ruas”: dos “*homeless*” (para aqueles que *estão* na rua), e dos “moradores de rua” ou “*city dwellers*”, (para aqueles que usam a rua opção e que tem nela o seu lar). No caso dos *homeless* (“sem-lar”), para os quais *estar na rua* deveria ser uma situação temporária, chamaremos de “segregação involuntária”. No caso de indivíduos que escolhem a rua como morada (moradores de rua ou “*City Dwellers*”³⁴), embora estar na rua seja escolha do indivíduo, não deixa de ser um tipo de segregação (na definição dada anteriormente de segregação como exclusão no seu sentido espacial). Por isso chamaremos aqui de “segregação voluntária”.

Isto leva ao debate: na segregação voluntária, o morador de rua tem o direito a morar na rua? Tem o direito de *habitar* (privadamente) *o espaço público*?

Esta conceituação é importante, pois é a partir dela que serão propostos os diferentes encaminhamentos para a questão do morar na rua, como será visto no “Considerações finais: Reflexões para projeto”.

34 *City dweller*: “Morador da cidade”, tradução livre da autora.

CAPÍTULO 2 CARACTERIZAÇÃO

Capítulo 2 Caracterização

Como vimos, não é possível generalizar a população que vive nas ruas: “Aliás, não há perfil homogêneo para traçar a população que vive nas ruas”, como afirmou Aldaíza Sposati, (apud JUSTINIANO, B. Artigo da internet, 2003.) então secretária de Serviço e Assistência Social do Município de São Paulo. Conforme colocado no capítulo anterior, uma vez considerada a terminologia adotada ao discutir os diversos indivíduos que habitam - por escolha ou por falta de escolha - o espaço urbano, é necessário elucidar os motivos que o levou à rua.

Para A. Sposati “Apesar de fatores como demência, abandono, drogas e álcool serem responsáveis por levarem algumas pessoas a viverem nas ruas, segundo Aldaíza, a exclusão social e econômica ainda é a grande vilã”¹. (Sposati, 2003, apud JUSTINIANO, 2003). Os fatores sociais e econômicos são responsáveis em grande parte pela vulnerabilidade de que falamos anteriormente (Cap.1.3 “Conceitos”), levando à quebra de laços que ligam o indivíduo à sociedade.

Como coloca R. Castel, “é a desagregação das proteções que foram progressivamente ligadas ao trabalho que explica a retomada da vulnerabilidade de massas e, no final do percurso, da “exclusão””. (CASTEL, 1997, p.35). No entanto, não são os únicos. É necessário “(...) ver como se desfazem as solidariedades e se desagregam as proteções que asseguram a inclusão na sociedade...” (idem, p. 24). A perda da estabilidade, que leva o indivíduo às ruas pode também se dar por motivos os mais variados como rompimento de laços familiares, problemas de saúde mental, problemas de saúde, entre outros tantos difíceis de mensurar. O detalhamento destes itens não será transcrito aqui, pois pode ser obtidos nos arquivos do Censo 2009/2010². Retiraremos dessa fonte, portanto, os dados que interessam para o presente trabalho.

1 O tema foi amplamente debatido durante o Seminário Internacional “Rompendo a barreira da exclusão: populações de rua e políticas públicas”, realizado pela Faculdade de Saúde Pública da USP, 25 ago.2003.

2 Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE e Secretaria de Assistência Social- SAS / PMSP. *Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010*. (Mais especificamente: Arquivo 2: “Principais Resultados do Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo”; arquivo 3: “Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da População de Moradores de Rua da Área Central da Cidade de São Paulo”).

Caracterização pictórica de alguns moradores de rua

No início deste trabalho, partilhávamos da idéia geral de que a saída das pessoas das ruas passaria apenas por uma questão de oferecer “soluções adequadas”, segundo as quais o indivíduo retomaria seu lugar na sociedade. Há uma idéia generalizada de que as pessoas moram na rua por motivos concretos (falta casa, de dinheiro, de emprego, ou de laços familiares, por exemplo), que podem facilmente ser resolvidos uma vez sendo suprido o que lhes falta (a casa, o emprego, o laço familiar, ou outro): parecem partir do pressuposto que há um desejo de todos de deixarem de morar nas ruas. Neste sentido, um bom projeto de albergue, por exemplo, ou aumentar a oferta destes, seria a solução para acabar com este problema, fazer com que não existam mais pessoas habitando as ruas.

Como na fala de Camila Giorgetti³ e Marta Suplicy, que parecem resumir o fato a questões políticas:

“O que fica claro nessa tragédia que se tornou o centro de São Paulo é que ela é produzida por ação humana, pelo despreparo da gestão Serra-Kassab para o social. Como diz a pesquisadora Camila Giorgetti em reportagem desta Folha (1º/3), a inadequação dos programas sociais desenvolvidos atualmente pelo poder público é a principal causa do fenômeno do aumento de moradores de rua em SP” (SUPLICY, 2010).

Continuando a fala, para Camila Giorgetti, “o fenômeno se deve principalmente à inadequação dos programas assistenciais. Para ela, é preciso evitar que pessoas cheguem às ruas e garantir a volta rápida às famílias” (SPINELLI; CARAMANTE; CASTRO., 2010)

³ Giorgetti é socióloga e pesquisadora do FEANTSA. (in: SPINELLI; CARAMANTE; CASTRO., 2010)

Porém para S. Pasternak⁴, a saída destas pessoas das ruas não depende só de uma ascensão econômica ou social: “(...) às vezes, o aumento da riqueza social não conduz a diminuição da segregação”. (Espaço e Debates, 2004, p.92)

De fato, no decorrer deste trabalho, inclusive com diversos ida a campo, a concepção de que os motivos seriam apenas econômicos, ou sociais, se mostrou equivocada. Os motivos para a ida a rua, como será visto adiante, nem sempre são palpáveis, e este percurso culminou em uma mudança de direção, ao perceber que havia pessoas que permaneceriam na rua, mesmo se lhe fossem oferecidas oportunidade para saírem dela. E para qualquer proposição - tanto de projeto quanto de análise - estas pessoas deveriam ser contempladas. Esta diferenciação é importante pois, mais adiante (capítulo 3 e “Considerações Finais”), é o que irá nortear crítica aos equipamentos existentes e às diferentes proposições futuras.

A partir de trabalho de campo, e do estudo de dados oficiais, (como os censos (FIPE/SAS), Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, mapas)⁵, foi possível analisar estes diferentes perfis, nem sempre claramente delineados.

“Há várias explicações para isso, nenhuma delas completa: aumento do consumo de drogas - principalmente do crack - e álcool, desemprego e falha em políticas sociais”, coloca Camila Giorgetti (SPINELLI; CARAMANTE; CASTRO., 2010, grifo nosso).

Avaliando as populações de rua foi então possível perceber que há um contingente que sempre habitará as ruas. Isto foi o diferencial para este trabalho, norteador em outra direção que não apenas o de ofertar possibilidades de saída das ruas, mas assumir que haverá sempre pessoas habitando o espaço público. A questão seria então, o que fazer com este grupo - como será visto no decorrer deste trabalho.

O próprio termo utilizado oficialmente, população *em situação de rua*, tem uma conotação de algo temporário, passageiro. No entanto o estar na rua permanente ou temporário é referido deste modo pelas próprias pessoas que estão nas ruas.

4 SPOSATI, A.; TORRES, H.; PASTERNAK, S.; VILLAÇA, F.; KOWARICK, L.; SCHOR, S. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. In: *Espaço & Debates*, “Segregações Urbanas”, v.24, n.45, jan/jul 2004. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU, 2004. (p.87-109).

5 No presente trabalho, só serão analisados adultos e famílias, uma vez que as crianças tem perfil diferente, causas e dinâmicas diversas, e específicas (como pode ser visto no *Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

A denominação dada por elas:

“**Definitivo**”: Aquele que não tem vontade de deixar as ruas e já está totalmente adaptado ao dia a dia de privações.”

“**Temporário**”: Também chamado de “em situação de rua”. “Tem vontade de deixar as ruas e busca as alternativas para melhorar de vida.”
(apud SPINELLI, CARAMANTE; CASTRO; 2010)

2.1. Motivos que levaram à rua

O que distingue o indivíduo que quer ficar na rua daquele que deseja sair dela? Os motivos são os mais variados, a maioria subjetiva, e por isso mesmo difícil de serem mensurados em dados, como os do Censo. Para tanto, a pesquisa de campo, associada a pesquisas sociológicas sobre este tema nos fornece dados de outra natureza, que são de extrema importância. Algumas motivações serão analisadas a seguir.

Nos referiremos a estes sub-grupos usando as seguintes expressões, em termos gerais: “Na rua...” , “Na rua pela rua”, e “Na rua pelo crack” - este último se diferencia dos demais, como será explicado a seguir. Aqui serão analisados os motivos de estarem na rua, ou seja, serão analisados os indivíduos que estão na rua temporariamente, e os que estão na rua permanentemente. Relacionam-se aos termos conforme colocados no Cap. 1 (p. 33): dos “homeless”, para aqueles que estão na rua; e dos “moradores de rua” (ou *city dwellers*, em inglês), para aqueles que usam a rua opção e que tem nela o seu lar.

Independente de fazerem ou não uso dos albergues ou outro tipo de estrutura oferecida, ou de pernoitarem nas ruas: esta distinção dos locais será vista no item 2.2. “Forma de organização / Estratégias de sobrevivência”.

Na rua, por hora...

Neste grupo foram incluídos aqueles indivíduos que estão na rua por falta de alternativa ou falta de opção. Essas pessoas perderam os laços que asseguravam um lugar no tecido social convencional, “fazendo pairar uma ameaça sobre as massas

pobres que estão separadas desta **franja extrema** (...) “por um fio”. (CASTEL, 1997, p.34, grifo nosso). Não estaria na rua caso tivesse oportunidade de retomar os elementos essenciais que ele perdeu ou lhe foram tirados ou negados. Desse modo, esse grupo encontrar-se-ia na rua, em tese, provisoriamente. A rua não é seu lar (conforme colocado anteriormente, seria o *homeless*). Podem ou não fazer uso dos albergues e casas de convivência (soluções disponíveis no caso de São Paulo). Algumas destas causas são mais palpáveis e, portanto, citadas pelos entrevistados nos Censos: desemprego; perda de moradia; rompimento de laços familiares; imigração.

“Em particular, a maior parte dos assalariados de então era condenada a uma precariedade permanente e uma insegurança cotidiana pela ausência de um mercado organizado de trabalho. Os mais vulneráveis destes vulneráveis oscilavam entre a mendicância e a vagabundagem”. (CASTEL, 1997, p.33)

Outras, mais difíceis de mensurar, pois na maioria das vezes são ocultadas, mascaradas, ou não são racionalmente percebidas, como doenças, problemas de saúde mental, alcoolismo e drogadição, fuga da polícia, e tantos outros.

De acordo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008), entre as “Razões da ida para a rua” (“Trajetória na rua”), os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo como também (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

O histórico institucional da população de rua da cidade é importante já que mais da metade dos moradores de rua foi internada em alguma instituição, predominando casas de detenção, clínicas de recuperação de álcool e drogas e FEBEM. Entre os jovens 70% passaram por alguma instituição. (FIPE, 2009/2010, arquivo 3, p. 5).

No que se refere à escolaridade 15,1% nunca estudou, 48,4% tem o 1º grau incompleto, apenas 10,3 % têm 1º grau completo, e os números vão diminuindo ao se falar de 2º grau e ensino superior. Como dito anteriormente, há dados não mensuráveis: 7,7% “Não sabe / Não lembra”.

Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 60,1% não dormiam na rua ou em albergue na cidade anterior. Ou seja, viraram albergados ao chegar aqui. Dos que

já moraram em outra(s) cidade(s), 45,3% se deslocaram em função da procura de oportunidades de trabalho. O segundo principal motivo foi desavenças familiares (18,4%).

Com relação aos vínculos familiares, a maioria os mantém: “51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram. Porém, 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes e 14,5% mantêm contato em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). Os contatos são mais freqüentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34,3% dos entrevistados. 39,2% consideram como bom ou muito bom o relacionamento que mantêm com os parentes que vivem na mesma cidade, enquanto 29,3% consideram esse relacionamento ruim ou péssimo. 23,1% mantêm contato com parentes que vivem fora da cidade em que se encontram”.

A grande maioria não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos se destacaram a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%). Quanto à documentação, “24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania. Apenas 21,9% possuem todos os documentos de identificação mencionados na pesquisa: carteira de identidade (58,9%), Certidão de nascimento/casamento (49,5%), CPF (42,2%), Carteira de Trabalho (39,7%), Título eleitoral (37,9%).

A questão da documentação é de extrema importância, pois sem ela não se é possível procurar emprego. O mesmo acontece com relação aos imigrantes que têm dificuldade de providenciar documentos. “O filósofo espanhol Antonio Reyes Mate (...) coloca uma frase memorável de um ministro da Justiça de seu país sobre os estrangeiros ilegais: “Para o Estado, o imigrante sem papéis não existe”. Como não existe, sua morte -em última análise- não fará a menor diferença.” (COELHO, 2012, grifo nosso).

“O primeiro passo para a degradação definitiva do ser humano é reduzi-lo a isso: um mero ser, sem papéis, sem língua, sem mais que a roupa do corpo. Antes que a sua aniquilação física seja vista como “natural”, “inevitável” e mesmo “desejável” (afinal, quem tem paciência para conviver com uma escória animalizada?), é preciso ocorrer a sua **aniquilação civil**”. (COELHO, 2012, grifo nosso).

42

43

"Para mim, isto não foi uma escolha!"

"As pessoas ouvem DISASTRE e elas pensam TERREMOTO. Eu ouço DISASTRE e penso HOMELESS EM TORONTO"

O artista Dan Bergeron, conhecido como Fauxreel, com "The Unaddressed", instalação por meio de lambe-lambes, denuncia a situação dos moradores de rua em Toronto, no Canadá.

Neste sentido, nota-se claramente fatores sociais, educacionais, econômicos, que poderiam ser equacionados através de políticas públicas.

"Os excluídos" povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas, o ponto essencial a destacar é que *hoje é impossível traçar fronteiras entre essas zonas*. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de "exclusão" (CASTEL, 1997, p.23)

Embora vulnerável, se lhe forem ofertadas oportunidades que alavanquem sua saída da vida nas ruas, provavelmente ele o fará. Para estes a rede de assistentes sociais, psicólogos, agentes de saúde, e outros profissionais que abordam cotidianamente essas pessoas nas ruas, é um meio de conectá-los a esta realidade à qual querem voltar.

Para tanto, a legislação brasileira tem avançado bastante, criando inclusive parâmetros mínimos a serem seguidos no caso de projeto, como número de pessoas por quarto, tipo de instalações e atendimentos, entre outros (para uma listagem da legislação disponível, consultar Bibliografia anexa). Na prática, porém, o atendimento aos moradores de rua disponível atualmente não é o que está proposto na legislação, que, *grosso modo*, deveria ser feito em três etapas⁶:

6 De acordo com o Decreto Nº 40.232, de 2 de Janeiro de 2001.

1º. passo: Albergue: recebe a pessoa em situação de extrema pobreza e sem local de abrigo. Tempo máximo ideal de permanência, segundo a Prefeitura: 6 meses.

2º. passo: Moradia provisória: local recebe a pessoa que avançou no processo de reinserção. Moradia é paga pelo município. Tempo máximo ideal de permanência, segundo a Prefeitura: 6 meses.

3º. passo: Soluções habitacionais definitivas: último estágio do processo: pessoa ganha moradia fixa com subsídio.⁷

De modo geral, é o que chamamos de “porta de entrada”, e “porta de saída”. Ou seja, para a saída das ruas, o primeiro passo seria a utilização dos albergues, onde este indivíduo entraria em contato com os agentes e assistentes sociais que podem reinseri-lo nos programas assistenciais, e acompanharem-no em seu processo de reinserção social e evolução em direção à saída das ruas.

De acordo com o próprio município (dados de 2010) ao menos 3.000 dos albergados teriam condições de deixar esse estágio inicial e irem para as moradias provisórias. Estariam há mais de seis meses (alguns há quatro anos) e com a possibilidade de sustento próprio, ao menos parcial. Poderiam progredir, mas não havia, porém, vagas suficientes na cidade para isso.

“Pinheirinho diz que deve ser obrigado a sair, em breve, do albergue onde mora. Deve voltar para a rua. “Esse sistema não reintegra ninguém à sociedade”, afirma. Para amenizar o problema, a prefeitura diz que oferecerá 200 bolsas-aluguel, de R\$ 300 mensais cada. É uma “moradia definitiva” por um prazo determinado”
(in: PAGNAN; CARAMANTE ; 2009).

“A gente está cansado de porta de entrada. Tem porta de Febem, porta de cadeia, de cemitério, de albergue. A gente quer é porta de saída”, afirmou o ex-albergado Robson César Correia de Mendonça, 58, líder de um movimento social, cobrando da então vice-prefeita e secretária da Assistência Social de São Paulo, Alda Marco Antonio, mais vagas definitivas em albergues. (in: PAGNAN; CARAMANTE ; 2009).

De acordo com a definição proposta anteriormente, da entrada na rua como uma forma de exclusão espacial, este seria um tipo de segregação involuntária.

⁷ Decreto Nº 40.232, de 2 de Janeiro de 2001, *apud* PAGNAN; CARAMANTE; 2009.

Mas não é todo albergado que tem o desejo de sair das ruas. Há, como visto anteriormente, os que usam as ruas durante o dia, e os albergues ou outro tipo de pernoite, para dormir. Para estes, o rodízio é um artifício: expirado o tempo que é permitido ficar no albergue, com a “expulsão compulsória”, método adotado pela prefeitura, ele vai para outro local até ser despejado novamente, e assim sucessivamente.

44

45

Moradores de rua, famílias e crianças: para os que estão na rua por motivos concretos, a saída poderia ser resolvida se lhe fossem ofertados meios que suprissem estas necessidades.

Na rua pela rua

Neste grupo foram incluídos aqueles indivíduos que estão na rua por opção, ou seja, de modo quase que “permanente” - independente de fazerem ou não uso dos albergues ou outro tipo de estrutura oferecida. É o que chamamos anteriormente de moradores de rua (*city dwellers*, em inglês).

Mesmo o indivíduo que é morador de rua há muitos anos e, portanto, possivelmente assim continuará, não necessariamente dorme nas ruas. Há os que preferem os logradouros públicos, e os “acolhidos”, no termo usado pelo Censo. O indivíduo pode ser um albergado constante, mudando de albergue em albergue, assim que o prazo permitido expira. Ou pode ser o que nunca utilizou estas estruturas e prefere utilizar os espaços públicos da metrópole para dormir e para outras ações cotidianas.

Há muitas razões para o indivíduo escolher viver nesta franja extrema da sociedade, como colocou Castel (1997, p.34). Podem ser alterações emocionais, mentais, problemas com álcool e drogas, e questões subjetivas como desejos, vontades, que não podem ser reduzidas a itens mensuráveis em pesquisas.

“O Agnaldo Timóteo, às vezes, dá R\$ 50 para a gente. Para o resto, somos invisíveis”, conta outro morador. “Perdi meu pai e minha mãe. Minha filha morreu de câncer. Sou formado em educação física, mas não tenho mais projeto de vida. Moro aqui há nove meses. A polícia só leva nossos cobertores.” (SEM-TETO faz maloca debaixo da Câmara, 2010, grifo nosso)

O fato é que um grande número de pessoas não conseguiu ou não quer fazer esta “saída das ruas”, como foi colocado no grupo citado anteriormente. Ou seja, há pessoas que preferem habitar o espaço público, e outras que usam as estruturas de pernoite oferecidas pela cidade, mas dificilmente sairão desta vida das ruas. Nos casos onde a reinserção é improvável, a cidade tem que assumir a existência destas pessoas como parte integrante do cenário público.

“Há três anos, Ana abandonou o pequeno apartamento financiado na favela de Paraisópolis, na zona sul, para viver nas ruas de São Paulo. Diz que “marcas negativas” a empurraram para debaixo dos viadutos do centro da cidade. Desencorajada a procurar os familiares, ela vive da venda de papelão e ferro velho, trabalho que rende, “quando a coisa está boa”, no máximo R\$ 4,00 por dia. Semana passada, perambulando por ruas próximas ao viaduto do Minhocão, no centro, Ana evitava se juntar a outros moradores de rua”.

“A liberdade que escolhi é para viver sozinha - , diz ela” (FREIRE, 2010, grifo nosso).

46

Norman Rockwell, pintor americano, pintou “The Four Freedoms” (“As quatro liberdades”) em 1943, a partir do discurso de 1941 do presidente Franklin Roosevelt, que identificava os quatro direitos humanos essenciais que deveriam ser universalmente protegidos: Liberdade de expressão, liberdade de culto, ausência de miséria, e ausência de medo.

De acordo com a definição proposta anteriormente, este seria um tipo de segregação voluntária.

É importante não confundir a idéia de “liberdade” que a rua proporcionaria, uma visão romântica sobre o problema, com o motivo mais amplo, que é o significado das privações do estar na rua. É claro que há pessoas que podem escolher as ruas por tais motivos, inclusive por quererem o anonimato das ruas, mas isto não lhes confere o real exercício da liberdade. Conforme o economista indiano Amartya Sen⁸, vivemos num mundo de privação (tanto nos países desenvolvido quanto nos subdesenvolvidos), e o conceito de pobreza está ligado à privação da liberdade. Para a superação destes males, precisamos reconhecer o papel da liberdade, no qual a condição de agente dos indivíduos seria central.

“De fato, a condição de agente dos indivíduos é, em última análise, central para lidar com essas privações. Por outro lado, a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. Existe uma acentuada complementaridade entre a condição de agente individual e as disposições sociais” (SEN, 2010, p.9)

Para Sen, há cinco liberdades instrumentais: oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, sem as quais não há desenvolvimento possível. Há evidências claras de que a adoção destas liberdades é um fator a favor, e não contra, o crescimento econômico. Uma sociedade mais bem educada pode aspirar receber empregos mais sofisticados, a transparência gera confiança nos investidores, que investem mais, e assim por diante. Assim o argumento comum de que direitos e crescimento econômico são conceitos opostos é uma idéia equivocada: não se conquista as liberdades depois, mas antes da opulência.

Para isto é necessário a eliminação das privações destas liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.

“Por exemplo, há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas às outras (como às vezes se pensa). Analogamente, oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação

8 Amartya Sen recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1998.

econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações”.

(SEN, 2010, p.10)

60

No caso dos moradores de rua, utilizando o conceito de Sen, não seria apenas uma questão de serem “privados de casa”. É mais amplo do que isto. Não há aumento de liberdade real, pois eles não têm a condição de agente. E a condição de agente livre e sustentável emerge como motor fundamental do desenvolvimento. A liberdade individual vai muito além da relação constitutiva: o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado não só por oportunidades econômicas, liberdades políticas, e poderes sociais, mas por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. Estas condições habilitadoras são o que reforça sua condição de agente, e reforça umas às outras. Além disso, dá ao indivíduo direito à autonomia em um sentido mais amplo, já que lhe garante não só bens primários, mas as capacidades para buscar a vida que deseja. E isto, nos parece é a diferença entre a liberdade do cidadão comum e do morador de rua.

“Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico.” (SEN, 2010, p.17)

47 Morador de rua em São Paulo

Outro fator que dificulta a saída das ruas é o tempo de rua (FIPE, 2009/2010, arquivo 3, p.6). Como colocado no cap. 1, a duração da permanência na rua altera o comportamento das pessoas. Se a segregação é involuntária, quando o indivíduo chega na rua, ele pretende sair de lá o mais rápido possível. Com o tempo, ele vai criando um tipo de sociabilização, que torna a saída da rua cada vez mais difícil. Uma vez na rua, vão se encontrando grupos de afinidade e sendo criadas redes sociais: se fica na rua é porque é acolhido, amparado, pelos seus iguais.

“(...) do que Durlauf chama de *peer group effect*: o fato de você pertencer a uma certa turma ou conviver com uma certa turma influencia a sua performance econômica e social. A rede de relações sociais que você tem contribui para comprometer os resultados que você vai ter em diferentes circunstâncias ao longo da vida.”

(Durlauf apud Torres, Espaço & Debates, 2004, p.101).]

No terceiro quartil da população, de indivíduos que vivem na rua há mais de 10 anos, por exemplo, esta saída já é muito improvável. Nestes casos, tem que haver outro tipo de serviços para tirá-los da rua, que não seja o mesmo que os que acabaram de virar moradores de rua. Não é possível tratá-los do mesmo modo, e colocar juntos o morador de rua recém-caído na rua e o que está adaptado nela - sem sequer saber se ele quer ou consegue sair.

“O ex-morador de rua José Gomes Pinheiro, 45, entrou pela primeira vez em um albergue em 2003. Hoje, seis anos e 19 moradias provisórias depois, ainda não conseguiu afastar o risco de voltar a viver nas ruas. Pinheirinho, como é conhecido, é uma das pessoas que enfrentam um artifício adotado pela Prefeitura de São Paulo para burlar a lei criada para resgatá-las das ruas: o rodízio de pessoas em albergues”.

(PAGNAN; CARAMANTE ; 2009)

“Se a pessoa não conseguiu consertar a vida em 30 anos, como vai fazer isso em seis meses?”, questionou Sebastião Nicomedes de Oliveira, 41, membro de movimento social, dirigindo-se à vice-prefeita e secretária da Assistência Social de São Paulo, Alda Marco Antonio, em audiência na Câmara Municipal, na quinta-feira.”

(PAGNAN; CARAMANTE ; 2009, grifo nosso)

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostram que a maior porcentagem (29,6%) está na rua há mais de 5 anos. As porcentagens diminuem junto com o tempo de rua (comparando com 15,8% de 2 a 5 anos, 13,6% entre 1 e 2 anos, 10,9% entre 6 meses e 1 ano). Ou seja, quanto mais o tempo passa, mais a pessoa tem chance de permanecer na rua.

48 [Cartunista Jean, Jornal Folha de São Paulo, 11 set.2010]

Na rua pelo crack

Este grupo será tratado aqui de maneira sucinta, apenas para diferenciá-lo dos moradores de rua, pois como habitam o mesmo espaço, são confundidos com estes, gerando a idéia equivocada de que essas pessoas pertenceriam ao mesmo grupo. Mas a pessoa que está na rua pelo crack e pelas drogas não tem o mesmo perfil do morador de rua: e para ele o encaminhamento tem que ser diferenciado. Assim como meninos de rua, este não é o objeto deste trabalho.

O espaço público é o local escolhido para os indivíduos que estão integrados à rede das drogas, que dividem com o grupo que mora nas ruas por outras razões e que não fazem uso das drogas.

49

Manchete de jornal: "Usuários de crack e moradores de rua se aglomeram na rua Guainazes (....)". (Jornal Folha de São Paulo, 02 fev.2012)

Em São Paulo o problema do crack piorou muito nos últimos anos. A área conhecida como Cracolândia, centro de São Paulo, próximo à Estação da Luz, calcula-se que seja freqüentada por cerca de 3.000 usuários - dados de 2012. (apud CARVALHO; CAPRIGLIONE, 2010). No caso das drogas, mais especificamente

o crack, é o que leva pessoas a abandonarem trabalho e famílias e escolherem as ruas.

O acréscimo de pessoas nas ruas aumentou muito nos últimos anos, mas a diferenciação pode ser notada facilmente, principalmente no trabalho de campo, da qual a participação nos Censos de 2000, 2003 e 2009/2010 foi imprescindível. Nela podemos imediatamente perceber as mudanças de caracterização, principalmente na pesquisa feita à noite, onde podemos perceber grupo de centenas de pessoas se aglomerando em um local, para consumo de crack, o que é diferente da concentração de moradores de rua, que formam grupos menores. Mas a confusão por parte da sociedade é grande, pois, como habitam o mesmo espaço, parecem ser um só grupo. No entanto, têm perfis completamente diversos.

O crack, no entanto, transformou a sociabilidade das ruas. Ambos, tanto o álcool como o crack, produzem sociabilidades. (Daniel De Lucca Reis Costa, 2009, apud MARSIGLIA, 2009).

50

Usuários de crack dormem na calçada, no centro de São Paulo.

Esta sociabilidade é responsável também pelo grande número de pessoas alcoolizadas principalmente entre os que vivem nas ruas (cuja incidência é maior do que nas pessoas que fazem uso dos albergues)

“O uso de substâncias psicoativas é uma constante na rua. A grande maioria (74%) declara utilizar: álcool, drogas ou ambos. Entre os jovens de 18 a 30 anos a proporção atinge 80%. O consumo entre os moradores de rua é superior ao encontrado entre os que frequentam os centros de acolhida. O álcool é a substância mais utilizada (65%) sendo mais frequente entre os mais velhos. Mas o consumo de drogas atinge também um grupo significativo (37%) alcançando 66% dos jovens até 30 anos. A droga consumida mais frequentemente pelos jovens é o crack: mais da metade deles declara utilizá-lo”.

(FIPE, 2009/2010 , arquivo 3, p. 5, grifo nosso).

Como estão sujeitos às intempéries, como frio, chuva, o álcool ajuda a suportar estes infortúnios, aliado à socialização que ele promove. Deste modo, para alavancar a saídas das ruas, para o usuário de álcool, o albergue como primeiro passo (como mostrado anteriormente) é imprescindível.

2.2. Formas de organização; estratégias de sobrevivência:

São muitas as formas de organização das pessoas que moram nas ruas, e suas estratégias de sobrevivência, as mais variadas. Para fins do Censo, a população que mora na ruas é dividida em pessoas que usam os albergues (“acolhidos”) e os que pernoitam nas ruas. Isto tem a finalidade de facilitar e organizar a contagem destes indivíduos, mapeando-os em distritos na região metropolitana de São Paulo. A seguir serão analisados como estes indivíduos se organizam e do que sobrevivem. Estas estratégias dependem dos tipos de grupos, se organizados e se indivíduos sozinhos, têm relação com o tipo de estruturas oferecidas, com o tempo de rua, com as características de cada indivíduo.

2.2.1. Albergados e população atendida nos “Serviços de acolhimento para adultos em situação de rua”⁹

Rua ou albergue? Os albergados e a população atendida nos “serviços de acolhimento para adultos em situação de rua” (que incluem: centros de acolhida, repúblicas e hotéis sociais) diferem da população que habita as ruas e que não utiliza este tipo de instalações disponíveis.

De acordo com o Censo de 2000, do total das “pessoas em situação de rua”, 54,3% utilizavam a rua como espaço de moradia, e 45,7% eram “acolhidos”, ou seja, faziam uso dos albergues. Portanto, a maioria escolhia a rua. No censo de 2009 esta porcentagem mudou um pouco, 48,2% eram de moradores de rua, e 51,8% a de “acolhidos”. Isto é, embora o número acolhidos tenha ultrapassado o do que pernoita nas ruas, ainda assim tais números são muito próximos. (FIPE 2009 / 2010, arquivo 2, p.10).

A recusa aos albergues e outras formas de atendimento oferecida na cidade São Paulo é grande, e os motivos serão mais detalhadamente analisados no

⁹ Termo usado no oficialmente (FIPE, 2009/2010).

cap. 3.2. Importa-nos aqui verificar os tipos de grupos que utilizam os albergues, e os modos de organização dos diferentes grupos.

Como citado anteriormente, para os que querem sair das ruas, deixar sua condição e efetivar seu retorno à sociedade, o albergamento é uma porta de entrada, o primeiro passo. É no albergue, instituição ligada às outras redes assistenciais, que ele poderá ser atendido, acompanhado e inserido em programas de atenção e reinserção. Para alguns, o albergue é o *endereço*, elemento necessário quando da procura de emprego, para o resgate da identidade e respeitabilidade.

Para aquele que acabou de ingressar na condição de morador de rua os albergues são uma primeira alternativa, um intermediário entre a casa, e a rua. Com tempo e a socialização, este indivíduo pode deixar os albergues e optar pela vida nos espaços públicos, com os grupos que porventura conheceu.

Silva diz que sonha em deixar as ruas, mas nunca mais vai voltar para um albergue. “Me jogaram na rua no momento em que eu mais precisava: estava sem dinheiro, doente e desempregado. Isso me revoltou.” Quando entrou num albergue, não havia conhecido as ruas. No começo, até achou uma “maravilha”. Conseguiu um emprego com 30 dias de casa e até apareceu numa reportagem de TV como exemplo de sucesso. Hoje, diz acreditar apenas ter sido usado pela direção do albergue.

(PAGNAN; CARAMANTE ; 2009, grifo nosso)

Conforme visto anteriormente, quanto maior o tempo de rua, mais difícil é a saída dela. Ele pode ou não usar as estruturas oferecidas. Como os albergues têm tempo de permanência (máximo de 6 meses) o indivíduo que dorme em albergues vive em constante mudança, rodiziando entre albergues.

“Do total de indivíduos pesquisados, 48,4% estão há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue. Dos que dormem em albergue, estima-se que o tempo de permanência seja elevado. Encontram-se no tempo regular de permanência (1 até 6 meses) 30,4%. Estão há mais tempo 33,3%. E não informaram 36,3%.”¹⁰

(Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, grifo nosso).

10 Gráfico 1: “População em situação de rua segundo histórico de internação em instituições, 2007-8 (%)”, da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.

51 e 52
Albergue municipal
de Osasco

53

54

Albergue municipal em Porto Alegre

55 a 62

Albergue Boracéia

Outra opção são as casas de convivência utilizadas tanto pelos acolhidos, quanto pelos que moram nas ruas. Como muitos albergues fecham durante o dia, a opção é passar o dia ou nas ruas, ou nas casas de convivência. Se na rua, é onde a socialização com os moradores que usam as ruas começa, e talvez este indivíduo passe a utilizar as ruas como pernoite, e não mais o albergue. Ao falar da maloca, moradia improvisada que existe sob a Câmara Municipal de

São Paulo, o morador de rua alega: “Prefiro passar a noite onde sei que estão as minhas coisas e com quem conheço.” (SEM-TETO faz maloca debaixo da Câmara, 2010, grifo nosso).

Mas as casas de convivência são também locais de socialização, cuja finalidade é oferecer acolhida, no período diurno, para homens e mulheres acima de 18 anos, acompanhados ou não de seus filhos, por meio de atividades sócio-assistenciais, culturais, de lazer e higiene. E onde, teoricamente, o inseriria na infraestrutura de apoio que o liga à rede oficial de assistência, com o objetivo proporcionar o primeiro passo para a saída das ruas.

Como se coloca à página da Casa de Convivência do Jardim Vida I e II: “Este centro de convivência, que atende diariamente cerca de 320 moradores de rua, tem por objetivo proporcionar o primeiro passo para a saída das ruas. Por não ter uma estrutura de abrigo, não são impostas regras aos usuários, permitindo que se sintam livres para voltarem quando quiserem. O intuito é fazer com que, aos poucos, os frequentadores voltem espontaneamente, até que se sintam prontos para uma acolhida mais concreta. Entre os serviços mais procurados pelos usuários do local, estão as atividades educativas e lúdicas e o banho. Estes também estão recebendo ajuda na elaboração de cartas destinadas a seus familiares e de pedidos para retornarem às suas cidades de origem.”¹¹

A oferta destas estruturas (albergues e casa de convivência) tem como público-alvo o morador de rua, no intuito de retirá-lo da rua. A utilização destes locais pelo morador de rua pode ser um meio de ligá-los à eventual saída das ruas. A idéia seria que uma vez tendo atraído o morador para um centro de apoio, ou seja, uma vez tendo retirado da rua, oferecer a ele possibilidades para efetivar sua saída definitiva da rua.

63

“A queda nas temperaturas aumentou em 30% o número de moradores de rua atendidos pelo resgate social, serviço da prefeitura de Curitiba. Equipes monitoram os principais pontos de abrigo dessa população e encaminham essas pessoas para albergues da capital. O morador de rua também pode procurar ajuda ou a população acionar o serviço. No albergue essas pessoas tomam banho, recebem roupas limpas, comida, materiais de higiene e atendimento médico. Segundo a coordenadora da Central de Resgate, Luciana Kusman, o número só não é maior, porque as pessoas necessitadas procuram outros tipos de ajuda, como em igrejas”¹².

11 Disponível em: <http://www.misericordia.com.br/social/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=63>

12 Disponível em: <<http://molinacuritiba.blogspot.com/2011/06/curitiba-resgate-social-da-pmc-atende.html>>

64

Assistente social aborda morador da rua para remoção

Na prática, o que notamos é a mera retirada destas pessoas das ruas, apenas para não serem vistas nos espaços públicos, e por isso são alocados em albergues. Os albergues acabam por ser, na maioria das vezes, apenas local de refeição e pernoite, muitas vezes sem o atendimento social adequado (a análise dos espaços, será feita no cap. 3), que seria de alocação destes casos em grupos de apoio para reinserção, como é exigido na legislação vigente (consultar legislação na bibliografia anexa). O sistema de albergamento melhorou muito nos últimos anos, tanto em relação ao atendimento assistencial, quanto ao projeto, com iniciativas inovadoras, como, por exemplo, a casa de convivência “Associação Minha Rua Minha Casa”, no Glicério, e o albergue Projeto Oficina Boracéia, na Barra Funda, que serão analisados no cap. 3. Ainda assim, muitos atendimentos ainda têm uma abordagem assistencialista. “Imaginam um indivíduo abstrato envolto em um véu de ignorância, mas são indivíduos concretos, em suas escolhas reais e vistos em sua condição de agentes do sistema econômico, político e social, e não meros receptores passivos de ajuda governamental” (SEN, 2010).

65

66

Centro de convivência Jardim da Vida I e II, São Paulo

67

Casa de convivência "Associação
Minha Rua Minha Casa – AMRMC",
São Paulo

68 a 71

Oficina na ocupação da Prestes Maia, 2005, São Paulo.

2.2.2. Grupos organizados: movimentos de moradia, catadores em cooperativas, outros

70

Na busca de elementos que auxiliam o indivíduo na passagem desta condição de exclusão até sua reinserção, está o trabalho. A volta ao mercado de trabalho não tem só uma importância financeira, mas está intimamente ligado ao resgate da identidade¹³, em busca da cidadania. E a formação de grupos, no sentido de criar um sentido de comunidade, união, pertinência, é uma premissa básica. Neste sentido, as tentativas de construção de cidadania, através dos movimentos de moradia e de outros grupos participativos podem surtir resultado, na medida em que a clareza de certos conceitos básicos, tais como identidade, dignidade, respeito, adquire um sentido profundo, porque vivido.

Após algum tempo de rua, alguns indivíduos tendem formar grupos organizados, seja para congregar, trabalhar ou reivindicar seus direitos. Estes laços, além de reforçar sua confiança e sentido de pertencimento, são responsáveis pela evolução da legislação existente de atenção à “população em situação de rua”, que evoluiu graças às reivindicações destes grupos organizados, como os movimentos de moradia (como Movimento Nacional da População Rua, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, O Dia de Luta do Povo da Rua, entre outros).

72

73

Enquanto o prédio em que moravam permanece lacrado, famílias da Ocupação Paula Souza acampam na Rua Mauá., 2005

13 Para fins deste texto, a palavra identidade será usada como o conjunto de qualidades que caracterizam um sujeito e fazem dele um ser único, subjetiva e socialmente.

74

Moradores de rua protestam em Brasília, 2010

Estes movimentos tendem reivindicar por moradia, ou seja, são moradores de rua que buscam sair desta condição, conseguindo emprego e moradia, assim como direito a todas as outras categorias do bem-estar social. Os movimentos pela moradia estão entre os principais movimentos sociais urbanos do país. Tais movimentos muitas vezes operam segundo uma agenda unificada de reivindicações, mas a reforma urbana é uma bandeira comum a todas estas entidades.

A organização destas pessoas possibilita também a divulgação e denúncia da situação dos moradores de rua, como com a criação de veículos divulgadores, como revistas e jornais, e espaço na mídia. Estes meios também são uma fonte de renda para eles.

Muitos fazem parte de uma rede não apenas nacional, mas internacional, como é o caso da revista “OCAS – Saindo das ruas”, fonte de renda e rede organizada para os moradores de rua de São Paulo, que pertence à rede internacional de *homeless*: INSP - *International Network of Street Papers*.

75

Jornal “Street Sense – Where the poor and homeless earn and give their two cents”, Washington D. C., USA., que também à INSP - International Network of Street Papers

No entanto, segundo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, quanto à participação em movimentos sociais e cidadania “a grande maioria (76%) não participa de qualquer movimento social ou atividade de

associativismo. Apenas 38,1% confirmaram participação em algum movimento social ou associação”. (FIPE, 2009/2010, arquivo 3, p.18-19).

72

76 a 79

“Dia mundial do habitat / dia mundial dos sem-teto”. Ato público em defesa do cumprimento do Direito à Cidade, na Câmara Municipal de São Paulo, em 03/10/2005

2.2.3. A importância dos catadores na dinâmica da cidade

A maior parte da população de rua é composta por trabalhadores: 66,9% exercem alguma atividade remunerada. Destes, 62,1% vivem da coleta de material reciclável, 12,9 % são flanelinhas, e o restante, em menor número, trabalha na construção civil, em limpeza, como carregadores, vendedores e outras atividades. Apenas 14% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para sobrevivência. Esses dados são importantes para desmistificar o fato de que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”. Aqueles que pedem dinheiro para sobreviver constituem minoria (FIPE, 2009/2010, arquivo 3, p.18-19).

A grande quantidade de pessoas que trabalha como catadora de papelão, latas de alumínio, e outros materiais tem uma importância grande na dinâmica da cidade. Os catadores hoje são parte de uma lógica de descartes da cidade, dentro do sistema de limpeza urbana, e a cidade não pode prescindir deles.

A grande quantidade de descartes de embalagens e resíduos da sociedade de consumo de hoje provoca o crescimento do volume de lixo depositado nos

80 e 81 Catador com material para reciclagem

82

Associação dos Catadores do Aterro do Jardim Gramacho,
Rio de Janeiro

aterros e lixões das cidades, que se transformam também em matéria prima para os catadores, que passam a fazer parte desta cadeia produtiva. De mesmo modo, estão inseridos não só na economia local, mas dentro do mercado internacional. Em 2008, por exemplo, com a crise do mercado financeiro (global), o preço do minério baixou, e assim, o do alumínio, atingindo diretamente o preço pago pelas latinhas de alumínio. Como consequência direta, houve um aumento no número de albergados. “Hoje, o catador de lixo é um trabalhador urbano cujas condições de vida estão sujeitas às cotações do alumínio na bolsa. É peça chave na engrenagem que tornou o Brasil um dos países que mais reciclam no mundo. É preciso reconhecer que os moradores de rua estão enredados em processos complexos.” (Daniel De Lucca Reis Costa, 2009, apud MARSIGLIA, 2009).

Deste modo, parece equivocado afirmar que o morador de rua está fora da lógica capitalista: ele se inclui na lógica capitalista e de consumo - não como agente, mas como final do processo, apropriando-se dos restos deste, e por sua vez inserindo-os novamente na lógica do mercado. Os catadores são o exemplo mais claro disto. O que é lixo para uns, é trabalho e renda para outros. Como coloca o sociólogo José de Souza Martins, “não há excluídos, pois todos são consumidores (lógica do capitalismo)” (MARTINS, 2002).

Em São Paulo a maior concentração dos moradores de rua é na região central da cidade, devido às facilidades apresentadas pela localização. Ser catador compete à mobilidade, transitar pela cidade é parte de sua sobrevivência. Como ele se movimenta, será visto a seguir.

83

84

Catadores e carrinheiros

O morador de rua tem como espaço de sobrevivência o espaço público. O conflito se inicia aí: para ele o privado e o público se confundem, na medida em que o espaço público é para ele espaço privado, que dele, portanto, depende. No entanto, paradoxalmente, mais do que a qualquer outro cidadão, a ele é negado esse direito.

A negação se dá por meio da tentativa de isolamento. Todos tentam se proteger como podem. Na cidade a segregação sócio-espacial se faz de ambos os lados: o confinamento se realiza tanto em locais “qualificados” (por exemplo, nos condomínios fechados) quanto em locais residuais (favelas). Dados da pesquisa Origem-Destino do Rio de Janeiro mostram que 30% dos deslocamentos são para dentro da própria favela. O espaço oferecido é também uma forma de aprisionamento (QUINTÃO, 2000, p.17)

O Estado e a cidade - tanto os espaços públicos quanto os privados - têm respondido a isto por meio de mecanismos de evacuação tanto implícitos (desde a expulsão até o reenvio à cidade de origem, com reembolso simbólico), quanto explícitos como, por exemplo, superfícies irregulares, bancos convexos que os impossibilita de se deitarem, grades e espetos.

“Os chuveiros instalados para evitar a presença de moradores de rua e usuários de crack inserem-se dentro de um repertório de tecnologias urbanas para lidar com uma crescente população indesejável. Cabe lembrar que a mesma prefeitura que proibiu os chuveiros foi responsável pela construção da “rampa anti-mendigo” nas proximidades da Avenida Paulista, dos bancos na Praça da República que impedem que as pessoas lá se deitem e do cercamento de árvores, parques e praças em toda cidade. (...). Tais práticas refletem uma lógica mais ampla, que não se refere só aos usuários de droga. Reforçam a idéia de que existem seres humanos de qualidades distintas que não podem conviver ou coabitar a mesma cidade. (Costa, 2009, apud MARSIGLIA, 2009, grifo nosso).

A solução parece passar pela questão do reconhecimento e da aceitação desta realidade dentro da sociedade, sendo necessário, portanto, dar visibilidade à existência destes indivíduos. Esta alienação, esta falta de reconhecimento, se opera também pelo afastamento físico dessas pessoas - que cada vez mais são deslocadas para locais confinados, deteriorados ou afastados, cada vez mais para fora da visibilidade da cena urbana das outras camadas privilegiadas da sociedade.

H. Vargas coloca a questão da *imagem*: os projetos de intervenção urbana contribuiriam para mudar a imagem da cidade e aumentar sua atratividade, funcionando como “City Marketing” (VARGAS, 2003, p.8). Fazendo um paralelo, os moradores de rua seriam então uma deturpação à imagem da cidade: não um atrativo, mas um repelente. E devem, portanto, ser escondidos, empurrados para “fora”. Lois Takahashi denominou este fenômeno de *NIMBY: Not In My Back Yard*¹⁴ (TAKAHASHI, 1998). Ou seja, a tentativa por parte dos moradores do local de empurrar estes indivíduos para longe de seus quintais, de suas casas.

Mas os locais escolhidos por grupos por afinidades (como é também o caso dos que estão na rua por causa das drogas, fazendo da Cracolândia, por exemplo, seu território) não são um território, mas uma territorialidade. Se expulso ele circula, migra de um lugar para outro. A expulsão apenas o transporta de local em local.

Entre a descrição das práticas de exclusão no espaço (como a de expulsão de comunidades e a de confinamentos em áreas fechadas), R. Castel coloca outra, na qual inseriremos, para o presente trabalho, a categoria dos moradores de rua: “certas categorias da população se vêem obrigadas a *um status especial que lhes permita coexistir na comunidade*, mas com privação de certos direitos e da participação em certas atividades sociais.” (CASTEL, p.39, grifo nosso). Neste sentido, “a exclusão não é nem arbitrária nem acidental.” (...) “passa por procedimentos cuja legitimidade é atestada e reconhecida”.(CASTEL, p.39).

85

“The Problem We All Live With” (“Nós todos vivemos com este problema”), do pintor americano Norman Rockwell, 1964. Um ícone americano do movimento pelos direitos civis retrata Ruby Bridges, uma menina afro-americana em sua ida à escola pública para brancos em Nova Orleans, durante o processo de preconceito racial, no qual ela tem que ser escoltada por policiais. Ao fundo, está pixada a palavra “negro” e as letras KKK (Ku Klux Klan), junto com um mancha de tomate que foi arremessado ao muro.

86

Montagem feita pela artista Nili Yosha a partir da pintura de Norman Rockwell, como a inscrição: “Sem-teto, vão para casa!”.

14 (tradução livre: “No meu quintal, não”)

A distribuição desses indivíduos no território urbano depende de vários fatores, que se relacionam tanto com a infra-estrutura oferecida na metrópole e seus usos cotidianos, quanto com os fluxos e espaços nos quais circulam (e os motivos de circularem em tais áreas), e os meios de sobrevivência. Entender estas localidades como será analisado a seguir, é premissa para qualquer projeto.

2.3.1 Áreas de concentração / Distribuição da população de rua

Porque é importante analisar os espaços preferenciais? Para que se possa localizar de modo mais preciso as instalações e estruturas de apoio aos moradores de rua.

De acordo com o Censo (FIPE 2009/2010, arquivo 2, p.8-9), foram analisadas duas populações: a dos moradores de rua e dos acolhidos, na cidade de São Paulo:

No caso dos acolhidos, os três distritos municipais com maior incidência de morador de rua foram: Mooca (16,2%), Santa Cecília (14,5%) e Pari (10,8%), seguidos por Brás (7,9%), Tatuapé (7,9%), Santo Amaro, Bom Retiro, Liberdade, Penha e Ipiranga (com porcentagens similares, abaixo de 4,1%). É possível fazer um paralelo entre os locais de maior incidência e os locais das instituições conveniadas (centros de acolhida) e não-conveniadas (repúblicas e hotéis sociais) existentes¹⁵: Ou seja, os acolhidos estão nos locais onde há instituições.

No caso das pessoas que usam o espaço público como local de pernoite, o porque das escolhas desses locais tem que ser analisado em função de algumas variáveis, como veremos a seguir.

Para a população que mora nas ruas, os distritos municipais com mais presença foram: República (23,8%), Sé (18,1%), Santa Cecília (4,7%); e Brás, Santana, Consolação, Bom Retiro, Bela Vista, Mooca, entre outros, com porcentagens abaixo de 3,8%.

Pelos dados apontados, nota-se a maior concentração de moradores de rua nas regiões centrais¹⁶ da cidade. “Uma das interpretações possíveis para isto é

15 Segundo dados da “Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008)

16 Definição de “área central” conforme colocada no mesmo Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010, arquivo 3, p.2.

a proximidade a locais para a garantia da sobrevivência, como a obtenção de alimentação gratuita” (VIEIRA et al., 1994, p.50).

Outra razão é que nesses locais concentram-se pontos comerciais que ficam vazios à noite. Durante este período os imóveis ficam vagos, a via fica deserta o que seria mais seguro para quem dorme nas ruas.

“(...) ser ‘trecheiro’. Percorrer trechos da cidade é um dos meios de sobrevivência. Vão atrás de abrigos, de lugares para o pernoite, de locais que oferecem comida ou, simplesmente, fogem das ‘perturbações’ da polícia militar.”¹⁷

Há ainda o fato de que estas concentrações tem a ver com a lógica de descartes da cidade. Como apontado, a grande maioria (62,1%) dos moradores das ruas, tem como fonte principal de renda a coleta de material reciclável.

Para analisar como se dá a relação entre os locais com maior descarte de materiais, maior volume de resíduos e a concentração de moradores de rua, buscou-se analisar os setores que mais geram descarte e resíduos: os setores secundário (indústrias) e terciário. Foram utilizados os dados do “Censo de população em situação de rua” de 2009/2010, resultados “por distritos” (FIPE, 2009 / 2010), e mapas dos setores secundário e terciário, para verificar a concentração / distribuição dos moradores de rua, em relação a estes setores.

A seguir, os mapas de concentração de moradores de rua por distrito (**Mapa 1**), com base nos dados do “Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo”¹⁸; mapa de uso do solo predominante do Município de São Paulo¹⁹ (**Mapa 2**); e máscara com sobreposição dos mapas 1 e 2, de “concentração de moradores de rua por distrito” e “uso do solo predominante” (**Mapa 3**). O recorte da máscara foi, portanto, sobre a área de maior incidência dos setores secundários e terciários (manchas vermelhas, laranjas e rosas do mapa-base, de acordo com a legenda).

17 Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=111&pag=3>

18 FIPE 2009/2010

19 Secretaria das Finanças / Departamento de Rendas Imobiliárias - TPCL 2008. **Uso do Solo Predominante – Subprefeituras do Município de São Paulo 2008**. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU / Departamento de Estatística e Produção de Informação - Dipro.

MAPA 2:
Uso do Solo Predominante
 Subprefeituras do Município de São Paulo
 2008

Verificou-se que a distribuição espacial desta população não é aleatória: tem relação com a localização dos estabelecimentos comerciais, de serviços, e da indústria, ou seja, se insere tanto na lógica de descartes e geração de resíduos destes locais, quanto na de fluxos, gerados pelas áreas onde se concentram os serviços

Em locais onde há formação de resíduos, tais como rua 25 de Março (Sé), Bom Retiro, Brás, CEAGESP, a concentração de moradores de rua também é alta: ou seja, está diretamente ligada à questão do abastecimento, que gera descartes e resíduos, matéria-prima para os catadores e carrinheiros. Nota-se que há uma coincidência (*co-incidência*: contigüidade da incidência; sobreposição, justaposição; simultaneidade de dois ou mais acontecimentos) destes padrões: entre as áreas de maior descarte, exatamente na área central (onde se localiza a maior parte do setor terciário), e nas áreas onde há presença de indústrias, são onde há a maior concentração de moradores de rua.

No comércio, a distribuição e venda de mercadorias acaba gerando um volume imenso de descartes, lixo que na maioria das vezes - já que a cidade de São Paulo não dispõe de uma rede de coleta eficaz - é despejada nas próprias calçadas.

Esta relação não é mera coincidência. Mostra que as pessoas que moram nas ruas e dependem do material nelas coletados para sobrevivência, obviamente circularão e adotarão como local de vivência e pernoite, as regiões onde há maior concentração de comércio, serviços e indústrias e, portanto, maior descarte. Um dado importante justifica o fato da escolha destes indivíduos pelos locais de maior descarte de material, é o fato de 62,1% serem “catadores de materiais recicláveis” (FIPE, 2009/20102010, arquivo 3, p.19)

87

Ladeira Porto Geral, São Paulo: concentração de comércio gerando grande volume de descarte

88

Rua 25 de Março, no centro de São Paulo

Dentre as dez regiões com maior concentração de população de rua, a única que ficou de fora deste recorte da “área central” foi a Vila Leopoldina (com 2,3%). Ora, este fato é facilmente justificável se verificarmos que é neste distrito que se localiza o CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Maior entreposto de bens alimentícios entre outros, reúne serviço e comércio em grande escala, de posição importante na distribuição de São Paulo.

89

CEAGESP, São Paulo. Manchete do jornal “A subprefeitura afirma que o problema da moradia de rua na região é crônico, devido à proximidade do CEAGESP (central de abastecimento)”²⁰

90

Panorama aéreo do pátio da CEAGESP, São Paulo

91

Sobras do CEAGESP: caixas de madeira

De mesmo modo, em locais onde há concentração de serviços, como a área centro velho, Sé e República, e Av. Paulista (Bela Vista), a concentração também aumenta, e isto se deve ao fluxo de pessoas gerado pelas áreas com predomínio

20 in: *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2008. Cotidiano, p. C9. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1507200833.htm>>

de serviços. A preferência por proximidade a estes fluxos de pessoas também facilita algum tipo de atividade para obtenção de renda, como guardador de carro, flanelinha, e outros empregos informais.

Mapa de Setores Produtivos (comércio e serviços) no Município de São Paulo: (EMPLASA,2005)²¹

92
Carrinho no centro de São Paulo (República)

93
Geradores de fluxo: comércio e serviços (próximo a Av. Tiradentes, área central de São Paulo)

21 Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/produ%20download/IME/Setores%20Produtivos.pdf>>

94

Grande fluxo de pessoas no bairro da Liberdade, São Paulo: área de restaurantes e serviços

95

Av. Paulista, São Paulo

Ao circularem durante o dia para recolher os materiais muitos não conseguem retornar aos albergues ou abrigos para dormir, razão pela qual pernoitam no logradouro público em local próximo à área em que trabalharam. Se estas estruturas de apoio (albergues, centros de acolhida, hotéis sociais) estivessem em locais estratégicos, ou seja, localizadas próximas às áreas de maior concentração de moradores de rua, provavelmente algumas destas pessoas não utilizariam as ruas, e sim estes locais (para pernoite, ao menos).

96

Morador de rua busca abrigo na rodoviária de São Paulo, em épocas de baixas temperaturas

97

Morador de rua dorme próximo aos seus pertences

98

Carrinheiro em rua de São Paulo

Mesmo assim, como vimos, há os que escolhem o espaço público como local de morada, e fazem dele sua casa, permanecendo por tempo indefinido. Conforme colocado anteriormente, 51,8% preferem morar nas ruas, 48,2% pernoitam em albergues (FIPE, arquivo 3, p. 4). Para estas pessoas, mais do que “áreas de concentração”, como é o mapeamento do censo, são pontos específicos, *locais* - e não localidades - que ele escolhe na cidade.

“O censo mostra ainda que a maioria já dormiu em albergue (79%), porém quase todos dormiram na rua, antes de pernoitar pela primeira vez em um albergue. Porém, o logradouro público é o espaço em que cerca de 95% costumam dormir. Apenas 3,8% costumam dormir em albergue”.(FERNANDES, 2010).

A “escolha” por locais degradados, afastados, ou escondidos se relaciona também com o *lugar* que estas pessoas têm na sociedade. Como foi colocado anteriormente, o afastamento e exclusão os obriga a um lugar também de exclusão. Embora estando presentes em áreas da cidade que podem até ser centrais, a segregação espacial se dá confiando-os em *locais*, pontos, onde só lhes é permitido ficar se não atrapalharem ou incomodarem a sociedade à volta.

O que faz um local ser mais atrativo que outro, numa mesma área? O que faz com que o morador escolha uma rua específica, próxima a um lixo por exemplo, ao invés da praça arborizada ao lado? Esta pesquisa tentou buscar algumas respostas, em entrevistas com moradores, sobre a descrição do *lugar específico*, mas a metodologia se mostrou insuficiente devido à impossibilidade de abordar

uma quantidade significativa de pessoas. Para uma pesquisa significativa, este questionário deveria abarcar uma amostragem maior, ou ainda ser aplicado a todos os moradores contados pelo Censo, o que torna inviável para a presente pesquisa, razão pela qual não podemos inferir o tipo de funcionamento. Fica a pergunta para reflexão.

99

Manchete do jornal; “A Escadaria São Diogo, em Vitória, que fica perto da Praça Costa Pereira, está cheia de mato, de sujeira e de pessoas que, não satisfeitas em apenas passar pelo local, resolveram fazer dali uma moradia”

100

Moradores de rua dormem em calçada. Bela Vista, São Paulo

2.3.2 Trajetos / Mobilidade

Aliada ao fato de buscarem locais onde possam buscar materiais e atividades que permitam algum ganho, está a mobilidade. Perambular pela cidade com seus pertences e material para venda (sua subsistência) é fator balizador dos fluxos dos moradores de rua.

A questão da mobilidade, como ele se movimenta pela cidade, lhes é imprescindível. Para os carrinheiros, este elemento é principal; impossível se deslocar pela cidade com o peso do carrinho, e ir a um local distante para o pernoite. Por isso, muitos dormem na rua, perto de onde já estão.

De acordo com o Censo de 2003 (tabela 5.2) de “Deslocamento durante o dia”, para os que pernoitavam nas ruas, a maioria (38,3%) permanecia no mesmo distrito, 20% se deslocavam até distritos vizinhos, 11,2% até outros distritos,

e apenas 1,3% para outros municípios. Ou seja, a maioria permanecia numa mesma área, e o número de deslocamentos vai diminuindo ao se aumentarem as distâncias percorridas.

Na rua, perde-se a noção de tempo, e de espaço. Como coloca S. Schor (informação verbal)²² “na rua, o futuro encolhe, e o espaço também”.

Para os moradores albergados (tabela 6.8 do Censo, 2003), 36,4% permaneciam no mesmo distrito. 23,7% se deslocavam até distritos vizinhos, 33,6% até outros distritos, e apenas 1,9% em outros municípios. Novamente nota-se que a maioria permanecia no mesmo distrito ou vizinho, ou seja, deslocamentos pequenos. Mas a alta porcentagem de deslocamentos até outros municípios se deve, aparentemente, ao fato de que a população albergada em sua maioria não faz uso dos carrinhos, uma vez que é difícil ter albergues com estacionamento para esses. Não sendo essas pessoas, em sua maioria, catadores, fica mais fácil percorrer distâncias maiores. Outro fato aparente pode ser o de a população albergada, mais do que o local onde prefere estar, está onde se localizam os albergues ou outras estruturas similares de acolhida - que não estão em locais estratégicos da cidade e sim, em “qualquer local disponível”, aleatoriamente. Para os que usam estas estruturas, deslocar-se para o pernoite é a única alternativa: ir onde o albergue está.

Há também os que se encontram em constante deslocamento, mudando de cidade em cidade em busca de melhoria de vida.

“A maioria dos entrevistados (59,9%) viveu sua vida em um número pequeno de cidades (até três cidades). O percentual que viveu em seis cidades ou mais é 11,9%, indicando um comportamento de deslocamentos freqüentes, que se convencionou denominar como de “trecheiro” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008)

A importância dos deslocamentos é também econômica: o custo do deslocamento é muito alto. Pesquisas demonstram que um grande número de pessoas que mora nas ruas tem residência. Com a lógica urbana de afastar cada vez mais a população pobre do centro sem, no entanto, prover estas áreas de infra-estrutura para locomoção, muitos se deslocam para as áreas centrais, e passam a semana nestes locais. Nos finais de semana, retornam às suas casas. Como aponta H. Vargas, o custo a ser computado não é só o da moradia, mas o do deslocamento: o que chama de “distância econômica”.

22 Por ocasião de banca de Qualificação da autora, FAUUSP, agosto.2010.

A análise de como se deslocam no território urbano - onde estão e como se locomovem - é fundamental para que, no planejamento urbano, a indicação dos locais de apoio para essa população seja mais criteriosa e efetiva.

101

Para o carroceiro, percorrer grandes distâncias é difícil

102

Carrinheiro em São Paulo: mobilidade é fundamental para o morador de rua

CAPÍTULO 3 FORMAS DE INTERVENÇÃO

Capítulo 3 Formas de intervenção

O sistema de “acolhimento” no Brasil, que se traduz principalmente na figura dos albergues, sempre foi feito com poucos critérios de qualidade, tanto espacial, quanto de atendimento, entre outros. Hoje, depois de anos de críticas e reiterados sinais de falência do sistema de “acolhimento”, de um longo caminho dos próprios moradores de rua, do Estado, da sociedade e das análises do cenário internacional, o Brasil não tem como fechar os olhos para os encaminhamentos de outros países e as propostas (tanto de políticas públicas quanto de alternativas oferecidas) têm sofrido mudanças graduais.

Em 02 de janeiro de 2001, a então prefeita Marta Suplicy sancionou o Decreto 40.232 que regulamenta a Lei 12.316, que versa sobre os direitos e padrões de qualidade do atendimento à população de rua da cidade de São Paulo, da vereadora Aldaíza Sposati. Em março de 2002, então Secretária de Assistência Social (SAS/PMSP), Aldaíza assumiu, no lançamento do seu programa de governo, o compromisso de implantar um novo programa de atendimento à população de rua, propondo um modelo diferente, e criou o Programa Acolher.

Uma questão é a elaboração das diretrizes, leis, decretos, resoluções e/ou outros projetos de Políticas Públicas, que criam a necessidade de olhar para esta população, incluem-na nas prioridades do município, estado ou país, e direcionam o tratamento a ser dado a ela, balizando elementos - daí sua importância. Mas são *genéricos*, no sentido de que *homogeneízam* uma população para a qual se aplica. Outra face é como *aplicar* estas mesmas leis. Deste modo, como arquitetos, temos que olhar estes dados e adaptá-los, com olhar crítico e com instrumentos adequados (tanto técnicos quanto práticos) para executá-los, como em qualquer área.

O sistema de acolhimento atual é constituído pelos centros de acolhida, que se traduzem pelos albergues e hotéis sociais, casas de convivência, e as “Tendas”. Os albergues (e hotéis sociais) servem a atividades variadas, mas, principalmente, ao pernoite. As casas de convivência e as tendas servem a atividades-dia.

São poucas as formas de intervenção diferenciadas que foram executadas *especialmente para* a população de rua, tanto para os que moram nas ruas quanto para os que usam as instalações oferecidas.

O sistema de albergamento melhorou muito nos últimos anos, tanto em relação ao atendimento assistencial, quanto em relação a projeto, com iniciativas inovadoras, como, por exemplo a casa de convivência “Associação Minha Rua Minha Casa”, no Glicério, (projeto do arquiteto Ruy Ohtake) e o albergue Projeto Oficina Boracéia, na Barra Funda, que será analisado adiante.

Serão analisados somente os casos brasileiros, especialmente os de São Paulo. A presente pesquisa não encontrou exemplo onde os moradores de rua fossem incluídos no planejamento urbano. Com relação às instalações propostas internacionalmente, optou-se por não analisá-las no presente trabalho, visto que propostas inovadoras, de projeto urbano, não foram encontradas e as instalações comuns (como albergues e outros centros de acolhida) em outros países não podem ser analisadas fora da cultura na qual se inserem.

“É difícil produzir boas comparações entre cidades de países diferentes, primeiro porque você não vai ter um indicador único, os dados vão ser diferentes, mas também o tipo de área geográfica é diferente”. (SCHOR, Espaço e Debates, p. 107). Mais do que isto, seria arriscada qualquer análise excluindo o contexto cultural da sociedade onde se insere.

Deste modo, serão analisados a seguir apenas os exemplos diferenciados de acolhimento, como o caso do Projeto Oficina Boracéia e as Tendas, que têm propostas diferenciadas, e não os centros de acolhida comuns (albergues).

3.1. Qual o papel do acolhimento / abrigamento na dinâmica da rua

Como visto anteriormente (Cap. 1). o Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010, dividiu a “população em situação de rua” em “Moradores de rua” e “Acolhidos” (FIPE 2009 / 2010, arquivo 2, p.2). De acordo com o mesmo censo, 51,8% seria de “Acolhidos”.

De acordo com o *Dicionário Aurélio*:

“Acolher: 1. .Ato ou efeito de acolher; recepção: 2. Atenção, consideração. 3.Refúgio, abrigo, agasalho.

Abrigar: 4.Acolher, agasalhar: 5.Proteger, amparar. Resguardar, proteger; amparar. 11.Resguardar do rigor do tempo”. (FERREIRA, 1999, grifo nosso)

Ou seja, “abrigar” se aproximaria mais do sentido de dar proteção às intempéries.

“O albergue é, na prática, a única política pública de inclusão social para a população de rua”. (Daniel De Lucca Reis Costa, 2009, apud MARSIGLIA, 2009).

O sistema de acolhimento do modo como é feito atualmente, embora a assistência social oferecida tenha uma aproximação de acolhida, que melhorou muito nos últimos anos, os espaços oferecidos ainda permanecem sem qualidade, funcionando mais como abrigo do que como locais acolhedores. Neste sentido, para o presente trabalho, será usado os termos “abrigar”, e “albergues” ao invés de “centros de acolhida”.

A recusa ao sistema de albergamento e às casas de convivência oferecidas atualmente se dá por várias razões. Conforme o Censo, 48,2% são “moradores de rua”, enquanto 51,8% são “acolhidos.” Este número é muito importante, pois mostra que praticamente metade da população escolhe os abrigos, e outra metade escolhe as ruas, habita o espaço público. Desta metade que habita as ruas, uma parte utiliza outros tipos de instalações disponíveis, como Casas de Convivência e Tendas, mas não fazem uso dos centros de acolhidas. Não dispomos destes números, mas os indivíduos que não utilizam os albergues por recusa, provavelmente usariam se lhe fossem oferecidos outro tipo de estrutura, que não a do atual albergamento, com suas falhas, como veremos a seguir.

“O albergue é um local conhecido. Desde que está na rua, a maioria já dormiu em albergue (79%), porém quase todos dormiram na rua, antes de pernoitar pela primeira vez em um albergue. Porém, o logradouro público é o espaço em que cerca de 95% costumam dormir. Apenas 3,8% costumam dormir em albergue e eventualmente permanecem na rua”. (FIPE, 2009/2010, arquivo 3, p.7)

Ora, os dados mostram que a resistência aos albergues e às casas de convivência é grande. Por isso, a população que dorme nas ruas e a que frequenta os albergues tem características diferentes. Uma estimativa do Censo 2009/2010¹ mostra que, do total, 58,2% utiliza a rua como espaço de moradia, ou seja, **não fazem uso dos albergues** (51,8% são os acolhidos).

1 Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010, Arquivo 1, p.10

“Para eles [os que vivem hoje nas ruas], há pouco mais de 7.000 vagas em albergues da prefeitura - eram 8.000, mas no ano passado uma unidade fechou. Conclusão: quase 6.000 não têm onde dormir. E, mesmo assim, sobram vagas. Em 2000, quando foi feito o censo anterior pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), da USP, eram 8.706 pessoas nessa situação – 3.693 em albergues. Ou seja, em nove anos, as ruas ganharam mais de 4.000 pessoas, um aumento de quase 50%.” (SARAIVA, 2010).

103

Moradores de rua dormem na calçada da R. Sete de abril, em São Paulo

104

Moradores de rua no centro de São Paulo

É de se perguntar: por que mais da metade desta população não faz uso de albergues ou outra forma de acolhimento? Uma análise que pode ser feita seria pela escassez de albergues disponíveis. O número de vagas disponíveis nos albergues públicos não passa de 8.000, para uma população próxima de 15 mil pessoas, é de se esperar que metade desta população não tenha onde pernoitar.

Mas não é só isto que notamos nas pesquisas. Há também muita gente que prefere ficar na rua:

“O ex-locutor de rádio Rogério Aparecido Nogueira Souza, 38, é outro que diz que nunca mais volta para um albergue onde permaneceu por seis meses. Mora há quatro anos na rua, na porta de uma floricultura, no largo São Francisco. “Albergue é um depósito de gente e oficina de marginais”, diz. “Eu sou um mendigo, mas eu tenho nojo de tudo lá dentro”, disse. O cearense Francisco Teixeira da Silva, 45, está há oito meses morando nas ruas, também no largo São Francisco.

Viveu oito meses num albergue. Tinha carteira assinada e renda como prevê a legislação para progredir, mas nunca lhe foi oferecida uma moradia provisória. Pelo contrário. Teve que sair do albergue após se desentender com um monitor da unidade e, quando suas economias acabaram, foi para a rua. Essas economias foram gastas com aluguel de quarto e com a compra de mercadorias para revender como camelô. Porém, os fiscais da prefeitura as tomaram. “Eu vou sair daqui. É só por um tempo”, disse.”

(PAGNAN; CARAMANTE ; 2009)

Outra fonte, da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, coloca:

“a maioria costuma dormir na rua (69,6%). Um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições. Apenas 8,3% costumam alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues”.

Na última semana (em relação à data da entrevista) a maioria dormiu somente na rua (60,5%). Pernoitaram somente em albergues ou em outras instituições 20%. E alternaram rua e albergue 8,3%. Preferem dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues.”

(Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008)

O tratamento uniforme para uma população heterogênea é uma das razões da falência deste sistema. A resistência do morador de rua em relação ao albergue se deve ao fato exatamente desta “pasteurização”. A alternativa, portanto, é a rua. A degradação da cidade e de seus espaços públicos que não cumprem sua função, e a negação aos albergues como locais de degradação e controle, espaço da desordem e da angústia, é sua prova mais óbvia. É um modo de não aceitar o que é sempre resíduo ou, “melhor que nada”.

“Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir em albergue, 69,3% apontaram a violência como o principal motivo da não preferência por dormir na rua. O segundo principal motivo foi o desconforto (45,2%). Entre aqueles que manifestaram preferência

por dormir na rua, 44,3% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo da não preferência por dormir em albergue. O segundo principal motivo foi o horário (27,1%) e o terceiro a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%), ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade”. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008)

Ou seja, a solução não passa somente pelo aumento do número de vagas em albergues. Os números dos serviços oferecidos que são freqüentados pelos moradores mostra também que são pouco utilizados²:

Tabela 5.4 Serviços Freqüentados por Tipo		
Tipo de serviço		Freqüência %
Restaurante Popular		44,3
Casas / Centros de Convivência		28,1
Albergues		23,7
Tenda/Núcleo de Serviço		19,3
Nenhum deles		32,1
Respostas		149,0
Respondentes		100,0

São vários os motivos pelo quais os albergues são recusados. Entre as reclamações estão horário de atendimento, disciplina, forma de tratamento, segurança e tempo de permanência:

“Durmo na rua porque não gosto de albergue. Lá tem que dormir à noite. Albergue deveria ser aberto 24 horas por dia.”

“Diz que eles são indenizados e convidados a pernoitar em albergues. Segundo a subprefeitura, eles não aceitam porque é proibido entrar com bebida alcoólica. E porque o banho é obrigatório.” (SANGIOVANNI, 2008, grifo nosso)

² FIPE, 2009/2010, arquivo 3, p. 20, tabela 5.4

“Os moradores dizem que se cansaram de encontrar portas de albergues fechadas. “Prefiro passar a noite onde sei que estão as minhas coisas e com quem conheço”, afirmou um deles, um jovem de 22 anos.” (SEM-TETO faz maloca debaixo da Câmara., 2010, grifo nosso)

“A secretaria, cuja titular é a vice-prefeita Alda Marco Antonio, diz que “ofereceu várias alternativas”, como abrigos e albergues 24 horas, mas que elas foram recusadas. Os sem-teto dizem que rejeitaram os albergues para que as famílias não se separassem.” (SEM-TETO DESPEJADOS vão morar debaixo do viaduto,grifo nosso)

105

Conforme o arquiteto Andre L. Teixeira, as especificidades de cada pessoa também não são respeitadas no local dada a homogeneização dos serviços. A falta de infraestrutura combinada com o alto número de pessoas atendidas, não possibilita um atendimento adequado. “O número de pessoas implica também na dificuldade de privacidade, algo que implica (...) não ter o seu “canto” (nos dizeres de um entrevistado)” (TEIXEIRA, p.314)

A “presença de crianças no albergue mostra atritos com as condições de apropriação do local, sua disciplina, a ausência de espaços adequados para família”. (TEIXEIRA, p.314)

106

Quarto de albergue: número de pessoas é grande, e não permite diferentes arranjos

“A tendência, hoje, tem sido a da proteção da rua. Basta ver como os albergues são ambientes insalubres, onde se misturam deficientes físicos, drogados, mulheres grávidas, doentes psiquiátricos, moribundos, foragidos da polícia, gente que está apenas desempregada ou brigou com a mulher ontem e dormiu na rua. Até se tenta fazer um tratamento diferenciado. Mas dada a maciça demanda, as condições precárias de trabalho, a superlotação, os poucos recursos e o reduzido número de funcionários, esse atendimento, quando ocorre, tende a ser massificado. O que pode fazer um assistente social para cada 60, 70 albergados? (O sociólogo francês Michel) Foucault dizia que não se pode pensar separadamente doença mental e psiquiatria, delinquência e polícia. São fenômenos implicados, que têm sua expressão em instituições como os manicômios e os presídios. Podemos pensar nos albergues por analogia. Todo o mundo pede mais albergues e fala mal deles da mesma forma que se pede mais prisões e se fala mal delas”. (Daniel De Lucca Reis Costa, 2009, apud MARSIGLIA, 2009).

A falta de diversificação deste atendimento é um fato. O número de pessoas é outro fato, a escala de alguns locais é inadequada ao convívio. O albergue Pedroso, por exemplo, atendia 450 pessoas, e o Anhembi, 100 famílias.

“Desde 2008, a Prefeitura desativou dois albergues no centro: o Jacaré (antigo Cirineu), com quase 400 vagas, e o Glicério (conhecido como São Francisco), com 300 leitos, segundo a Secretaria de Assistência Social (Seads). “Mas chegamos a abrigar mais de 700 pessoas”, relata frei José Santos, que administrava o Albergue do Glicério. “É claro que a maioria voltou às ruas.” Neste ano, a Prefeitura pretende encerrar os serviços de outros dois centros: o República Condomínio AEB, com 85 vagas, e o Pedroso, com cerca de 400”.

Outro fato é a localização inadequada. Neste sentido prover um albergue em algum local que a cidade disponibiliza - e não em um local estratégico, necessário - não produz resultados efetivos. Os vários albergues da cidade confirmam isto.

“Para superintendente da ONG Viva o Centro, Marco Antônio Ramos de Almeida, por mais que 2 milhões de pessoas passem diariamente pelo centro paulistano, é impossível não perceber a situação deplorável em que vivem os moradores de rua. Segundo ele, não adianta tentar mudar os abrigos para regiões afastadas do centro.

A prefeitura decidiu fechar abrigos no centro e transferir os moradores para outras regiões. Acontece que é aqui (no centro) que eles gostam de viver, então não adianta mudar o abrigo porque eles não vão deixar essa área. Acho que faltou à prefeitura combinar com os russos - ironizou Almeida”. (FREIRE, 2010)

107

Casa de convivência "Associação Minha Rua Minha Casa – AMRMC"

Mas o fato é que mesmo se os albergues fossem locais adequados, ainda haveria pessoas que prefeririam habitar as ruas, como visto anteriormente (cap.2). As estruturas urbanísticas voltadas a esse grupo são escassas, pouco eficazes e parecem partir do pressuposto que há um desejo de todos de deixar de morar nas ruas.

Deste modo, faz-se necessário pensar não só os equipamentos para acolhida, mas no planejamento urbano, em como estas pessoas são inseridas nos espaços públicos das metrópoles.

“Ainda que todos aceitassem dormir nos albergues, é nas ruas que passam o dia em busca de trabalho e renda.” Por isso, a prefeitura criou o programa Atenção Urbana, composto por agentes de proteção social para contatos na rua e nos centros de convivência dia. O primeiro, hoje modelo, é o Jardim da Vida Dom Luciano Mendes da Almeida, perto da praça da Sé.” (ALBUQUERQUE; CHAMMAS, 2010, grifo nosso).

3.2. Análise de tipos de intervenção em São Paulo

Tendas

As tendas serão analisadas em termos de serviços e de projeto.

As tendas foram inauguradas em 2009 pela SMADS - Secretaria Municipal de Assistência Social, como alternativa para quem se “se recusa a ir para os centros de acolhida, direcionado aos moradores em situação de rua que se recusam a ingressar na rede de acolhida municipal (albergues)”³. Até hoje, são duas as tendas

3 In: ESPAÇO JARDIM Vida já realizou cerca de 50 mil atendimentos.

existentes: o Espaço de Convivência Jardim da Vida I e II, ambas localizadas no Parque Dom Pedro II, na região central. Estariam previstos mais três espaços similares, nos bairros de Santa Cecília, Mooca e Bela Vista.

Com relação ao serviço, a proposta é de que o local funcione durante o período diurno, das 8h às 23h, todos os dias da semana, com espaço para educadores, assistentes sociais e técnicos da saúde oferecendo atividades culturais (com uma série de atividades, como trabalhos de artesanato), banho e encaminhamentos para os serviços da rede. O principal objetivo destes equipamentos seria a reinserção, “com um trabalho de convencimento, de conquista e de criação de vínculos.”⁴. São dados orientação e encaminhamento para os serviços da Prefeitura como Centros de Acolhida, tratamento médico, capacitação profissional, obtenção de documentação, retorno à família ou à cidade de origem. Ou seja, como colocado no cap.2, estes locais serviriam para fazer a transição para a saída da rua, com a função de “porta de entrada”.

“Como porta de saída, os usuários do espaço têm à disposição os hotéis sociais e moradas para idosos. Nesses equipamentos, a superação fica evidente. É o caso de Benedito Raimundo dos Santos, 73 anos, que voltou a encontrar sua família. Mineiro, Benedito veio para São Paulo há 23 anos, para trabalhar como motorista. Teve um grave problema de hérnia e uma cirurgia reparadora gerou complicações, deixando-o em coma. Recuperado, porém em vulnerabilidade social, Benedito foi encaminhado para a Morada Nova Luz, equipamento criado como residência fixa de idosos . “Aqui é muito bom e além disso me sinto muito bem cuidado”, conta Benedito, que, além de conquistar um trabalho no Estádio do Pacaembu, conseguiu reencontrar a família. Em Minas, foi recebido pelas oito irmãs, dois irmãos e a filha de 41 anos.” (página do site da Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência Social).

“Um dos primeiros usuários do espaço, G. (23 anos) conta como conheceu o equipamento e fala sobre sua rotina diária. “Conheci a Tenda através de amigos que comentaram sobre o local e suas atividades. Aqui, jogo futebol, converso com os amigos, tomo banho e tem as assistentes sociais, que estão sempre disponíveis para ajudar”⁵

No entanto, há críticas com relação ao serviço, e o uso efetivo do espaço têm se dado de outra maneira: “Ontem, os banheiros químicos estavam sujos, com fezes

4 ibidem.

5 “Prefeitura entrega novo espaço para moradores de rua”. Disponível em:<http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=35473>

sobre os vasos. O local é limpo todo dia, segundo o estabelecimento, mantido pela ONG Aliança de Misericórdia”⁶. Havia quem dormisse no chão, estirado sobre papelão, e grupos a papear. Aos sábados à tarde há partidas de futebol em um campinho.

108

Tenda “Espaço de Convivência Jardim da Vida”, Parque Dom Pedro, São Paulo

No entanto objetivo principal do presente trabalho é discutir a alternativa quanto ao projeto:

As duas tendas existentes hoje têm uma área de 320m². Nestes equipamentos são disponibilizados “banheiros com chuveiros (para aqueles que quiserem tomar banho), kits de higiene, oficinas de capacitação, bem como atividades culturais e de lazer, com o objetivo de estimular a reintegração social”. O espaço “conta ainda com um jardim para passeio e mesas de concreto com tabuleiros de jogos, além de disponibilizar banheiros de alvenaria com chuveiros, inclusive para pessoas com deficiência”⁷.

Ao invés de fixo as tendas, como uma arquitetura de apoio, móvel, são uma concepção interessante, ao possibilitarem sua existência virtualmente em qualquer local. Ou seja, equipamento desmontáveis, que podem ser transportados para os locais onde haja necessidade. Quanto ao programa, é uma alternativa para os que usam as ruas como morada, que precisariam usar a estrutura para necessidades do uso cotidiano, mas não para pernoite. Deste modo, as tendas podem ser uma idéia a ser desenvolvida, não com esta configuração formal e espacial, mas como exercício para elaboração de equipamentos de apoio, com “programas” (arquitetura) a serem desenvolvidos para suprir as carências dos que habitam as ruas e não fazem uso dos abrigos.

6 *ibidem*.

7 *ibidem*.

O projeto Boracea foi elaborado dentro do Programa Acolher - Reconstruindo Vidas lançado em maio de 2002, pela SAS/PMSP - Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Município de São Paulo. O projeto objetivava ser um centro de referência para a população de rua da cidade de São Paulo. Assim como outras leis, buscava desenvolver ações que proporcionassem a saída das ruas. O projeto arquitetônico, no entanto, não conseguiu responder às diretrizes de tratamento do próprio Acolher. (Para maior detalhamento de cada item, consultar “Resposta às propostas do Programa Acolher”, ENDRIGUE, p.55-56).

Foi a 1ª vez que a população de rua foi efetivamente incluída na política pública, no sentido espaço pensado exclusivamente e *projetado para* o uso dela, na cidade de São Paulo, numa alternativa aos albergues existentes.

Os resultados, satisfatórios ou não, serão analisados a seguir. Independente dos motivos reais que motivaram o Projeto (se foram políticos, econômicos, devido ao lucro gerado, ou de visibilidade, entre outros), ele surgiu de uma motivação política e foi executado tendo como meta a realização de uma proposta, tanto espacial como de serviços, completamente diferente das propostas existentes até então (o tradicional “albergamento”, tal como vemos na cidade de São Paulo e em tantas outras do Brasil).

Ao invés de uma casa adaptada para servir de albergue ou abrigo, fez-se uso de um terreno da Prefeitura, na Barra Funda, e foi chamado um arquiteto e uma equipe interdisciplinar, que iriam discutir e formatar um novo conceito de espaço e de acolhida, que não o existente. Seguiu-se a formação deste grupo, com pessoas que trabalhavam com população de rua nas mais diversas áreas na tentativa de se elaborar *outra* proposta, que não a de “albergue”, no seu sentido tradicional. Foram realizadas várias reuniões com a presença do arquiteto responsável pelo projeto, de um grupo de alunos e arquitetos da FAU/USP, de profissionais das mais diversas áreas (assistentes sociais, de saúde, e outros) e de representantes das diversas secretarias da Prefeitura, da comunidade local e da sociedade civil para elaboração do “programa”, base para o projeto arquitetônico.

A idéia, a princípio, era promissora. No entanto, o andamento do processo mostrou-se diferente.

O detalhamento das intenções iniciais do Projeto Boracea pode ser consultado na bibliografia anexa⁸. No presente trabalho, não será analisado o processo e o projeto inicial, e sim as diferenças entre *intenção* e *análise depois de consolidado*, que é a contribuição da presente dissertação.

O *Centro de Acolhida para Adultos em Situação de Rua “Oficina Boracea”* é localizado à Rua Norma Pieruccini Giannotti, 77, na Barra Funda, São Paulo. Para o projeto, a então secretária da Assistência Social, Aldaíza Sposatti, chamou o arq. Roberto Loeb, e cedeu o terreno na Barra Funda de 17.000 m², onde funcionava uma antiga oficina de reparos de veículos e máquinas da Prefeitura, e seus galpões.

Com uma equipe de profissionais advindo das mais variadas áreas, foram feitas várias reuniões para se chegar ao Programa, e à forma de funcionamento e acolhida do local. Deste modo, não seria só uma questão de *projeto* (arquitetura), mas de assistência social, saúde, zoonose para os animais de estimação, profissionais para as oficinas (como artistas plásticos), e outros.

O processo, no entanto, mostrou-se outro. A verba não foi repassada a alguns profissionais, ratificando a posição de “caridade” ou “trabalho voluntário”, como quase todo projeto ligado à população de rua, ao menos na cidade de São Paulo. Parece lógico que no momento em que a questão de “prover teto, banheiro, comida e roupa” para o morador de rua deixar de ser uma questão de *caridade*, e se deslocar para uma posição que os considere como *clientes*, o processo poderá ser legitimado e a questão ser vista sob outra ótica que possibilitará resultados mais legítimos, mais eficazes.

O local aberto 24 horas serviria de pernoite e atividades-dia com capacidade para 680 moradores de rua. As diretrizes para a População em Situação de Rua (Decreto No.40.232, 2001) - ainda em re-elaboração à época do Projeto - iniciada na mesma gestão da prefeita Marta Suplicy, previa um máximo de 20 pessoas por quarto. Hoje, pensa-se em 4 ou 5 pessoas. De todo modo, mesmo àquela época, o número máximo de pessoas sugerido era muitíssimo inferior ao que fora projetado (hoje são 80 indivíduos por quarto). Ou seja, o poder público foi o primeiro a burlar as próprias legislações.

8 PMSP - Secretaria de Assistência Social. *Caderno Acolher - Reconstruindo Vidas*.

Distribuição SAS, São Paulo, maio/2002.

PMSP - Secretaria de Assistência Social. *Caderno Projeto Boracea*. Distribuição SAS, São Paulo, maio/2002.

PROJETO.OFICINA.BORACEA. Folder explicativo do Projeto, entregue na inauguração do Projeto Boracea, em 2002. Projeto Reconstruindo Vidas, da Secretaria de Assistência Social - SAS, Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP; em parceria com Escritório Roberto Loeb Arquiteto.

O projeto original, mostrado a seguir, teria um acesso principal, onde seria feita a Recepção (de acordo com uma consultoria em hotelaria) e triagem, e um grande túnel, o acesso quase “triunfal” ao pátio. Lá, a grande Praça com fogo central, e a capela já existente no local. Uma estufa comunitária, e outros serviços, como oficinas, central de reciclagem, loja / brechó, sala de informática, central de reciclagem, local para estacionamento de carrinhos, canil e atendimento para animais. E serviços, como guarda-volumes, lavanderia e depósitos, banheiros, cozinha industrial, restaurante, atendimento médico e até um “Centro de Estudos sobre o Fenômeno dos Moradores de Rua e do Espaço Urbano Inclusivo e Solidário”. O dormitório, ponto chave do projeto (além do dormitório para idosos e do Emergencial), seria a chamada “Taba”, um grande galpão, onde a primeira idéia era fazê-lo repleto de redes para dormir.

Projeto (2002)

Em 2010, retornando ao Boraceia foi feita a análise, confirmando as suspeitas iniciais de que haveria pontos cegos no projeto. Será então analisado o projeto original e como está efetivamente sendo utilizado hoje:

Imaginou-se um programa que, mesmo que complexo, não conseguiu abarcar todas as subjetividades de uma população que é heterogênea, **em um único programa, em um único local.**

Ao imaginar *todos* os tipos de serviços que poderiam ser usados (*todos* os serviços, *todas* as atividades, *todas* as ações cotidianas), o arquiteto tenta retirar a indivíduo da cidade, criando uma “cidade” dentro do terreno. Ora, o morador de rua deve ser trabalhado para que possa, assim como qualquer habitante, usar os serviços que **a cidade oferece, quando precisar dos mesmos**. O Coelho, aponta para a necessidade do “*empowerment*”: “habilitar as pessoas para que sejam capazes de utilizarem os serviços que a cidade oferece, como qualquer cidadão”. (COELHO, 2009).

É uma ilusão criar serviços de saúde, escolas, oficinas profissionalizantes, e tantos outros serviços entre os muros do terreno, que não irá gerar outra coisa, que não *segregação*. Sendo assim, o “Programa” é uma ilusão do arquiteto.

“Um dos maiores problemas de equipamentos públicos voltados para a População em Situação de Rua é o de tornarem-se locais fechados, verdadeiros corpos estranhos a comunidade onde estão inseridos, segregando e dificultando o exercício da cidadania plena pelos usuários de seus serviços.” (COELHO, 2009).

109

Placa de Entrada. Foto: autora, jun. 2009

110

Oficina Boracea: senhora em uma das oficinas

111
Oficina Boracea: Capela, já existente, no pátio

112
Oficina Boracea: pátio

2

Quando o arquiteto não projeta para seu cliente, efetivamente, mas para quem o contratou, ou para o mercado promissor que verá o resultado de seu trabalho, o resultado pode até ser belo – como realmente o Projeto Boracea é. Mas a pergunta a ser feita é se funciona **para a população que efetivamente utiliza este serviço: a população de rua.**

113
Oficina Boracea: galpões existentes que foram reutilizados

114

115

Oficina Boracea: Fachada: grades nas janelas, colocadas depois do projeto

3

Um sinal de que este projeto ainda não responde a muitas questões de quem mora na rua é observando que, na área próxima ao albergue (mesma quadra), há várias pessoas dormindo na rua, e debaixo do viaduto próximo.

116

R.Anhanguera, no quarteirão da Oficina Boracea

117

118

Viaduto sobre R. do Bosque, próximo a Oficina Boracea

119
Catador na R. do Bosque, próximo a Oficina Boracea

4

Não se pode dar conta de outras culturas e outras realidades, ao se projetar com a *nostra* realidade apenas. Precisamos valer-nos de outros instrumentos e outros modos de pensar.

Na mesma linha de pensamento, é romântico pensar que todos “dormirão felizes” na Taba, em redes, que era a idéia inicial do projeto. Depois, foram substituídas por camas, em quartos para dezenas de pessoas. Sem privacidade, com camas uma ao lado das outras, o atual cenário mais parece um hospital de campanha. Um olhar mais apurado (valendo-se da antropologia, talvez) perguntaria se é da cultura destes indivíduos dormir em redes, ou como eles dormem.

120

121

Oficina Boracea: dormitório (“Taba”)

A entrada pelo túnel constrange ao vermos pessoas tão fragilizadas, e muitas com deficiências físicas, humildemente adentrando no local.

O grande número de pessoas nestas condições, e que não precisam sair do local, faz com que o cenário mais se assemelhe a um depósito de gente esquecida por todos.

122

123

Oficina Boracea: Entrada: ligação entre Recepção do Projeto e o pátio

5

A questão da **escala**: nesta perspectiva, fazer um local desta escala, sendo que outras áreas da cidade carecem deste serviço, não parece lógico. Não parece adequado concentrar toda a população em um só local (como parece ser a alternativa, dado o tamanho do terreno), e deixar os outros serviços de abrigo na cidade no mesmo estado de penúria.

6

A **localização**: não foi analisado se a Barra Funda seria um lugar estratégico para a locação de um serviço deste porte para a população de rua. Como acontece em todos os casos, o local era *o que estava disponível* (terreno da prefeitura que poderia ser cedido), e não o que era **necessário**.

Há muitas pessoas que moram nas ruas na área da Barra Funda, mas tanto pelo Censo de 2000 (que foi utilizado à época do Projeto), quanto o último, de 2009, o distrito da Barra Funda não está entre os dez com maior presença de moradores de rua (1,3% pelo Censo de 2009).⁹

Não é um erro, mas um equívoco: se fossem implantados vários locais como este certamente a Barra Funda seria um local a ser contemplado. Mas, ao se ter que escolher um local apenas, certamente também a Barra Funda não seria a primeira escolha.

⁹ FIPE, 2009 / 2010, Arquivo 2, p.8

Concentração de Catadores

Fonte: ENDRIGUE, T., 2002 – slide 5 do CD de imagens

No caso da Barra Funda, ainda assim, o local é de grande utilidade, pois há muitos catadores na área. O mapa de fluxos indica estes percursos.

Mapa 2

Fluxo dos moradores de rua – Barra Funda

Fonte: ENDRIGUE, T., 2002 – slide 6 do CD de imagens

Mapa 3 Uso do Solo – Barra Funda

Fonte: ENDRIGUE, T., 2002 – slide 6 do CD de imagens

Como foi dito anteriormente, os muitos indivíduos que moram nas ruas não irão deslocar-se por longas distâncias até a Barra Funda, apenas porque o local é “melhor” que os outros. A lotação atual do Projeto Boraceia deve-se ao fato de que a demanda por estes locais é imensa, pois a população de rua é muito numerosa do para a capacidade dos locais oferecidos (“bons” ou “ruins”, apropriados ou não). Assim, as 680 vagas estão ocupadas – não pelo local, mas porque é muito pouco 680 para uma população de quase 14.000. O local não supre toda demanda e, contudo, indivíduos que não circulam pela Barra Funda, dificilmente irão para lá. (conforme colocado no cap. 2.3., não é nesta região da cidade que se concentra parte significativa desta população).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES PARA PROJETO

Considerações finais: Reflexões para projeto

Como vimos, a existência de uma população que habita as ruas da metrópole é um problema crônico. “É utopia pretender, portanto, que políticas públicas possam reintegrar toda a população e impedir que novos moradores de rua surjam nos centros urbanos, e até mesmo em zonas rurais.” (SCHOR, 2010, p. C5).

Há cada vez mais pessoas indo para a rua:

“O presente estudo indica que os Centros de Acolhida (albergues) objeto da presente análise, já fazem parte das estratégias de sobrevivência de uma faixa da população que até alguns anos atrás, vivia distante dessa realidade, portavam a dignidade do “ser operário” e sua identidade estava associada a “sua categoria de trabalhador” no setor produtivo”.

(FIPE, 2009/2010, arquivo 4, p.9)

Se apenas em São Paulo existem quase 15 mil pessoas que habitam o espaço público (dados de 2009), isto demonstra que existe uma demanda. E em função desta há que se proponham soluções que respondam a ela. Portanto, deveria ser papel de arquitetos e urbanistas incluírem estes cidadãos dentro do tecido urbano.

Como vimos no cap.2, não se trata apenas de uma questão de “dar casa” aos que não tem casa. Para os que querem sair das ruas, se não há uma transição entre a rua e a casa, esta saída das ruas não será efetiva. É sabido que o indivíduo que sai da rua e é alocado em uma casa, sem um processo de transição e sem meios para sua autonomia (não só financeira), retorna à rua. E há os que efetivamente preferem a rua. São diferentes culturas e vivências que não podem ser confundidas. Ao se projetar estas diversidades têm que ser contempladas.

O morador de rua não pode, portanto, ser analisado de maneira autônoma, destacada da *cultura* em que se insere (e por *cultura*, entendemos todos os *processos* e *campos* de sua realidade, desde o local onde vive até abrangência todos os aspectos de sua vida e sociedade na qual se insere): é parte de um **processo**.

Faz-se necessário analisar o panorama cultural de cada cenário, cidade ou país em que existe o “Morar na rua”.

Conforme Becker, “o estudo de caso em ciências sociais não está relacionado a um indivíduo, mas sim com uma comunidade, ou organização, tendo em vista seu envolvimento com o universo de significados e com os processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, ou seja, ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. (Becker, 1997, apud FREITAS, 2008).

O fato de o “*morar na rua*” ser um fenômeno que existe em todos os países, até nos mais desenvolvidos, como foi dito anteriormente, não significa que as respostas, ou quaisquer projetos propostos, devam ser iguais. Não é possível elaborar uma “fórmula” única, que seja satisfatória para todas as cidades, ou que dê conta de todas as variáveis específicas de cada cultura.

Conforme Hannerz, a “uniformidade cultural global” poderia ser a consequência final, mas os antropólogos estão aí para desmistificar estas “imagens de centros dominantes” (HANNERZ, 1997, p. 13) apontando, em vários exemplos ao longo da história da antropologia, a “influência cultural dos mais fracos sobre os mais fortes” (idem, p. 13). Não é possível pensar em processos autônomos.

Esta relação entre as partes, entre categorias que se inter-relacionam, - o **conhecimento** em geral - não pode ser pensado sem levarmos em conta a contribuição da filosofia contemporânea. Enriquecendo a questão, o antropólogo e sociólogo Edgar Morin aponta para a necessidade de unir os saberes segmentados, tornando evidentes o Contexto, o Global, o Multidimensional, e o Complexo. Coloca assim a “complexidade”: “o conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (...)” (MORIN, 2000, p. 38)

Deste modo, é preciso analisar o morador de rua não como indivíduo apartado da sociedade, mas dentro da *cultura* na qual ele se insere (“as pessoas, como seres culturais”, segundo Hannerz). (HANNERZ, 1997, p. 18)

Ao falarmos desta cultura, na construção da trama urbana, trata-se da produção do espaço urbano, que é complexo (e por isso mesmo não pode ser dissociado desta perspectiva).

É necessário, ao analisar o “morar na rua”, fazê-lo dentro do universo interdisciplinar, e se o conhecimento for específico por áreas, teríamos no mínimo de prever um leque mais abrangente delas, entre os quais: economia; políticas públicas; arquitetura e urbanismo (espaço público x espaço privado); saúde pública; psicologia; lazer; sociologia; antropologia; cultura, entre tantos outros.

Apenas para ilustrar quão intrincada são as relações deste tema, foi elaborado um organograma¹, na tentativa não de reduzir o morar na rua a estes elementos, mas, ao contrário, para mostrar na análise quão costurada é a trama:

1 “Organograma: Representação gráfica de uma organização ou de um serviço, e que indica os arranjos e as inter-relações de suas unidades constitutivas, o limite das atribuições de cada uma delas, etc.”; organigrama”. In: Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999, grifo nosso).

Figura 1
Organograma: “Morar na rua”

Esquema: Modificado a partir da fonte: VARGAS, Heliana Comin. Memorial para concurso de Professor Titular. São Paulo: FAUUSP, 2002.

Igor Guatelli, arquiteto, aborda o mesmo tema, partindo da literatura e filosofia, para então chegar ao projeto. Este caminho, muito próximo de outros arquitetos teóricos (como P. Eisenman, B. Tchumi, R. Koolhaas, F. Ghery, Maya Lin, e vários outros), mostra a importância desta abertura do / para o conhecimento - e para nós arquitetos mostra-se imprescindível se quisermos entender e projetar para uma realidade tão complexa, como a dos que moram nas ruas:

“Muito próximo do que chamamos de transdisciplinaridade, a intertextualidade, nesse processo de inter-relação entre obras, abre a possibilidade para que a unidade (transcendental) de um edifício teórico não seja mais concebida *a priori* ou que o discurso esteja atrelado a um princípio-guia capaz de influenciar, ou direcionar, ou conduzir, ou encerrar as expressões posteriores advindas, de certa forma inibindo a criação, particularmente na arquitetura, campo de nossa pesquisa.”

(GUATELLI, 2005, grifo nosso).

“Inaugura-se, assim, uma fase em que passam a prevalecer o intersticial, as interseções, o *entre*, constituindo-se um campo muito fértil às experimentações, às apropriações livres, ao evento, à criação e à “jouissance”, pois o seu objetivo não é sua validação por intermédio da explicação de outros textos, mas sua própria produção, aberta à infinidade e ao não-esgotamento, sempre em processo, **sempre por vir** – “**sem que se vise ao estabelecimento de um sentido final** – coincidente ou contraditório com o sentido incorporado”.

(GUATELLI, 2005, grifo nosso).

Paralelamente, coloca Hannerz: “Mas a antropologia também elaborou outras interpretações da fronteira. Em seu trabalho sobre as regiões montanhosas de Burma, Edmund Leach (1960), problematizando a noção convencional de fronteiras políticas, descreveu uma região na qual **as culturas se interpenetravam dinamicamente**, por intermédio de diversos esquemas de natureza política, ecológica, econômica e de parentesco. (...) Descreveu um cenário do sub-Saara no qual continuaram a desenvolver-se inúmeras micro-fronteiras, não só nas imediações de sociedades estabelecidas, mas justamente *entre* elas, nos seus interstícios (e “interstícios” é outro termo muito usado nesse vocabulário “dos espaços intermediários” [*betweeness*]), onde pequenos grupos de pessoas se encontram para formar os princípios de uma nova sociedade, após deixarem os lugares onde viviam por causa, por exemplo, de disputas de sucessão, ou de acusações de feitiçaria” (HANNERZ, 1997, p. 21-22).

“Estes entrelaçamentos trazem também a idéia de limites. “Margens”, obviamente, é uma palavra que combina com o vocabulário dos limites, fronteiras e interstícios, e o

homem marginal também faz parte de uma genealogia intelectual das interpretações contemporâneas das recombinações culturais”. (HANNERZ, 1997, p. 25).

124

"O homem (...) e as recombinações culturais"

Um alerta quanto aos “os cenários das zonas intersticiais” nos salta aos olhos: “Se uma pessoa é capaz de sobreviver e até prosperar nelas, isso se deve a sua própria agilidade cultural, talvez mesmo agilidade física. Isto pode ser uma questão de “deculturação”. Mas “deculturação” em excesso traz o risco da desumanidade, de tornar-se um animal perigoso” (HANNERZ, 1997, p. 24).

Trabalhar com o morador de rua é trabalhar dentro da complexidade citada. Para a formulação de propostas inovadoras para o problema, faz-se necessário, não somente conhecer a fundo a população para a qual está se projetando, porém, mais do que isso, as novas possibilidades de intervenções implicam trabalhar com o eventual, o incerto, e com o universo de outros conteúdos que se co-relacionam neste tema complexo, valendo-nos muitas vezes, desses conceitos contemporâneos que vão além do campo da arquitetura e do urbanismo.

Há um pensamento homogêneo que faz com que as atitudes sempre sejam de retirada das pessoas das ruas. Isto leva à formulação de intervenções equivocadas, como vimos no decorrer deste trabalho. Se há possibilidade de outras intervenções na contemporaneidade, é preciso aceitar trabalhar com esta contingência. E é isto que difere este modo de projetar da herança moderna, modo pelo qual os projetos têm sido feitos hoje (em São Paulo, ao menos).

O antropólogo Gérard Althabe² resume estes pensamentos, colocando que “a pesquisa em sociedades urbanas ‘complexas’ teria que dar conta de outros elementos:

2 Gerard Althabe (1932-2004) junto com o etnólogo Marc Augé foram os fundadores do Centro de Antropologia dos Mundos Contemporâneos, ligado à L'École des hautes études en sciences sociales (EHESS), de Paris.

1. Desterritorialização das atividades econômicas, sociais, culturais. Ruptura da correspondência entre local de origem, de produção e de vida social.
2. Heterogeneidade: diversidade de estilos de vida, que responde a uma disfunção entre estruturas constitutivas do todo social e as modalidades de cada grupo; parcelamento do corpo social
3. Multiplicidade e simultaneidade de relações no mesmo campo, que se exprimem no nível das crenças, códigos, representações, etc.

Isso abre novas exigências metodológicas que dizem respeito a:

1. Exigência de local; não poderá haver referência a um lugar único da prática social, mas muitos, até como unidades latentes. A existência de lugar-território único pode ser deixada de lado, para se considerar a pluri-localidade da vida na sociedade urbana contemporânea, privilegiando os ‘espaços intermediários’ da existência social, percursos, trajetórias, devires.
 2. Exigência de homogeneidade: a etnologia urbana não pode se sujeitar a grupos cuja homogeneidade não está manifestada em instâncias de funcionamento real (não pode, então, inventar falsas homogeneidades), mas procurará apreender unidades reais de funcionamento.
 3. O mesmo vale para o plano das crenças, representações, etc.”
- (Althabe apud MAGALHAES, 1995, grifo nosso).

É neste sentido que elaboraremos algumas reflexões para projeto.

Tendo considerado as diferentes características das pessoas que habitam as ruas, e identificado a inadequação das propostas até hoje apresentadas, que tipo de diretrizes poderiam ser consideradas ao pensarmos em projetos urbanísticos que contemplem esta parcela da população?

Primeiramente, percebe-se a necessidade de novos tipos de intervenção. Como vimos os projetos existentes já partem de uma premissa equivocada. É preciso então considerar algumas reflexões, tanto na escala macro, a do planejamento urbano, quanto da escala mais pontual, que é o projeto das instalações e estruturas de apoio (o que são hoje os centros de acolhida, como albergues, hotéis sociais e casas de convivência). Conforme tratado em trabalho anterior do autor, estas estruturas foram denominadas de “Centros de referência” (tanto pelo seu caráter político, no sentido de outra referência em direção a construção de cidadania,

quanto físico, no que se refere ao significado de sua inserção física na cidade.” (QUINTAO, 2000, p.40).

A inclusão em qualquer projeto das pessoas que moram nas ruas passa primeiro que aceitação de sua existência no espaço público.

A questão do *morar na rua* parece-nos, encontra similaridade no processo de favelas no Brasil – não de características, pois são processos de naturezas diferentes, mas de *olhar*, ou de *propostas*. Explicitemos. De acordo com Elisabete França³ (2009 apud MUSEU DA CASA BRASILEIRA, 2010, p.28-29), nos anos 1980, o favelamento era tratado como caso a ser erradicado. A solução abordada era sempre o da “erradicação de favelas”. Durante o processo, vemos o desenvolvimento de várias tentativas ou de remoção, ou de reformas, mas nunca se assumiu, naquele momento, que as favelas seriam parte integrante do cenário urbano, como o vemos hoje. Falar àquela época de regularização, legalização ou urbanização de favela, ou “favela-bairro”, seria loucura. Hoje, após várias tentativas frustradas, erros e acertos tem-se as favelas como parte integrante do cenário urbano: não há mais como ignorá-las.

De mesmo modo, parece-nos, o morador de rua começa a ser questão no momento em que se torna visível. A realidade dos moradores de rua, tão próximo de nós, ao mesmo tempo tão distantes, incomoda ao mesmo tempo que são invisíveis, ignorados. Enquanto ele faz parte de uma realidade distante, não faz parte de políticas públicas. No momento em que ele passa a dividir o mesmo território que a cidade formal, ele passa a incomodar. Resultado: uma cidade segregada: o indivíduo que habita as ruas mora próximo, no mesmo espaço, mas é segregado. E o que pode ser feito com a dita “cidade informal”? Ligá-la à infraestrutura da cidade formal (provendo eletricidade, água, esgoto, serviços, como Internet, correios, entre outros) .

Isto provoca incômodo, o mesmo que causou quando passou a se aceitar as favelas como elemento integrante da realidade urbana. Mas a cidade tem vários outros exemplos. Não nos acostumamos com a imagem de Paraisópolis no coração de São Paulo, ou o morro da Rocinha, no Rio de Janeiro? Se o Minhocão, por exemplo, que corta a paisagem urbana deixando cicatrizes é por nós aceita como parte integrante da paisagem de São Paulo, porque não integrar outros elementos

3 FRANÇA, Elisabete. Favelas na Cidade de São Paulo [1980-2008]: das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009, p. 63.

(que não necessariamente se pareçam com cicatrizes, podem ser equipamentos urbanos de qualidade) a esta paisagem, que dê apoio a esta população? Porque isto seria prova concreta, construída, implantada, de que esta população *está* na cidade, *faz parte* da cidade. E isto é inaceitável para muitos que dividem este mesmo espaço metropolitano. Mas se já não conseguimos esconder as muitas chagas urbanas, por quê esconder esta?

Como coloca Daniel Costa, “a população de rua passa ser um objeto de gestão. A vida nas ruas é vista não como fenômeno individual, de que a pessoa está ali porque é preguiçosa ou louca, mas como problema coletivo, estrutural”. “Não é algo para ser extirpado, mas entendido, regularizado e normatizado” (Costa, 2009, apud MARSIGLIA, 2009).

126

"Todo mundo merece respeito" - Fauxreel, "The Unaddressed", Canadá

Tomamos o cuidado de verificar se, como coloca R. Castel, assumí-los no território urbano não seria um tipo de exclusão por atribuição de um status especial a esta categoria da população (CASTEL, 2000, p.46). Assim como as políticas de discriminação positiva, como ele chama as "tentativas de compensar as desvantagens sofridas por algumas categorias sociais em matéria de acesso ao trabalho, à moradia, à educação, à cultura, etc. Em seu princípio essas políticas - política da cidade, renda mínima de inserção (RMI), política de formação para facilitar o acesso ao emprego, etc. - não são contestáveis, pois visam assegurar um "mais" para aqueles que estão no "menos", para aproximá-los do regime comum. Mas a observação sociológica mais elementar mostra que a discriminação positiva se torna facilmente discriminação negativa." E mais adiante: "*Blaming the victim*: trata-se, com efeito, de um discurso de exclusão". (CASTEL, p.46, grifo nosso).

Para Castel, as atuais intervenções "(...) têm levado a um tratamento da questão social que privilegia a temática da exclusão social. Escolhe-se intervir no que é

periférico.” (CASTEL, p.36). Pergunta-se se a proposição do presente trabalho, de um projeto urbano que assuma a população de rua dentro do cenário urbano, como parte integrante dele, não seria também “uma intervenção no que é periférico, e um tipo de exclusão”. Mas, a nosso ver, a resposta é não. Pois esta não seria uma solução para a questão do morar na rua, mas apenas, assumir sua existência, não retirando a responsabilidade nem a necessidade destas outras intervenções, que são intervenções de outra natureza (como a tentativa de resolver a questão do desemprego, da assistência a saúde, social, e outras questões que são as razões de algumas pessoas estarem nas ruas).

Como visto, na cidade de São Paulo (similarmente, em outras cidades), a soluções que o Estado oferece – albergues e casa de convivência – têm se mostrado incoerentes e ineficazes, pois não respondem à demanda nem de números, nem de necessidades (reais ou subjetivas).

Para quem projetar?

A dificuldade em se projetar para esta população se deve ao fato de que o cliente é diversificado, e o programa, complexo, pois se abre a infinitas possibilidades. Portanto, o projeto tem que assumir uma flexibilidade: de programa, e de localização.

Como vimos, a análise da população de rua mostra que há as pessoas que desejam sair das ruas, ou seja, para quem a situação é de *estar* na rua, circunstancial (como colocado não cap.1, o que chamamos de *homeless*), e as que continuariam a habitar as ruas como morada, por escolha própria, ou seja, para estas a situação é do *morar na rua*, portanto, permanente (os *city dwellers*).

Em ambos os casos, pode-se ou não fazer uso das estruturas de acolhida (hoje, os albergues e casas de convivência).

Conforme denominação proposta anteriormente, para o caso da “segregação involuntária” (para os quais estar na rua deveria ser uma situação temporária), há a necessidade do “abrigamento” como forma de primeiro passo para alavancar a saída da rua. Ou seja, a pessoa pode usar a rua cotidianamente, mas para a inclusão em programas que o possibilitem de sair, há a necessidade de um contato com os centros de acolhida. Para estes, e para os que já fazem uso dos albergues, há a necessidade de haver estruturas que os acolha, de modo diferente do que é hoje, como veremos a seguir.

No entanto, o grande desafio diz respeito ao grupo que opta por viver nas ruas, ou os que estão na rua temporariamente, mas, mesmo assim preferem usar o espaço público para viver e para o pernoite, e permanecem nos espaços públicos das metrópoles. Para estes, há de se pensar uma estrutura que os acomode, assumindo sua existência dentro do espaço urbano.

O censo mostra ainda que a “maioria já dormiu em albergue (79%), porém quase todos dormiram na rua, antes de pernoitar pela primeira vez em um albergue. Porém, o logradouro público é o espaço em que cerca de 95% costumam dormir. Apenas 3,8% costumam dormir em albergue” (FIPE 2009/2010).

“Para o coordenador da Pastoral do Povo da Rua, padre Júlio Lancelotti, o aumento já era esperado e afirma que os moradores de rua precisam de respostas diferenciadas.” Basta andar nas ruas pra ver que aumentou; até hoje não temos uma resposta clara para tirar essas pessoas das ruas”, destacou” (J. Lancelotti apud FERNANDES, 2010, grifo nosso).

Assim, uma *rede urbana* de apoio às pessoas que moram nas rua deveria ser permanente, pois contemplaria não apenas os que moram permanentemente nas ruas, mas a população *rotativa*, que se *refaz*, presumindo-se que novos grupos ocuparão o lugar daqueles. Seria irreal e ingênuo imaginar que qualquer decisão tomada teria o poder de liquidar o problema – que faz parte de um todo muito mais amplo e complexo – e resolver por completo a questão da população que mora nas ruas.

Capilarizando esta rede, seria mais fácil controlar os locais de inserção destes Centros, no sentido de distribuir esta população em locais mais qualificados, ao invés de empurrá-los para locais de exclusão, cada vez mais afastados e confinados, como já referidos, estes espaços residuais.

Deste modo, se pensarmos na contiguidade do território metropolitano (para São Paulo), e dada a falência das soluções locais (albergues isolados em um ponto da cidade, por exemplo), há que se pensarmos não em uma solução pontual, mas sim uma rede permanente de apoio a esta população, que a contemple dentro do espaço público, como parte integrante dele.

Propor esta rede, portanto, deve ser pensada dentro destes parâmetros: o de deslocamento destes indivíduos, e o de áreas de concentração e distribuição, as quais se relacionam suas estratégias de sobrevivência e renda. A partir daí é que devemos basear a localização destes pontos: localizações estratégicas, para que possam ser eficazes ou, ao menos, tentar diminuir o risco de serem equivocadas: hoje, obviamente o são.

Em resumo, a proposta de projeto urbano visaria a uma estrutura permanente – a que se deu o nome de rede – para uma estada efêmera, transitória, ou para a permanente.

Alguns pontos para reflexão:

1

A cidade teria que oferecer não uma só localidade, mas várias. A existência de albergues e casas de convivência em alguns locais apenas, como existe hoje, é ineficaz. Como visto anteriormente, a localização incorreta é um dos elementos que dificultam a utilização destas instalações.

2

Há necessidade de uma “capilarização” pelo território, fazendo com que existam em vários locais espalhados pelo território urbano. Estas instalações ou estruturas oferecidas têm que estar localizadas onde os moradores de rua circulam, e não fora do seu percurso.

3

Para tanto, é preciso considerar os traçados de mobilidade, ou seja, os locais estratégicos. Como existe hoje, em locais aleatórios, ou onde há disponibilidade de terrenos que possam ser usados para tal finalidade, não correspondem ao uso real, razão pela qual muitos não chegam a usar os albergues, e dormem na rua no próprio local onde circulam. Não é possível trabalhar num lugar, e dormir no outro, distante, principalmente se ele for catador ou carrinheiro e tiver que se mover com seus pertences.

4

Pela análise dos espaços preferenciais (cap. 2.3), estes centros deveriam se localizar nestas áreas de maior concentração de moradores de rua (dados do censo FIPE 2009/2010). De mesmo modo, temos que localizar estes pontos dentro da lógica de distribuição dos moradores, analisados com relação às suas preferências espaciais: dentro da lógica de abastecimento da cidade (geração de resíduos), e de fluxos (serviços). Estes dados já existem. O que falta é servir-se de tais informações para propor soluções.

5

Uma vez que a maioria da população de rua tem a cata de materiais recicláveis como atividade principal para obtenção de renda (62,1% da população de rua), atrelar a localização destes centros à localização das cooperativas de reciclagem facilitaria muito sua locomoção.

6

Tendo em vista que para o morador de rua arranjar emprego é condição para sobrevivência e, nos casos dos que querem sair das ruas, o emprego é condição necessária, estar diretamente conectado a rede de transporte público é elemento facilitador da locomoção. Neste sentido a análise do PITU 2020 – Plano Integrado de Transportes Urbanos para 2020 deveria ser contemplada.

7

A identidade destes locais tem que ser estudada, para que se atribua a eles uma representação não apenas simbólica, mas de referência no espaço. Conectá-los à rede de transportes, por exemplo, seria um tipo de identificação: mesmo sem saber quais os locais existentes, o usuário poderia contar com o fato de que, junto a um terminais de transportes públicos (trem, metrô, ônibus), teria a garantia de encontrar um local de apoio (para verificar a importância da localização dos pontos, ver MUNIZ, C. “A cidade e os trilhos: o metrô de São Paulo como desenho urbano”, 2005).

Para que esta rede tenha uma identidade, cada unidade do conjunto deveria possuir as mesmas características, respeitadas as singularidades de cada local. Para que esta identidade não se torne um modo de estigmatizar ou desqualificar o usuário (que seria então reconhecido como “morador de rua”), estas instalações deveriam ter o mesmo valor que qualquer outra instalação urbana. Uma forma de identificação, como já foi dito, pode ser a localização: ao mesmo tempo integrada na cidade, de fácil reconhecimento, e fácil acesso. Outra forma seria sua identidade arquitetônica, de projeto, criando uma linguagem comum a todos os edifícios ou equipamentos móveis, tanto de sua forma, quanto dos materiais utilizados.

8

Para os que não usam os albergues para pernoite - os que moram efetivamente nos espaços públicos - os centros teriam a função de abrigar estruturas para atividades cotidianas:

“Os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para tomar banho são a rua (32,6%), os albergues/abrigos (31,4%), os banheiros públicos (14,2%) e a casa de parentes ou amigos (5,2%). Os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para fazer suas necessidades fisiológicas são a rua (32,5%), os albergues/abrigos (25,2%), os banheiros públicos (21,3%), os estabelecimentos comerciais (9,4%) e a casa de parentes ou amigos (2,7%)” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008).

9

Para esses que ficam na rua, é necessária a existência de locais de apoio, para que possam tomar banho, (para se arrumar em busca de emprego, por exemplo), se alimentar, resolver suas necessidades fisiológicas e outras questões, como documentação e outras, necessárias para efetivar, inclusive, a saídas das ruas.

“Discriminações sofridas: As pessoas em situação de rua sofrem muitas discriminações, que se expressam, por exemplo, no fato de serem frequentemente impedidas de entrar em certos locais:

É importante ressaltar que a mensuração dessa informação se deu com base, apenas, em informações sobre impedimentos sofridos, sem considerar as possíveis não tentativas vindas do fato de que muitos indivíduos nem tentam entrar em certos locais para evitar o constrangimento decorrente da provável negativa”. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008)

Fazer uma rede que dê suporte para estas pessoas reflete também na sociedade: na medida em que ele passa a poder utilizar os locais e serviços oferecidos pela cidade, ele passa a ser um consumidor.

Atividades cotidianas

127
Trabalhando, com celular

128
Dormindo

129
Fazendo a barba

130
Olhando no "espelho"

131
Lavando-se

132
Lavando roupa

133
A casa

Estes não seriam albergues, mas “Centros de Referência”, que abrangeriam não só a acolhida e pernoite, como outros serviços necessários à saída das ruas, como será visto adiante.

Algumas “Diretrizes de projeto” já foram elaboradas, como as existentes no Decreto Nº 40.232, de 2001, e na Lei No.12.316, de 1997, com regulamentações como: número de pessoas, tipos de instalações, tipos de acolhida, e outros elementos.

“Albergues/Abrigos Especiais: constituídos por instalações físicas adequadas, equipados com recursos humanos e materiais necessários à acolhida e alojamento de até 100 (cem) pessoas por unidade, operacionalizados diretamente ou em parceria com organizações sociais, com funcionamento permanente, fornecendo condições de pernoite, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, alimentação, guarda-volumes, trabalho sócio-educativo e serviços de documentação e referência na Cidade, destinados a: a) pessoas em tratamento de saúde; b) imigrantes recém-chegados; c) pessoas em situação de despejo ou em dasabrigo emergencial; d) mulheres vítimas de violência; e) mulheres com crianças.” (Decreto Nº 40.232, 2001).

Estes são alguns dos dados que compõem o Programa, segundo o qual o projeto arquitetônico começa a ser elaborado.

O programa, como qualquer projeto arquitetônico, tem que incluir desde dormir, comer, banhar-se, vestir-se, e todas as demais ações cotidianas, como também detalhes da vivência cotidiana, como locais para armazenamento de bens pessoais, locais para estacionar carrinhos, e outras soluções para sua subsistência, que fazem parte do programa arquitetônico mais elementar, que deve ser enumerado pelo cliente e pelo arquiteto. Este “programa” não será elaborado aqui, uma vez que a discussão não pretende se resumir a estes elementos. Partindo da legislação existente e de um trabalho multidisciplinar (como foi o programa do Projeto Boracea que, quando da sua elaboração, foi amplamente discutido), eles podem ser elaborados (como: entrada e recepção, dormitórios, banheiros, salas multifuncionais, local de estar e convívio, cozinha, refeitório, lavanderias, oficinas profissionalizantes, quadras de esportes, locais de lazer, entre outros). Portanto, a reflexão a seguir procura levantar outros pontos, gerais, que não estes itens.

Para o projeto destes centros, que poderiam ser tanto móveis (no sentido de estruturas mutáveis, ou desmontáveis, por exemplo) quanto fixa (no sentido de construída), alguns elementos devem ser levados em consideração:

10

Há que se ter uma proposta de diversificação desta rede de apoio: por causa da diversificação da própria população (desde faixa etária, nível de escolaridade, arranjos familiares, até aspectos culturais) e a diversificação da população pelo que a rua faz com ela (crack, Aids, violência, entre outros). De mesmo modo, o projeto tem que possibilitar uma flexibilidade que permita separar estas pessoas.

Um exemplo disto são dos dormitórios. Não parece viável haver dormitório para vinte, cinquenta ou cem pessoas, como existe atualmente. Algumas reflexões neste sentido são balizadoras para projeto: como estatisticamente esta população se constitui em sua maioria por homens, os dormitórios deveriam ser destinados, na sua maior parte, para o público masculino. No entanto, há de se prever a presença, embora em menor escala, de mulheres, idosos ou crianças. Há de se prever também diferentes tipos de arranjo, uma vez que a população não é homogênea: indivíduos sozinhos, casais, pequenos grupos, famílias. O desenho teria, então, que possibilitar uma flexibilidade para acomodar estes diferentes arranjos. Divisórias móveis, que pudessem formar quartos maiores ou menores, de acordo com a necessidade, seria uma idéia. Este é apenas um exemplo de como um mesmo programa pode ser traduzido em espaços diferentes dos existentes.

11

Não é apenas uma questão de números de pessoas, embora isto deva ser analisado. Não podemos, como no projeto Boracéia, colocar centenas de pessoas concentradas em um só local. Os centros têm que existir em maior quantidade, e servir a uma quantidade “mais humana” de pessoas. O Decreto exige 20 pessoas por quarto, mas estas exigências, como a dos quartos, por exemplo, tem que respeitar não a quantidade, mas os arranjos, quer sejam eles familiares ou de laços, ou mesmo os solitários.

12

Para isto o projeto não pode ser uma coisa fechada em si mesmo, acabada, ou concebida *a priori*: tem que possibilitar adaptações ao longo do tempo e do uso. Qual a forma que isto teria em seu projeto arquitetônico, não há uma só resposta; são várias as possibilidades.

Buscou-se aqui, colocar as questões mais amplas deste debate.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza. **A Resiliência e o Morador na Rua: Estudo com Moradores de Rua – Criança e Adultos – na Cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública, São Paulo, 1998.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. O drama dos lazeres ou a impossibilidade de perder tempo. In: **A sociedade de consumo**. Lisboa: edições 70, 2007. p.160-168.

BAUDRILLARD, Jean. A lógica social do consumo. In: **A sociedade de consumo**. Lisboa, edições 70, 2007. p.47-99.

BINGRE, Milena Kerkelis Bingre; SANTOS, Maria Cecília Loschiavo; MUNARI, Luiz Américo de Souza. **Faróis Urbanos - o nomadismo contemporâneo**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, São Paulo. 2º Sem. 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/disciplinas/tfg/tfg_online/tr/072/a085.html>

BUNIS, William K.; YANCIK, Angela; SNOW, David A. The Cultural Patterning of Sympathy Toward the Homeless and Other Victims of Misfortune. In: **Social Problems**, vol. 43, No. 4, Nov. 1996. p 387-402.

BURAWOY, Michael (org.). **Global Ethnography: Forces, Connections, and Imaginations in a Postmodern World**. University of California Press, The Regents of University of California, 2000.

BURSZTYN, Marcel (org.). **No Meio da Rua – Nômades, Excluídos e Viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 2003.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (org). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 17-50.

COELHO, Orlando. **Arte e Vida: Legitimando e tornando visível o fazer artístico da pessoa situação de rua**. Arquivo pessoal, cedido pelo autor, jul. 2009.

COSTA, Carlos Zibel. **Além das Formas – Introdução ao pensamento contemporâneo nas artes, no design e na arquitetura**. São Paulo: Ed. Annablume, 2010.

DEAR, Michael; MAHS, Jurgen von. Housing for the homeless, by the homeless and of the homeless. in: ELLIN, Nan (org.). **Architecture of Fear**. New York: Princeton Architectural Press, 1997. p.187-200.

Decreto N° 40.232, de 2 de Janeiro de 2001: “Regulamenta a Lei No.12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do poder Público Municipal a prestar atendimento à população de rua da Cidade de São Paulo, e dá outras providências”. Diário Oficial de Município de São Paulo, 03 jan. 2001. [Prefeita Marta Suplicy, baseada na Lei de Aldaíza Sposati].

Decreto N° 7.053, de 23 de Dezembro de 2009: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília / DF.

DEUTSCHE, Rosalyn. **Evictions: Art and Spatial Politics**. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1996.

DOHERTY, J.; BUSCH-GEERTSEMA V. B.; KARPUSKIENE, V.; et al. **Addressing homelessness in Europe. The changing role of the state: Homelessness and exclusion: regulating public space**. European Observatory of Homelessness. FEANTSA – Federation of National Organizations Working with the Homeless. European Observatory of Homelessness nov. 2006. Arquivo: “06W1en.pdf” disponível em: <http://www.feantsa.org/files/transnational_reports/2006reports/06W1en.pdf>

ELLIN, Nan (org.). **Architecture of Fear**. New York: Princeton Architectural Press, 1997.

ELLISON, Ralph. **Invisible Man**. New York: Random House, 1947.

ENDRIGUE, Taisa da Costa. **Repensando o Projeto Boraceia: proposta de abrigo para moradores de rua na cidade de São Paulo**. [Trabalho Final de Graduação. Orientadora: Prof. Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, São Paulo, 2002.

ESPAÇO E DEBATES, “Segregações Urbanas”, v.24, n.45, jan/jul 2004. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU, 2004. ISSN 0101-5621.

FEANTSA - Fédération Européenne d’Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abris AISBL. **ETHOS - European Typology of Homelessness and housing exclusion**. Disponível em: <<http://www.feantsa.org/files/freshstart/Toolkits/Ethos/Leaflet/EN.pdf>>

FERRAZ, Flávio R. Carvalho. **Andarilhos da Imaginação - Um Estudo sobre os Loucos de Rua**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio: Século XXI**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1999.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e SAS / PMSP - Secretaria de Assistência Social. **Primeiro Censo de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo, 2000**.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e SAS / PMSP - Secretaria de Assistência Social. **Contagem do Número de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo, 2003**.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo**. São Paulo, Ago.2007. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/crianca-e-adolescente/censo-criancaeadolescente-sp>>

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e SAS / PMSP - Secretaria de Assistência Social. **Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social>

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre Rosanvallon. **Le nouvel âge des inégalités**. Éditions du Seuil, 1996.

Fórum Centro Vivo. **Dossiê denúncia: Violações dos Direitos Humanos no centro de São Paulo**, 2006? Disponível em: <http://www.oidc.org.br/oidc/img/img_publicacoes/pdf/dossie_fcv.pdf>

FRANÇA, Elisabete. **Favelas em São Paulo (1980-2008): das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização: a experiência do Programa Guarapiranga**. [Tese de Doutorado]. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009. in: **MUSEU DA CASA BRASILEIRA**. Cidade Informal no Século XXI: catálogo. São Paulo, 2010. 175 p. Catálogo da exposição, organizada pelo Museu da Casa Brasileira, instituição vinculada à Secretaria da Cultura, em parceria com a 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de Roterdã (IABR) e a Secretaria Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo. Curadoria da arq. Marisa Barda.

FREITAS, Ivan de Jesus Dorneles de. Complexidade: uma abordagem interdisciplinar do conhecimento científico. In: **III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2008** - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/IIImostra/CienciasSociais/61328%20-%20IVAN%20DE%20JESUS%20DORNELES%20DE%20FREITAS.pdf>>

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: Experiências de Meninos nas Ruas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

GUATELLI, Igor. **Contaminações constitutivas do espaço urbano: cultura urbana através da intertextualidade e do *entre***. *Arquitextos Vitruvius* 94, ano 08 mar.2008. ISSN 1809-6298. [texto parcialmente resultante do trabalho: GUATELLI, Igor. **O(s) lugar(es) do entre na arquitetura contemporânea: arquitetura e pós-estruturalismo francês**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, São Paulo, 2005]. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/155>>

GUATELLI, Igor. **Uma re-existência na metrópole: Baixios do Viaduto**. Entrevista com Igor Guatelli, feita por André Teruya Eichenberg. Jul. 2008. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/entrevista/guatelli/guatelli.asp>>

GUATELLI, Igor. **Condensadores urbanos. Baixio Viaduto do Café : Academia Cora Garrido**. São Paulo, Ed. Fundo Mackenzie de Pesquisa, 2008.

HABERMAS, Juergen. *Arquitetura Moderna e Pós-moderna*. in: **Dossier Habermas, Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, set. 1987.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: Palavras-chave da antropologia transacional**. *MANA* 3(1), 1997, p.7-39. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf>>

HEBDIGE, Dick. **The Machine is Unheimlich: Krzysztof Wodiczko's Homeless Vehicle Project**. Public Address: Krzysztof Wodiczko. Walker Art Centre ,1992, p.54-67.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996. HIRATA, Márcia Saeko. **Formação do espaço e espaço da formação. Contexto e prática do projeto participativo na RMSP**. [Dissertação para obtenção do grau de Mestre Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, São Paulo, 2004.

HOOKS, Bell. *Homeplace: a Site of Resistance*. In: **Yearning, Race, Gender and Cultural Politics**. Boston: MA, Southend Press, 1990, p. 145-153.

HOOKS, Bell. *The Politics of Greed*. In: **Where we stand: class matters**. New York: Routledge, 2000, p.63-69.

Human Rights of Homeless Persons. **National Law Center on Homelessness and Poverty, and Habitat International Coalition**. March, 1997.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2000.

JUKES, Peter (org.). **A Shout in the Street – An Excursion into the Modern City**. California, University of California Press, 1991.

- KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: ed. Cortez, 2003.
- KOOLHAAS, Rem. **Delirious New York: a retroactive manifesto for Manhattan**. (original). New York, Thames & Hudson, 1978.
- KOOLHAAS, Rem. **Nova York delirante: um manifesto retroativo para Manhattan**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- KOOLHAAS, Rem. Lagos - Harvard Project on the City. In: **Mutations**: Rem Koolhaas, Sanford Kwinter, Stefano Boeri, Nadia Tazi & Hans Ulrich Obrist (ed). Bordeaux: ACTAR arc en rêve centre d'architecture, 2001.
- KOOLHAAS, Rem. **Lagos – How it Works** - with Harvard Project on the City. By Rem Koolhaas, AMO e Edgar Cleijne. Lars Muller Publishers, 2008.
- LA VARRA, Giovani. **Post-it City: the other European Public Spaces**. Disponível em: <www.subsol.c3.hu/subsol_2/contributros0/lavarratext>
- LAGO, Luciana Corrêa. **Avaliação crítica dos Trabalhos sobre segregação residencial urbana** São Paulo e Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.observatoriadasmetropoles.ufrj.br/download/lago_segregaçao.pdf>
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Ed. Moraes, 1991.
- LEFÈVRE, Rodrigo B. Notas sobre o Papel dos Preços de Terrenos em Negócios Imobiliários de Apartamentos e Escritórios na Cidade de São Paulo. (1979). In: MARICATO, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega: 95-116.
- MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (org.). **Na sombra da Cidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 1995.
- MARCUSE, Peter; VAN KEMPEN, Ronald. **Globalizing Cities: a new spatial order? (Studies in Urban and Social Change)**. Balckwell Publishing, 2000. Disponível em: <<http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=0oOroxwzyzgC&oi=fnd&pg=PR7&dq=%22Marcuse%22+%22Globalizing+Cities:+A+New+Spatial+Order%3F%22+%&ots=OYZSOePS33&sig=8mvYj5zQKwCINB6piX2uVM51QBg#PPP1,M1>>
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2002.
- MARX, Karl. O Capital. **Conversão do lucro suplementar em renda fundiária**. CAP. XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL. Livro Terceiro. Vol. VI. In: O capital: crítica e economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 705-784.
- MAZLISH, Bruce. The Global and the Local. In: **The new global history**. New York: Routledge, 2006

- MEYER, Regina M. Proserpi; GROSTEIN, Marta Dora. **São Paulo Metrópole**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- MILTON, Alex. Critical vehicles: The creation of a conceptual road map for automotive design. In: **Making and unmaking: Selected proceedings of the Design History Society**, 330-339. DHS, 2000. Disponível em: <<http://www.alexmilton.co.uk/USERIMAGES//criticalvehicles.pdf>>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Meta/MDS. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Abril. 2008. Disponível em: <www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>
- MONTEO, Rafael. **Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MORIN, Edgar. Os princípios do conhecimento pertinente. In: **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. Brasília, Cortez Ed. UNESCO, 2000. Cap. II, p.35-46.
- MORIN, Edgar. O paradigma complexo. In: **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: ed. Sulina, 2007. p. 57-77.
- MORTON, Margaret. **The Tunnel – The underground homeless of New York City – The architecture of despair**. New Haven, Londres, Yale University Press, 1995.
- MOTA, Adriana; MUÑOZ, Jorge Vicente (orgs.). **População de Rua: Que Cidadania?** Cadernos de Educação Popular No. 27. Rio de Janeiro, NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação, 2003.
- MUNIZ, Cristiane. **A cidade e os trilhos : o metrô de São Paulo como desenho urbano**. Tese (Mestrado). Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luiz Paulo Riesencamp de Almeida. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MUSEU DA CASA BRASILEIRA. **Cidade Informal no Século XXI**: catálogo. São Paulo, 2010. 175 p. Catálogo da exposição, organizada pelo Museu da Casa Brasileira, instituição vinculada à Secretaria da Cultura, em parceria com a 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de Roterdã (IABR) e a Secretaria Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo. Curadoria da arq. Marisa Barda.
- NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- PADILHA, Valquíria. Além dos muros dos Shopping Centers. In: **Revista Sociologia Especial**, ano I, No. I. p.????

PERAN, Martí. **Ciudades ocasionales**. Cultura Arts Visuais. Santa Monica. Abr. 2005, Boletim N. 12. Disponível em: <www.culutra.genecat.net.casm>

PMSP - Secretaria de Assistência Social. **Caderno Acolher - Reconstruindo Vidas**. Distribuição SAS, São Paulo, maio/2002.

PMSP - Secretaria de Assistência Social. **Caderno Projeto Boracea**. Distribuição SAS, São Paulo, maio/2002.

PMSP- Secretaria de Assistência Social. **Roteiros de abordagem feitos pela SAS-SÉ nos dias 08 e 09 de julho de 2002 devido à baixa temperatura**.

PMSP- Secretaria de Assistência Social. **Levantamento censitário dos dez distritos municipais da área central, em 2003**.

PMSP – Secretaria de Assistência Social. **Lei nº 12.316/97 – Política de Atenção à População de Rua**.

Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua. [A presente Política é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006]. Brasília / DF, maio de 2008.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Centros de Referência – espaços de moradia transitória e reinserção – para a população de rua na cidade de São Paulo**. [Trabalho Final de Graduação, 69 p., orientação da Prof. Dra. Regina P. Meyer]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, São Paulo, 2000.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. O sujeito (oculto) e a cidade: A arte de Wodiczko. In: **IDE: psicanálise e cultura**. “Cultura”, Vol. 31, No. 46, 2008. Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. ISSN 0101-3106, p. 104-107.

RABINOVITCH, Elaine Pedreira. **Modo De Vida De Crianças Sem Casa, Sedentárias: Suas Casa, Suas Famílias, Suas Vidas**. Texto extraído da Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano. São Paulo, IV (1) 1994. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/377.htm>>

RABINOVICH, Elaine Pedreira; TACHNER, Suzana Pasternak. Modos de Morar na Rua. **Cadernos de Pesquisa do LAP (Laboratório de Estudos sobre Urbanização e Preservação)**, São Paulo: Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, No. 26, jul./ago. 1998. SANTOS, André Luiz Teixeira dos Santos. **Passagem e permanência nas ruas da cidade de São Paulo: Vivência dos moradores da Fábrica da Pompéia e os espaços institucionais**. [Dissertação para obtenção do grau de Mestre - Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade

- de São Paulo, FAU/USP, São Paulo, 2004. SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. Bricolages urbanas em Los Angeles e São Paulo - A população de rua e as várias vidas dos produtos e materiais. In: **Revista Caramelo** No. 9. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. **Cidades de Plástico e Papelão - O habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio**. Tese (para obtenção do título de Professor Livre-Docente junto ao Departamento de Projeto) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. Discarded Products, Design and Homelessness in Global Cities. In: NYSTROM, L.; FUDGE, C. (Eds.). **City and Culture. Cultural Processes and Urban Sustainability**. Karlskrona: The Swedish Urban Environment Council, Suécia, p. 261-269.
- SAS - Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. **Acolher - Reconstruindo Vidas**. São Paulo, Distribuição: SAS, 15. maio. 2002.
- SCARPIN, Paula. Morar na rua em Ipanema. In: **revista Piauí** No. 44. Ano 4, maio. 2010. Rio de Janeiro: Ed. Alvinegra. p.24-30.
- SCHOR, Silvia M.; ARTES, Rinaldo. **Primeiro Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo: Procedimentos Metodológicos e Resultados**. Revista de Economia Aplicada, Dez. 2001. Disponível em: <<http://pvalls.ibmec.br/seminariosIbmec/MoradoresdeRua.pdf#search=%22censo%20fipe%20sas%22>>
- SCHOR, Silvia M.; ARTES, Rinaldo; BOMFIM, Valéria C. Determinants Of Spatial Distribution Of Street People In The City Of São Paulo. **Urban Affairs Review**, Thousand Oaks, CA, vol. 38 no. 4, mar. 2003, p.592-600.
- SCHOR, Silvia M.; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **Principais resultados do Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo, 2009**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2009.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2010.
- SENNETT, Richard. The Search for a Place in the World. In: ELLIN, Nan (org.). **Architecture of Fear**. New York: Princeton Architectural Press, 1997.
- SPOSATI, Aldaísa. **Mapa da Exclusão / Inclusão Social da Cidade de São Paulo 2000**. Dinâmica Social dos Anos 90. São Paulo: Instituto Polis / INPE / PUC, 2000.
- SMITH, Neil. **Uneven Development – Nature, Capital and the Production of Space**. The University of Georgia Press, 2008.

SNOW, David e ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua**. Tradução Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1998.

SNOW, David A.; MULCAHY, Michael. Space, Politics, and Survival Strategies of the Homeless. In: **American Behavioral Scientist**, vol. 45 No. 1, Sept. 2001 p. 149-169.

TAKAHASHI, Lois M. **Homelessness, AIDS, and Stigmatization: The NIMBY Syndrome in the United States at the End of the Twentieth Century**. Oxford Geographical and Environmental Studies Series. New York, Oxford University Press, 1998.

VARGAS, Heliana C. **Da arquitetura corporativa à cidade corporativa**. Anais do 51º Congresso Internacional de Americanistas. Repensando a América nos umbrais do séc. XX. Simpósio “A cidade nas Américas, Perspectivas da forma urbanística no séc. XXI”. Santiago, Universidade do Chile, 2003.

VARGAS, Heliana C. **Limites ao controle da publicidade na paisagem urbana**. Ambiente Já, Porto Alegre, set. 2008.

VARGAS, Heliana C. **Formação dos Centros Comerciais e Estruturação da Rede Urbana**. Trabalho Programado. Curso de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1981.

VASSÃO, Caio Adorno. **Arquitetura móvel: Propostas que colocaram o sedentarismo em questão**. [Dissertação para obtenção do grau de Mestre - Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, São Paulo, 2002.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa (org.); ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.); BEZERRA, Eneida Maria Ramos (org.). **População de rua – quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: ed. Hucitec, 1994.

WODICZKO, Krzysztof. **Critical Vehicles - writings, projects, interviews**. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1999.

YUNUS, Muhammed; Grameen Bank. **Grameen Bank: Programme for Research on Poverty Alleviation**.

ZUKIN, Sharon. Whose Culture? Whose City? In: **The Cultures of cities**. Oxford, UK: Blackwell Publishers Ltd, 1995, p. 1-48.

Artigos e matérias em jornais e periódicos:

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Situação de rua e pobreza de política pública. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 fev. 2010, Caderno Cidades/Metrópole, p. C3.

- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de; CHAMMAS Rubens. Uma política social eficiente [resposta ao artigo de Marta Suplicy, no Jornal Folha de São Paulo de 17 mar. 2010]. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 mar. 2010. Caderno Opinião, Tendências | Debates, p.A3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3003201009.htm>>
- ALENCAR, I. Maioria mora na rua há menos de um ano. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2000, Caderno C, Cotidiano, p. 4.
- ANTONIO, Alda Marco. Albergues. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 jun. 2009 Caderno Opinião.
- BENITES, Afonso. Moradores querem proibir doar comida para sem-teto. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2010, Caderno C, Cotidiano, p. C1.
- BRITO, Luísa. Políticas sociais: Serra decide desativar albergue modelo. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 out. 2005, Caderno Cotidiano.
- CALLIGARIS, Contardo. O espírito das casas. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago.2006. Caderno Ilustrada.
- CARAMENTE, André; PINHO, Márcio. Onda de violência espalha medo no Jaçanã, **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 mai. 2010, Caderno C, Cotidiano, p. C3.
- CARVALHO, Mario César; SEABRA, Catia. Para Sayad, projeto não elimina Cracolândia. Secretário da Cultura crê que morador de rua deve migrar para outro lugar. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2009. Caderno Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1806200913.htm>>
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. A Super Estrutura (“Amparado em uma erudição monumental, Lévi-Strauss inseriu o pensamento ameríndio no horizonte da filosofia do Ocidente, diz o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro”). **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2008. Entrevista de Caio Liudvik com o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. Caderno Mais! (“O descobridor da América: Lévi-Strauss), p.4.
- CHINAGLIA, Victor. Solução está no uso de imóveis ociosos. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2010, Caderno C, Cotidiano, p. C1.
- CIMINO, James. Favela ‘nasce’ na região da avenida Paulista. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2010, Caderno C, Cotidiano, p. C1.
- COELHO, Marcelo. Indesejáveis, porém cheirosos. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2012. Caderno Ilustrada. Disponível em: <<http://sergyovitro.blogspot.com/2012/01/marcelo-coelho-indesejaveis-porem.html>>
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Mito Forte. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2008. Caderno Mais! (“O descobridor da América: Lévi-Strauss), p.5.

- DAVIS, Mike. Clima pesado. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 2009. Caderno Mais! “O mundo Pós-Global”, p. 6
- DIAS, Edney Cielici. Inclusão social: SP vai atender catador e seu melhor amigo. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 2002, Caderno Cotidiano.
- FAMÍLIAS TEMEM ter de voltar às ruas. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 fev. 2010, Caderno Cidades/Metrópole, p. C3.
- FIORATTI, Gustavo. Na pele de um carroceiro. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2008, Revista da Folha, ano 17, # 814, p. 16-24.
- FUKUYAMA, Francis. Nações fora de lugar. - Autor da teoria do fim da história diz que a intervenção estatal na economia representa uma “nova fase” do capitalismo”. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 2009. Caderno Mais! “O mundo Pós-Global”, p.5. Entrevista dada a Sérgio Ávila.
- GALVÃO, Stella. Os órfãos do descaso. **Saúde Mental**, São Paulo, Janeiro/Junho 1998, p. 34-38.
- GLOBALISATION: TURNING their backs on the world. revista: **The Economist**, New York, 21st Feb. 2009. ISSN 0013-0613.
- GOIS, Antônio. Pobres não são estúpidos ao migrarem para as cidades. Entrevista concedida por William Cobbett a Antônio Gois. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2010, Caderno A, Entrevista da 2ª., p. A20.
- GONDIM João Paulo. Moradores de rua criticam estrutura de albergues. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 maio. 2009. Caderno Cotidiano, p. C3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3105200904.htm>>
- IZIDORO, Alencar. Maioria mora na rua há menos de um ano. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2000, Caderno Cotidiano, p. C4.
- JEUDY, Henri-Pierre. Novas maneiras de ‘pensar o habitar’ – entrevistado por SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2000. Caderno 2.
- Jornal Grito pela Vida**. Publicação da Fraternidade Povo da Rua. São Paulo, dez. 2000.
- Jornal O Trecheiro. Notícias do Povo da Rua**. No. 163, ano XVIII, Mar-abr. 2008. Jornal da Rede Rua de Comunicação, São Paulo.
- Jornal: Street Sense – Where the poor and homeless earn and give their two cents**. Newspaper. Washington D. C., USA. Jun 10 – Jun 23, 2009, Vol.6, Issue 6.
- LUCCA, Daniel de. Problema é complexo e exige reflexão, não alarmismo. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun 2010, Caderno Cotidiano, p. C3

- MACHADO, Uirá. Para sociólogo Brasil ainda vive num abismo social. Entrevista concedida por Jessé Souza. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 mai. 2010, Caderno A, Poder, p. 9.
- MANZO, Bruno Paes. População de rua da capital supera a de metade dos municípios paulistas. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2010, Caderno Cidades/Metrópole, p. 5.
- MARIA, Estanislau. Sem-teto resiste ao frio para manter ponto. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jul 2000, Caderno Cotidiano, p. C1-C4.
- MARIA, Estanislau. Prefeitura leva sem-teto para barracos. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 ago. 2000, Caderno Cotidiano, p. C1.
- MARSIGLIA, Ivan. Vida e morte na rua – Entrevista com Daniel De Lucca Reis Costa. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2009. Caderno Aliás, p. J4. Entrevistado por Ivan Marsiglia. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,vida-e-morte-na-rua,401646,0.htm>>
- MEYER, Regina. Um lugar pra chamar de seu. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 abr. 2009. Caderno Mais! , p.8.
- MOTA, Denise. No olho da rua. “The Big Issue” ganha versão brasileira em 2001. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 2000, Caderno Ilustrada, p. E9.
- NAHAS. R. Um esforço sobre-humano. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr, 2008, Revista da Folha, ano 17, # 814, p. 23.
- PACKER, George. A MEGACIDADE: decodificando o caos em Lagos. (Tradução de Alberto Flaksman). In: **Revista Piauí**, fev.2007. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-5/dossie-urbano/a-megacidade>>
- PAGNAN, Rogério; CARAMANTE André. Prefeitura faz rodízio de morador de rua. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 maio. 2009. Caderno Cotidiano, p.C1 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3105200901.htm>> e <<http://www.meujornal.com.br/prefguarulhos/noticiasdet.asp?Codigo=3554>>
- PARA SAYAD, projeto não elimina Cracolândia. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2009, Caderno Ilustrada, p. E5.
- PINHEIRO, Gabriel. “Em uma década, número de pessoas nas ruas de SP cresceu 57%, indica estudo”. **Jornal O Estado de São Paulo**. 31 maio.2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,em-uma-decada-numero-de-pessoas-nas-ruas-cresceu-57-indica-estudo,559587,0.htm>>
- POR MORADIA, sem-teto invadem 2 prédios e parte do viaduto do Chá. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2010, do “Agora”, Caderno C, Cotidiano, p. 6.

PREFEITURA INAUGURA albergue com canil e “garagem” para carrinhos. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2003, Caderno Cotidiano.

PREFEITURA VAI cobrar diária em pensão. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2000, Caderno Cotidiano, p. C5.

O SÁBIO da Pedroso. O homem-cebola do Paraíso. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mai. 2009, Revista da Folha, p. 26-27.

QUEIROZ, Rosane, BALLARDIN, Everton. Viagem sem fim. In: **Central do Brasil**.

Revista OCAS: Saindo das Ruas. São Paulo, ano 4, No. 40, nov. 2005. Revista publicada pela Organização Civil de Ação Social.

_____. São Paulo, No. 64, mar./abr. 2009. Revista publicada pela Organização Civil de Ação Social.

SANGIOVANNI, Ricardo. Prefeitura faz muro sob viaduto para tirar moradores de rua. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jul. 2008, Caderno Cotidiano, p. C 9.

SCHOR, Silvia. É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2010. Caderno Cidades / Metrópole, p. C5. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100601/not_imp559677,0.php>

SCOLESE, Eduardo. Censo trata perfil de morador de rua no país. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2008, Caderno Cotidiano, p. C4.

SECRETÁRIA NEGA rodízio de moradores em albergues. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 maio. 2009. Caderno Cotidiano, p.C3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3105200904.htm>>

SEM-TETO DESPEJADOS vão morar debaixo do viaduto. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2009, do “Agora”, Caderno Cotidiano, p. C5.

SEM-TETO FAZ maloca debaixo da Câmara. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mai 2010, do “Agora”, Caderno Cotidiano 1, p.C 4.

SILVA, Fernando de Barros e. Cidade limpa?. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 fev. 2010, Caderno A, Opinião, p. A2.

SIMIONATO, Maurício. Campinas devolve morador de rua para cidade natal. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 nov. 2009, Caderno Cotidiano, p. C6.

SP tem 13 mil moradores de rua, diz censo. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 mar. 2010, Caderno Cotidiano, p. C4. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0103201007.htm>>

SPINELLI, Evandro. Maioria dos moradores de rua trabalha. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun 2010, Caderno Cotidiano, p. C3

SPINELLI, Evandro; CARAMANTE, André; CASTRO, Leticia de. SP tem 13 mil moradores de rua, diz censo. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 mar. 2010. Caderno Cotidiano, p. C4. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0103201011.htm>>

STATION DE MÉTRO Saint-Martin, Paris – Accueil de jour pour personnes sans domicile fixe. In: revista **L'Architecture d'Aujourd'Hui**, Nº. 327, abril/2000.

SUPPLY, Marta. O terremoto no centro de São Paulo. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2010, Caderno A, Tendências | Debates, p. A3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinio/fz1703201008.htm>>

TOSELLO, Camila. Morador de viaduto promete resistir à remoção da prefeitura. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2000, Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u5420.shtml>>

VIEIRA, Willian. Com menos de 1 metro de largura, fresta de viaduto vira abrigo para catador. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 dez. 2007, Caderno Cotidiano, p. C8

VILICIC, Filipe. Kassab fecha albergues e lota ruas. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 fev. 2010, Caderno Cidades/Metrópole, p. C1-C3.

VIVEIROS, Mariana. Morador de viaduto tem bens confiscados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2000, Caderno Cotidiano, p. C8.

VIVEIROS, Mariana. Promotoria irá apurar 'Operação Viaduto'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2000, Caderno Cotidiano, p. C1.

Publicações em suporte eletrônico

APENAS 5,2% das cidades brasileiras possuem abrigos para moradores de rua. Site UOL Notícias, 21 mai. 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/05/21/apenas-52-dos-municipios-brasileiros-possuem-abrigos-para-moradores-de-rua.jhtm>>

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DAS CIDADES INOVADAS - CICI2010, Paraná, 2010. Disponível no site do evento: <<http://www.cici2010.org.br>>

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/993/773>>

ESPAÇO JARDIM Vida já realizou cerca de 50 mil atendimentos. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=35473>

FEANTSA – European Federation of National Organizations Working with the Homeless. European Observatory of Homelessness - Disponível em: <<http://www.feantsa.org/code/en/hp.asp>>

FERNANDES, Sidinei Marques. **Cresce número de moradores de rua em São Paulo**. Canção Nova Notícias, São Paulo. 01 jun. 2010. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=276658>>

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisas identificam perfil dos moradores de rua de SP**. 15 maio. 2007. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/web/index.asp?txt=sa%FAde&aspx=/web/home/busca.aspx>>

FRANCO, Augusto de. **Glocalização e Localização**. Disponível no blog do autor: <<http://contexto3.blogspot.com/2008/05/14-glocalizao-e-localizao.html>>. Acesso em: mai. 2010.

FRANCO, Augusto de. **Glocalização e Estado-Nação**. Disponível no blog do autor: <<http://contexto3.blogspot.com/2008/05/13-glocalizao-e-estado-nao.html>>. Acesso em: mai. 2010.

FRANCO, Augusto de. INOVAÇÃO - O caminho da independência das cidades é o da inovação permanente. In: **A independência das cidades**. Carta Rede Social 181, 15 jan. 2009. Disponível no blog do autor: <http://augustodefranco.locaweb.com.br/cartas_comments.php?id=312_0_2_0_C>

FREIRE, Flávio. **São Paulo tem pelo menos 13 mil pessoas morando nas ruas**. Site O Globo, 18 mar. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cidades/sp/mat/2010/03/18/sao-paulo-tem-pelo-menos-13-mil-pessoas-morando-nas-ruas-916108627.asp>

HOW MANY People Experience Homelessness? – NCH Fact Sheet #2, published by the national Coalition for the homeless, February, 1999. Disponível em: <<http://nch.ari.net/numbers.htm>>

JUSTINIANO, Bianca. **Século 21 convive com um novo perfil de morador de rua**. 26 ago.2003. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/congressos/id270803.htm>

MAIS UM PROGRAMA bem sucedido da dupla de Prefeitos Serrassab “Lugar de pobre é na rua”. 2010. Disponível em: <<http://dilmapresidente.wordpress.com/2010/03/01/mais-um-programa-bem-sucedido-da-dupla-de-prefeitos-serrassab-%E2%80%9Clugar-de-pobre-e-na-rua%E2%80%9C/>>

MENDES, João Luiz. Maioria da população em situação de rua trabalha e tem familiares na cidade onde vive. Site do **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 29 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/maioria-da-populacao-em-situacao-de-rua-trabalha-e-tem-familiares-na-cidade-onde-vive>>.

SARAIVA, Carlos Alberto. **Mais um programa bem sucedido da dupla de Prefeitos Serrassab.** Blog do autor, 01 mar. 2010. Disponível em: <<http://saraiva13.blogspot.com/2010/03/serrassab-aumenta-o-numero-de-moradores.html>>

Mapas

Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos. **PITU 2020 – Plano Integrado de Transportes Urbanos para 2020: Síntese.** São Paulo, jun. 1999.

Secretaria das Finanças - SF - TPCL 1999/SEMPILA-DEINFO e SPTRans – PMSP. **São Paulo City Land Usage Map, Brazil 1999.**

Disponível em: <http://www.zonu.com/brazil_maps/Sao_Paulo_City_Land_Usage_Map_Brazil_2.htm> Acesso em: mai. 2010.

Secretaria das Finanças / Departamento de Rendas Imobiliárias - TPCL 2008. **Uso do Solo Predominante – Subprefeituras do Município de São Paulo 2008.** Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU / Departamento de Estatística e Produção de Informação - Dipro. Disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infocidade/mapas/17_uso_do_solo_predominante_2008_2008_4.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

Outros

Congresso: “IV Congresso da Rua para a Terra” - Brás, nov./2000.

DIZEM QUE SOU LOUCO. Filme. Direção: Miriam Chnaiderman, argumento: Reinaldo Pinheiro. Filme documentário, 16 mm, duração: 12 min. São Paulo, 1994.

LAGOS, LA VIDA LOCA. Vídeo. Disponível em: <http://current.com/items/86999401_lagos-la-vida-loca.htm>

A LIGA: Programa “Moradores de Rua”. Vídeo. 04 maio.2010. Disponível em: <<http://www.band.com.br/aliga/>> e <http://videos.band.com.br/c_233_a_liga.htm>

LIXO EXTRAORDINÁRIO. Direção: Lucy Walker. Filme documentário sobre o Vik Muniz. Duração: 99 min., 2009

PROJETO.OFICINA.BORACEA. *Folder explicativo do Projeto, entregue na inauguração do Projeto Boraceia, em 2002. Projeto Reconstruindo Vidas, da Secretaria de Assistência Social - SAS, Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP; em parceria com Escritório Roberto Loeb Arquiteto.*

SCARPIN, Paula. Podcast com Paula Scarpin: jornalista da Piauí fala sobre reportagem “Morar na rua em Ipanema”. Disponível em: <http://www.revistapiaui.com.br/edicao_44/artigo_1298/Podcast_com_Paula_Scarpin.aspx>. Acessado em: 17 maio.2010.

Seminário sobre Políticas Públicas em Saúde voltadas à População de Rua do Município de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo - FSP/USP. 09 ago. 2002.

Seminário de Lançamento do Programa Acolher – Reconstruindo Vidas/SAS. MASP, 15 mai. 2002.

Seminário de apresentação do plano municipal de atenção à população em situação de rua do município d Osasco. Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social de Osasco, 01 dez. 2011.

SILVEIRA Jr., José Geraldo. **Práticas Urbanas**. Vídeo. Trabalho Final de Graduação (TFG). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Visita guiada à favela de Paraisópolis, organizada pela SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo, e pelo Museu da Casa Brasileira, como parte da exposição “**Cidade Informal no Século XXI**”. Monitor da SEHAB: arq. Pedro Cardoso Smith. 06 maio. 2010.

CRÉDITO DAS IMAGENS